



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JOSÉ POLICE NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 29/10/2015

OBSERVAÇÕES:

- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Está aberta a audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento. Informo que essa reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, links TV Câmara, Auditórios On-Line. A íntegra da transcrição dessa audiência estará disponível ao público em geral no portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, links Atividades Legislativas, audiências publicas, registro escrito. Informo que as inscrições e pronunciamentos devem ser feitas junto a Secretaria da Comissão. Na presente audiência pública de hoje, será ouvido, em primeiro, a Câmara passa a ser tratada a corologia indica: Câmara Municipal de São Paulo, Tribunal de Contas do Município de São Paulo, Secretaria de Segurança Urbana, Secretaria de Relações Governamentais, Secretaria Municipal de Transportes, Secretaria Executiva de Comunicação, e Prodam.

Com a presença do nosso Secretário Geral Luiz Carvalho, passo à abertura da palavra para que possa, neste momento, fazer um breve relato das contas da Câmara Municipal de São Paulo. Informo que as inscrições estão abertas junto à Secretaria para aqueles que desejam formular questões o façam a partir deste momento.

Tem a palavra o Sr. Luiz Carvalho.

O SR. LUIZ CARVALHO – Bom dia Sr. Presidente, nobre Vereador Milton Leite, senhoras e senhores, o Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo previsto para a proposta orçamentária de 2016, está previsto um total de R\$ 558 milhões, 711, a parte da Câmara Municipal de São Paulo e um fundo especial da Câmara Municipal de São Paulo em torno de 6 milhões 289 milhões, perfazendo um total de 565 milhões. Estamos tendo um aumento de 2% em relação ao orçamento de 2015, que podemos realizar até 505 milhões até o final do dia 31 de dezembro de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Luiz, nós observamos aqui de que apenas houve um aumento de 2% a diferença orçamentária de um exercício para outro. É isso?

O SR. LUIZ CARVALHO – Sim. 2% em relação ao Orçamento de 2015, em virtude de não haver mais ocorrência com obras e diminuição de alguns equipamentos de informática

como diminuámos alguns itens.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O senhor pode informar se a Câmara Municipal de São Paulo, no ano de 2015, remeteu recursos, ou está remetendo recursos, devolvendo recursos a Prefeitura do Município de São Paulo?

O SR. LUIZ CARVALHO – Já devolvemos esse ano 25 milhões e estamos tornando possível, retornar mais 25 milhões até o final do ano,

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Ou seja, a Câmara Municipal de São Paulo então está devolvendo, do orçamento, para a Prefeitura cerca de 50 milhões?

O SR. LUIZ CARVALHO – Sim. Aproximadamente 50 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Informo a presença do vice-presidente Vereador Paulo Fiorilo. Sr. Luiz, por favor, conclua.

O SR. LUIZ CARVALHO – Sr. Presidente, devemos terminar esse ano com 505 milhões e realizar, devolvendo 50 milhões. Ano que vem, provavelmente devemos concluir o ano com 565 milhões no orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Ou seja, contudo, com essa devolução a Câmara Municipal de São Paulo, não está crescendo, agregando o valor, nem correspondente à inflação, está batendo a casa dos 10%, na verdade, na prática, estamos, a grosso modo, estamos economizando 68%. É isso?

O SR. LUIZ CARVALHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Na medida em que, crescente, a inflação é 10. Dez menos oito, temos oito de economia.

Tem palavra o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, estamos propondo ao Orçamento, 2% maior que o orçamento desse ano. Qual a perspectiva de execução do próximo ano, é de também ter a possibilidade de devolução de recursos?

O SR. LUIZ CARVALHO – Durante o decorrer do ano, de acordo com nossos

gastos e não forem utilizados os recursos, provavelmente, devemos devolver algumas sobras orçamentárias para a Prefeitura do Município de São Paulo de acordo com a execução.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nada mais havendo a tratar dou por encerrado a primeira audiência da Câmara Municipal de São Paulo, com o esclarecido, e reconhecendo a figura do nosso presidente, Donato, a economia que se fez no Exercício de 2015, outrossim gostaríamos de vê-lo em outras pastas, com esse mesmo comportamento. Sobrando recurso, poupando recurso e guardando dinheiro dentro da previsão e com 2% de aumento. O que é magnífico. Muito obrigado, Sr. Luiz.

Vou suspender a sessão por alguns instantes.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Iniciaremos agora com o Tribunal de Contas. Conforme ofício enviado ao Presidente da Comissão, foram indicados pelo Presidente Roberto Braguim os seguintes representantes: Noé D'Agostini Neto e Valdirene Aparecida de Assis.

- É lido o seguinte: (ofício do Tribunal de Contas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Presidente, tomamos uma decisão na Comissão de Finanças e Orçamento de que todos os titulares de pastas deveriam comparecer. Não haverá exceção a regra ao Tribunal de Contas. Faremos este debate, mas considerando a situação difícil da cidade de São Paulo na área econômica, na falta de recursos, e seguramente estamos com a tesoura na mão para todas as pastas.

Como dito pelo Presidente Braguim, os servidores são altamente qualificados para discutir o que está na peça. Então, faremos a audiência pública, mas vou remarcá-la para que S.Exa. compareça e venha defender as eventuais reduções. Não abriremos mão da presença do conselheiro Braguim na Câmara Municipal de São Paulo, sob o risco de ficar com dinheiro só do salário e mais nada. É preciso que S.Exa. venha. Vamos fazer o debate técnico e usaremos o critério para todos.

Há poucos instantes, ouvi porque não veio o Presidente da Câmara. S.Exa. está aqui todos os dias presidindo e respondendo a todos os Srs. Vereadores sem problema. Entendo a presença dele como dispensável porque o Presidente está aqui todos os dias e nunca se furtou a discutir nada e é de conhecimento desta Casa a grande economia que fez neste ano até a presente data. Então, vai o nosso reconhecimento ao Presidente Donato que tem sido bastante democrático nas suas atitudes e com uma gestão boa e transparente com grandes reduções de custo.

Então, vou ouvi-los, mas quero deixar claro ao Sr. Noé e a Sra. Valdirene que não abriremos mão da presença do Presidente Braguim, assim como qualquer outro secretário, sob o risco de, evidentemente, se não prestigiarem a Casa, perderem dinheiro ou, pelo menos, verba orçamentária que não tenha sido devidamente debatida.

Aqui estão os técnicos. Vamos ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Noé.

O SR. NOÉ D'AGOSTINI NETO – Bom dia a todos. Sou Noé D'Agostini Neto, coordenador do grupo de planejamento do orçamento 2016.

A proposta orçamentária do Tribunal de Contas para 2016 é de 284.520 mil. Esse valor é 5,8% superior ao orçamento corrente de 2015, índice abaixo da inflação e abaixo inclusive daquele que a Prefeitura utilizou no orçamento dela.

Devido às características do órgão, cerca de 90% do orçamento se destina à despesa de pessoal e seus reflexos. Os outros 10% são distribuídos entre 7% para contratos em geral e 3% para material de consumo, mobilização e outras despesas.

Em relação ao Fundo Especial de Despesas do Tribunal, a nossa previsão é de arrecadação de 2.950 mil. Essas receitas advêm, principalmente, das aplicações financeiras dos recursos do Tribunal de Contas e do próprio Fundo, da cobrança pela utilização dos espaços pelos bancos e valores arrecadados com multas contratuais e outros eventuais.

Basicamente, é isso. Se precisar de mais alguma informação, estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – O senhor poderia repetir, no orçamento do Tribunal, o senhor disse 50% pessoal.

O SR. NOÉ D'AGOSTINI NETO – 90%.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Desculpa. 90% pessoal, 7% contratos em geral e 3%?

O SR. NOÉ D'AGOSTINI NETO – Seria para consumo e mobilização, que seria aquisição de material permanente, e outras despesas menores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Ok. Tem a palavra o nobre Vereador Milton Leite, relator.

O SR. MILTON LEITE – Bom dia, Noé. Agradeço a presença.

Só uma curiosidade. Qual é a rubrica que está aqui inscrita a Escola de Contas?

O SR. NOÉ D'AGOSTINI NETO – Na verdade, as despesas relativas à Escola de

Contas estão inclusas na despesa geral do Tribunal.

O SR. MILTON LEITE – Especificamente, qual o gasto, qual o número de funcionários que temos na Escola de Contas e qual a remuneração despendida na Escola de Contas?

O SR. NOÉ D'AGOSTINI NETO – Eu não tenho essa informação no momento porque, na verdade, recebemos as demandas de todas as unidades e transformamos em uma proposta orçamentária. Agora, no caso dos funcionários da Escola de Contas, eles são funcionários do Tribunal, então, eles estão sempre dentro da...

O SR. MILTON LEITE – Eu sei, mas aquela unidade tem uma despesa.

R – Sim.

P – Eu pergunto, quantos funcionários nós temos lá?

R – Eu não sei dizer isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – V.Exa. permite um aparte?

O SR. MILTON LEITE – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – O senhor disse que é enviado ao Tribunal as demandas e, a partir daí, compõe-se o orçamento. Você sabe qual foi a demanda da Escola?

O SR. NOÉ D'AGOSTINI NETO – Na verdade, o que acontece? A parte de pessoal, que é o grosso, 90%, é preparado pela unidade competente do Tribunal, que cuida da folha de pagamento. Ali, abrange todas as áreas, não se faz uma distinção por área. O pagamento dos servidores é para todos.

Quando eu recebo essa informação, não importa...

P – Isso é dos funcionários, mas da Escola, o senhor tem a demanda enviada ou não? Porque o senhor está dizendo o seguinte: 90% é pessoal. Eu entendi. Então, 90% a Escola está dentro. Só para ajudar nesse debate que o relator iniciou. Nos 10%, a Escola também deve ter feito um pleito que é de contrato, que é de consumo. Tem esse dado ou não?

R – Isso também está tudo dentro da despesa total do Tribunal. O Tribunal tem cerca de 60 contratos, grande parte deles para a área de tecnologia da informação, inclusive, alguns que atendem a Escola de Contas e são mais específicos. A mesma coisa em relação a consumo, o consumo da Escola de Contas é atendido pela área de suprimentos do Tribunal porque, na verdade, a Escola de Contas é uma das unidades do Tribunal.

P – Quais são as outras?

R – Temos a Secretaria de Fiscalização e Controle, que representa a atividade fim; a Secretaria Administrativa, que é atividade meio; a Secretaria Geral, que congrega as duas; o Núcleo de Tecnologia de Informação; a Escola de Contas; e os Gabinetes dos Conselheiros.

P – Então, na realidade, se eu não contei errado, temos seis.

R – Essas são as grandes unidades.

P – São seis grandes unidades.

R – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vou devolver a palavra ao relator.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Nóe, essa é uma das razões que temos de ter o Conselheiro Braguim ou os cinco conselheiros para que explique as unidades.

A Escola de Contas é recente e incrementada no Tribunal. Qual o debate político que faremos com o Presidente? Todas as unidades e os gastos que temos. Vou debater com V.Sa. cada unidade e cada gasto.

Para o senhor ter uma ideia e para não levar a impressão de que a Câmara quer cortar, vou citar aqui, e os senhores têm representantes todos os dias na Câmara Municipal de São Paulo, acompanhando o orçamento e já viram a peça orçamentária.

A Secretaria de Infraestrutura Urbana tem um orçamento de 18 bilhão de reais, sendo 1,7 de fonte zero dois.

Bem sabe o senhor que a fonte zero dois é de recursos do Governo Federal, que nós sabemos que, em nenhum momento, se encontra em grave dificuldade financeira, com um

buraco enorme.

Se olharmos a peça orçamentária como um todo, neste ano, temos uma peça extremamente temerária. Os senhores já tiveram acesso à peça orçamentária.

As fontes de recursos oriundos da fonte zero dois, transferências federais, os senhores acompanharam. Não cumprem, não cumpriram e não hão de cumprir os investimentos.

Some-se a isso o fato de que o comportamento da receita do Município, que os senhores também acompanham, tem mostrado uma queda significativa no que tange a ICMS, IPI, ITBI, IPTU, todos os tributos estão descendo, mergulhando.

Não é que essa comissão deseja, mas terá que fazer cortes, para fazer frente ao mínimo que deseja as contas aqui colocadas.

Assim, a dificuldade nossa, no momento, por isso eu citava o bom exemplo da Câmara que passou no exercício de 2015: devolveu 25 e está devolvendo por volta de 50 e 60 milhões de reais para a Prefeitura, segundo informação do Presidente, e aumentamos dois por cento.

Obviamente, temos que aumentar o tamanho da lupa para vermos o que é necessário para abriremos 2016.

Então, vou começar agora a discussão, porque, na carta que o nosso Conselheiro Braguim nos enviou, vos qualificou da melhor forma possível, conforme lido pelo Presidente.

Assim, eu passo a discutir.

Indenizações e restituições trabalhistas, o senhor está prevendo uma rubrica de 4 milhões 593 mil reais. Eu queria entender isso. Em 2015, o senhor gastou até setembro 4 e 600. A que se refere essas despesas? Indenizações trabalhistas de quê? Nós estamos demitindo, contratando, o que são essas indenizações e restituições? Claramente o que significa isso? Aberta essa rubrica a 31909400.

R – Basicamente, essa rubrica se destina a pagamento de férias, quando as

pessoas se aposentam e não gozaram todas as férias.

Nós temos, no Tribunal, uma quantidade grande de funcionários que podem se aposentar. Então, é uma expectativa de despesa que possa ser realizada. E, como tal, tem que ser consignada no nosso orçamento.

P – Qual o número de funcionários aposentados, que nós tivemos aposentados até o presente de 2015, e qual a perspectiva em 2016. Por faixa etária, evidentemente, o Tribunal tem esse controle, é um órgão de controle. Qual é o número de funcionários que nós devemos aposentar no ano de 2016? Porque o senhor está pedindo 5 milhões para essa rubrica, perdão, 4 milhões, 593 mil. É um dado que chama a atenção porque esse valor será para ressarcimento de despesa referente a funcionário que se aposenta. Eu entendo. Queria que o senhor dissesse a quantidade de funcionários aposentados, lista de nomes, valores pagos, efetivamente, e se houve remanejamento dessa rubrica internamente.

Neste ano de 2015, por exemplo, o senhor pediu nessa rubrica, e é possível que o Tribunal tenha feito – não estou dizendo -, 4 milhões, 632 até setembro, o senhor realizou essa despesa. A minha pergunta é a seguinte: houve remanejamento do orçado para 2015, não houve?

Por que estou perguntando isso? Porque o orçado de 2015 é exatamente o valor atualizado até dezembro. Então eu queria entender o que houve com o recurso. Por que estou chamando atenção para esse valor? O senhor há de entender. Vou concluir. Olhando em seguida, liquidado até setembro é zero. Daí o meu questionamento: por que estamos reservando um recurso se em 2015 nós não gastamos isso. Em 2015, atualizados até setembro, 4 milhões 623, liquidados, nós não temos nada. E o senhor joga para 2016 de novo. Daí a pergunta: nós vamos gastar esse dinheiro? Porque em 2015, o senhor reservou e não gastou, e não devolveu para a Prefeitura.

R – Olha, eu não sei qual a fonte que o senhor se utilizou, mas...

P – A fonte é a rubrica escrita na peça orçamentária, por isso eu perguntei: “O

senhor remanejou o recurso? houve remanejamento orçamentário?”

Porque o liquidado aqui – eu li a fonte para o senhor.

R – Sim.

P – Atividade 31909400. Indenizações e restituições trabalhistas. É essa a fonte.

O senhor pediu um orçamento para a Câmara em 2015 de R\$4,632 milhões. O senhor não gastou esse dinheiro.

R – Gastamos 2.205.999. É o nosso relatório aqui.

P – Eu não tenho esse relatório aberto aqui.

R – Dois, duzentos e cinco, novecentos e noventa e nove. Isso pode ser verificado...

O SR. PAULO FIORILO – Só um aparte, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Pois não.

O SR. PAULO FIORILO – O senhor está dizendo que foi empenhado 2.205.999? Liquidado os 2.205 e pagos no período 2.205, portanto, tem um saldo de 2.426?

R – É, na verdade, nós temos já uma reserva de 103 mil e um saldo disponível de 2.322, no momento.

P – Agora, a expectativa é que, nos próximos três meses, vocês gastem os 2,4 ou 2,3?

R – Provavelmente, não.

P – E o valor que estão pedindo para 2016 é de qual montante para essa rubrica? Essa que eu não tenho. O senhor vai entender.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu entendi. Ele gastou dessa rubrica 2 milhões e 205, tudo bem.

O SR. PAULO FIORILO – Que ele já empenhou e já liquidou.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tudo bem, mas em setembro. Isso até agora?

O SR. PAULO FIORILO – Isso. O que eu estou perguntando para ele é: qual a expectativa. Se ele vai gastar nos próximos três meses... Ele está dizendo que não, possivelmente, não.

Então, qual é o valor que o Tribunal está pedindo para essa rubrica em 2016?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Era aí que eu queria chegar, Vereador Fiorilo. Agora, tenho a planilha aberta aqui.

Quando indaguei ao senhor, se o senhor gastou 60% do valor orçado, tem 40% a serem liquidados. O senhor não vai gastar em dois meses tudo isso ou vai gastar?

R – Não.

P – Então, nós teremos sobra de recursos aqui.

Por isso eu perguntei: quem elaborou essa peça no Tribunal tem essa curva de projeção para 2016? Essa é a pergunta. Porque, neste ano, o senhor não utilizou. O senhor vem, orçamentariamente, pedindo, digamos, o mesmo valor numérico, desconsiderada a inflação, 4.632 contra 4.593. Assim, se o senhor usou 2,5, que use mais um ou mais 500 até o final do ano, que está perto, temos dois meses, a pergunta que faço é a seguinte: a Câmara quer ver a curva e esse gráfico de aposentadoria para os funcionários que teremos, para termos o exato gasto, como é que se chegou a esse valor de 4 milhões, 593 mil.

Então, peço que o senhor nos envie ou para que o Sr. Braguim, na audiência que vamos convidá-lo, possa discutir.

Prossigo.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, desculpe-me.

Só para ele concluir a minha pergunta. (Pausa)

O senhor vai me dizer qual é o valor que estão pedindo para 2016 nesta dotação?

R – Quatro, quinhentos e noventa e três.

P – Então, é que o senhor vai entender.

O que estão pedindo é muito próximo ao que está sendo executado neste ano.

R – Sim.

P – Só que o senhor mesmo está dizendo que esse valor, pelo menos, 2 milhões não serão utilizados.

A pergunta que faço: não seria prudente, nesta rubrica, ter um valor menor do que os 4,5?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Foi a minha pergunta.

R – É. Poderíamos.

Acontece o seguinte: historicamente, existe uma incidência maior de aposentadorias no primeiro semestre. Agora, de qualquer forma a demanda existe, porque nós temos os funcionários em condições de se aposentar e, em termos orçamentários, tem que haver o recurso disponível para isso.

Então, realmente, não só nesta dotação como em outras, costuma sobrar dinheiro no final do ano.

Tanto que, no ano passado, em relação ao orçamento de 2014, o Tribunal não executou 68 milhões. Foi uma economia orçamentária.

Quer dizer, recursos que, embora pudessem ser disponibilizados para nós, não foram requisitados pela não necessidade.

O SR. PAULO FIORILO – Desculpe-me, só para a gente entender: o senhor sabe quanto tem sido o valor que, ao final do ano, não tem sido requisitado nos últimos três anos, por exemplo?

O senhor falou: “Neste último ano, foram 68 milhões”. No ano anterior, o senhor sabe?

R – Pouco menos do que isso. Talvez, 63.

P – Em 2012?

R – Olha, eu não sei dizer para o senhor, mas, pelo menos, 50 milhões foram. O Tribunal vem fazendo economia.

P – Cinquenta, 63 e 68, em 2015, a expectativa é de ser quanto?

R – Devemos chegar a uma execução próxima de 190 milhões. Para um orçamento de 294...

P – Seriam 90 milhões?

R – Deve sobrar por volta de 90 milhões.

P – Ok.

Vou devolver a palavra ao Relator, Vereador Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Como eu disse, nós temos que jogar na peça orçamentária deste ano – e eu tenho que fazer malabarismo -, não é a peça que veio do Executivo, aqui nós temos que fazer – e vamos realizar – o ajuste fino. Esse processo que estamos passando, não é com o Tribunal.

Se o senhor olhar as audiências – o senhor deve ter acompanhado -, esse mesmo processo será para todos, dar-se-á sobre todas as Pastas, para nós, depois, fazemos o balanço daquilo que nós temos chamado de ajuste fino.

Se o Tribunal, evidentemente, precisar de mais recurso, ele envia uma mensagem de suplementação orçamentária, e a Câmara estudará oportunamente. Não haverá problema com isso. Não será para o Tribunal. O critério que será utilizado será para todos.

Então, eu queria averiguar com vocês – e já fica solicitado, já que o senhor veio na condição de debatê-lo, a lista de funcionários aposentados, os valores e a perspectiva do ano que vem, em condições de ou que tenha informação de, nesta rubrica.

R – Só um instantinho. É a lista de funcionários que podem ser aposentar.

P – É. Em condições de aposentar e a previsão orçamentária lançada e a memória de cálculo que se chegou a esse número de 4.593. Sendo esse valor, eu pressuponho uma memória de cálculo.

R – Sim.

P – Eu quero acesso a ela.

R – Ok.

P – Ressarcimento. Na 31909600, o senhor tem 906 mil reais. O senhor gastou 399. Não é esse o pagamento acumulado até agora? Está correto?

R – Sim.

P – A dotação de 858, o senhor gastou 399. De novo, o senhor está pedindo 906 mil, e, no orçamento de 2015, o senhor tinha 858 e gastou 400, em números redondos, é a mesma coisa. A que se refere e por que essa diferença toda nessa rubrica? Do que trata essa rubrica?

R – Esse aqui se refere e porque a diferença toda dessa rubrica, de que trata essa rubrica? A 600?

O SR. NOÉ D'AGOSTINI - Esse ressarcimento do pessoal que é comissionado no tribunal de outros órgãos, de outras esferas de governo e com prejuízo de vencimentos no seu local de origem. Eles recebem pelo local de origem e o tribunal reembolsa.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vem do Governo do Estado, nós pagamos o Governo Federal, mas aí já é mais previsível que não se trata de aposentadoria, daí a pergunta que estou fazendo: se o senhor gastou 400 até agora, não vai ressarcir mais nada, está pedindo mais do que vai gastar no ano que vem de novo? Não há previsão de dobrar uma receita, como está previsto aqui, o senhor está gastando na 600 de hoje 400 mil, contra 858. O senhor está pedindo 906 aqui para a câmara autorizar mais 906 mil. Vejo com pouca perspectiva de gasto de mais 400 de indenização, ou eu queria entender o que há nesse ajuste que estamos fazendo hoje aqui, se haverá necessidade em cima, vimos que V.Exa. trabalha com margem de segurança, o tribunal trabalha para devolver, esse ano não haverá. Não é para o senhor, é para ninguém. Tanto que ajustamos para 1% e estamos querendo cortar. Vamos negociar com o Presidente da Câmara para baixar, em off, ninguém nos ouça, vou negociar com o Presidente Donato a redução de alguma coisa que não vai sair do mesmo tamanho. Estou ajustando com o senhor aqui. Em se tratando de devolução, ressarcimento de órgãos e

esse valor é conhecido, obviamente, é conhecido, se é conhecido, até o final porque são funcionários cedidos sob a égide de comissionamento, são funcionários emprestados e que temos de pagar. Ou aumentou os funcionários, ou diminuiu os funcionários do meio porque só pagou 400 até agora e o liquidado até agora, de 400, não tem a data, mas para mim é setembro 600 e aqui o Sr. está dando 11 mil. Vejo bem o senhor está pagando aqui R\$11.409,00 até o final do ano então não estou entendendo porque temos de pagar 858 e o senhor está pedindo 906 mil na 600. Pergunto, aqui temos uma margem para negociar?

R – Nós empenhamos até agora nessa rubrica 411 mil reais. O que pode haver de variação seriam novos comissionamentos.

P – Se em 2015 ou vamos dobrar o quadro de funcionários, mais do que dobrar porque o senhor não está gastando 500 mil aqui. A previsão do senhor hoje na 600 é que o senhor gaste um pouquinho mais só 447. Ora, por que o senhor está mais que dobrando o valor? Vou dobrar o número de funcionários, de novo a conta dos portugueses que tanto admiro, acho que aqui tem margem um pouco.

R – Tem.

P – Se tem margem, obrigado.

R – Deixa eu só esclarecer uma coisa. Foram 410 mil até outubro e para essa dotação nós temos três meses ainda de despesa, que é novembro, dezembro e décimo terceiro porque aí é só despesa de pessoal, então, temos uma média de 41, temos 120 e poucos mil até o final do ano.

P – Seria o suficiente 550 mil?

R – Temos um saldo atualmente de 447, tirando em 120, daria uns 300 e poucos mil de sobra nessa dotação.

P – Aqui no Tribunal o senhor está pedindo 906 mil, aí vou de novo fazer aquele apelo, deixar pronto para o debate com o Braguim, que temos cerca de 350 mil, que dá para nós tirarmos daqui, já achamos 350 mil, aí vamos para a próxima rubrica. O senhor concordou

com ela então vamos para a próxima.

R – Só gostaria de fazer mais um esclarecimento, como se trata de um ressarcimento, então, sempre temos de aguardar que o órgão de origem mande a guia... Mesmo a guia do pagamento do mês às vezes vem rápido, às vezes demora mais um pouco, então, embora eu tenha esses valores aqui até outubro, mas isso significa que o ressarcimento está sendo feito no máximo até o mês de setembro porque os órgãos costumam mandar no mês seguinte. Então, eu falei em três meses, mas devem ser quatro meses. Talvez alguma coisa a mais ainda.

P – O senhor lança na 200, despesas de exercícios anteriores, 394 mil, isso já está projetado o gasto que há de sobrar na 200 para 2016, sobrar um resto a pagar, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores para o final desse ano e de 2016 e jogar para 2016 394. Eu queria entender um pouco essa conta e que vocês abrisse essa conta para nós. Por que vou jogar para o ano de 2016 R\$394 mil já no final de 2016? Estou projetando 2016, não é 2015. Estou considerando 2015 na 200 atualizados. O senhor concorda comigo? Mas estou querendo entender porque no final de 2016 já sei o quanto exatamente eu vou jogar para lá, se nem a receita que correta está porque não sabemos o que pagar efetivamente. Pergunto a 200 porque desse número eu queria entender isso daqui. O senhor orçou para nós a 200, 582 atualizado e o senhor fez e não estou entendendo porque que está jogando como resto a pagar no final de 2016 para o exercício anterior. Quero saber se são despesas gerais e como é projetada essa despesa de 394 mil para o final de 2016. Eu quero entender essa despesa da 200.

R – V.Exa. está falando de 394 mil.

P – Como é que se chega a esse valor? Até é uma curiosidade para essa Casa como chegamos nesse valor aqui?

R – Essa dotação 319192 se refere a despesas de exercícios anteriores como obrigações patronais do Iprem.

P – É o que é pago em janeiro?

R – Pode ser pago em janeiro...

P – De dezembro, mas paga no começo de janeiro. É isso?

R – O que é competência de dezembro é da própria dotação de dezembro mesmo.

Esse daqui: despesa de exercícios anteriores são para arcar com despesas que surjam no ano seguinte e que eram desconhecidas no ano corrente.

P – Aí eu pergunto: o que ocorreu 1415? Quanto foi essa despesa? Qual foi essa transição 1415?

R – Para esse ano a despesa foi pequena, foi de 4962 reais. Esse ano de 2015, despesas de exercícios anteriores, portanto, relativo a despesas de 2014 foi de 4.962, foi baixa.

P – E o que leva a crer que vamos gastar 394 esse ano? Se o senhor gastou só 4 mil?

R – Existe uma previsão aí, existe um projeto de lei relativo ao teto, caso isso seja aprovado, se houver algum pagamento retroativo e tal existirão as despesas patronais relativas a isso.

P – O senhor está falando do PL 278, 178 é o limite do Tribunal? É o limite (palavra ininteligível) é isso que o senhor está falando?

R – Exato.

P – Se aprovarmos, pode sobrar esse saldo, é isso? Mas é 1516, pode se liquidar, aí dar-se-á num período de 15 e o senhor quer liquidar no período de 16? Se não votarmos provavelmente não haverá essa despesa.

R – É isso que falei é um dos casos possíveis que poderiam...

P – O outro seria uma concessão de abono aos servidores do TCM, é o 177.

R – Não, esse não...

P – Teve um que já foi aprovado.

R – É que coincide a obrigação patronal, é que já foi aprovado. Mas esse não incide em obrigação patronal...

P – Eles estavam na folha de vocês normal, não é isso?

R – Isso.

P – E o PL 178 de 2015 institui auxílio financeiro para a assistência médica?

R – Esse também não implica obrigações patronais. Nesse que estamos falando agora, obrigações patronais relativas ao Iprem seria só no caso de pagamentos sujeito a contribuição previdenciária.

P – O que podemos considerar é uma interrogação para quando o Braguim chegar aqui, vamos negociar a data da sua vinda, para que fale sobre esses 394 e eventualmente 10 mil reais que pode ser mais ou menos o que o senhor gastou. Se não houver a aprovação desse projeto, teremos mais 380 mil em aberto. Estamos arrumando quase 730 mil aqui. Mas, vamos em frente. Na rubrica o senhor está pedindo de materiais de consumo 815 mil da 3000. Eu queria entender o que é esse material de consumo porque o senhor está pedindo 815 mil em 2105 pediu 730 mil. Aumentou em 2015 para 1,87 e liquidados aumentou, mas liquidou 400 segundo a planilha que eu tenho.

R – Eu tenho empenhado até outubro nessa dotação 635 mil e tenho mais uma reserva de 343 mil referentes a licitações que ou já foram, ou que estão...

P – O que a gente gasta, só curiosidade, o que nós gastamos nesses materiais, porque subiu, o senhor suplementou na verdade, o senhor tinha um orçado de 730 e atualizou para 1,87. Está correto?

R – Isso.

P – Por que esse incremento? O que houve?

R – Isso foi feito utilizando dotações do próprio Tribunal...

P – Eu sei por isso que eu estou dizendo.

R – É remanejamento.

P – Que materiais são esses de consumo?

R – Todo o material que é utilizado no Tribunal, material de escritório, inclusive, entra café, leite, tudo né, tudo que se referir...

P – Eu vou pedir que o senhor nos envie a lista para que eu examine todos os materiais de consumo, dos valores pagos em 2015. Tudo o que foi gasto e os valores que foram pagos, efetivamente eu quero aqui para poder examinar até porque vai servir para poder observar a conta de 2015 do Tribunal. Agora, vamos para a próxima rubrica a 700. Na 700 o senhor tem orçado para 2015, 2.480 e o senhor pede para 2016, 2.835, mas o senhor liquidou até setembro 1.669, se não tiver errado, consta de uma das planilhas, na 14. Locação de mão de obra. está na 700. O senhor tem 2.588 e o senhor liquidou pago até agora 1.66 (ininteligível) reais. Se o senhor liquidou isso, o senhor tem a pagar 833 a diferença. A que se refere essa despesa especificamente?

R – Eu tenho empenhado até outubro 2.502. Talvez o dado que V.Exa. tenha, seja até setembro.

P – É de setembro. A primeira de 10 atualizada, com (palavra ininteligível) do próprio Tribunal 700, 2.528, o valor pago 1.669 e tinha uma reserva a pagar de 833. Eu queria entender do que são essas despesas, especificamente, se o senhor vai de novo gastar essa despesa no ano de 2016 porque o senhor está pedindo para nós 2.835. Então, o senhor explique o que é isso, o que é o dinheiro e porque vou gastar de novo em 2016.

R – O maior peso dessa dotação é o contrato de limpeza. Limpeza onera essa dotação.

P – Quantos funcionários têm na limpeza do Tribunal?

R – Eu não sei ao certo, mas é em torno de 40 funcionários. É limpeza contratada.

P – Até para termos uma clareza maior para próxima reunião que faremos com o Tribunal, eu gostaria que o senhor nos enviasse antes a cópia do contrato e as 10 primeiras medições pagas de inteiro teor para a Câmara Municipal de São Paulo, para a Comissão de

Finanças. Assim eu vou poder projetar, e a cópia do contrato obviamente.

R – A cópia do contrato, posso adiantar, que se encontra disponível no site.

P – Eu sei, mas manda junto à documentação e as 10 medições pagas até aqui. A próxima rubrica. Aqui na 900, o senhor diz aqui: outros serviços de terceiros, pessoa jurídica. E o senhor em 2014 usou 6.330.000 milhões em 2105 o senhor tem orçamento de 8.670.000 e o senhor está pedindo 16 milhões na 900. Eu queria também verificar o que é isso na 900. Do que se refere essa pasta jurídica do Tribunal para melhor clareza nossa aqui. O que efetivamente foi pago, que serviços são prestados com esses recursos, outros serviços de terceiros pessoas jurídicas. 16.305.000 milhões o senhor deseja com incremento de 88%. O que é isso? Quero ver se sobra algum dinheiro para nós para jogar para outro.

R – Essa rubrica abrange praticamente todos os contratos que o Tribunal tem. Por exemplo, os contratos de manutenção de elevador, locação de máquinas e equipamentos, agora, para o ano de 2016...

P – Porque o senhor está aumentando praticamente dobrando os valores?

R – Nós vamos ter uma despesa maior com essa dotação no ano de 2016 para procedermos uma adequação dos edifícios do Tribunal às normas de prevenção e combate de incêndio. Há algum tempo que isso precisa ser feito, o prédio do Tribunal tem quase 40 anos já e realmente está necessitando dessa adaptação. Então, já temos um projeto para isso e a previsão é que seja executado no próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Isso em 16?

O SR. NOÉ D'AGOSTINI - Para 16.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Em 15, em que o senhor gastou esse dinheiro até agora? O senhor o atualizou para maior? De novo o senhor suplementou ele aqui?

R – Ele era inicialmente de 8.670, foi suplementado para 1 milhão e 40, atualmente a dotação é de 9.710.

P – E porque o senhor esse dinheiro?

R – O Tribunal de Contas, esse ano teve diversas obras, principalmente de manutenção do prédio.

P – Vou pedir também, junto com o contrato, as dez medições pagas nesse exercício. Todas as medições pagas, também enviadas à Comissão de Finanças. Vamos a próxima rubrica. E qual o contrato que o senhor tem e o projetado para que autorizemos esses 16 milhões para o ano que vem, e também gostaria do demonstrativo da despesa, para que a Câmara Municipal de São Paulo possa autorizar esse recurso de 16 milhões.

Aqui o senhor tem uma rubrica na 800, outros auxílios financeiros a pessoas físicas orçado para 2015, era 4.300, o senhor está aumentando em 42%. Mas o liquidado desse ano, também de novo, foi pouco. Gostaria que o senhor as rubricas do que se trata, o que é feito com esse dinheiro, e se podemos economizar alguma coisa. A execução desse aqui, de 2015, pelo o que tenho aqui atualizado, não é grande. O senhor concorda comigo na 800?

R – Sim.

P – O senhor não gastou, praticamente nada. O que o senhor faz com esse dinheiro, outros auxílios para as pessoas. Vamos traduzir isso aqui.

R – Ainda esse ano vamos ter uma despesa nessa dotação na parte dela que se refere à capacitação de concursados. O Tribunal de Contas fez um concurso, recentemente, esse concurso está para ser publicada a lista definitiva e os candidatos serão chamados para o programa de formação. Uma parte disso será utilizada para pagar esses candidatos.

P – Tem quatro milhões aqui ainda. Seis milhões para 2016... Estou avisando o Tribunal, e que sirva de exemplos a todos os outros, que estou procurando moeda, porque senão como vou distribuir para algumas creches, hospitais. As notícias que o Ministro da Saúde deu para o país nos jornais de hoje, são tristes, duras. Vai faltar dinheiro para tudo. Ou seja, está dizendo que pessoas vão morrer na fila. Se tivermos qualquer margem de “gordurinha”, insisto com o senhor, vamos precisar dar uma espremida no cinto.

O demonstrativo gostaria que fosse constado aqui o quanto antes, todo esse

material no prazo de uma semana, que nos permita fazer uma melhor avaliação desta rubrica, porque não estou vendo gasto para 6 milhões 276 mil aqui, para outros auxílios financeiros. Não é pouco dinheiro. Gostaria de saber, a memória de calculo, como o senhor chegou no demonstrativo, como o senhor chegou nesse valor aqui e o que foi projetado anteriormente, e em 2015 o senhor não gastou nada até agora, mas pode gastar um pouco.

Tenho mais três rubricas que gostaria de falar com o senhor. Na locação de mão de obra, já falamos da locação 700?

R – Já. Falei que a maior despesa é com o contrato de limpeza.

P – O senhor tem outra aqui na 600, e na 700. Já falamos. Equipamento e material e permanente também. Então tá perfeito.

Sr. Presidente, quero, obviamente não estou satisfeito com isso, com os valores aqui realizados. Vou deixar ver as perguntas se não fica tarde. Vou falar do Fundo com o Presidente Braguim. E como ele virá aqui, vou falar com ele sobre o Fundo, ou se outro Vereador assim o desejar.

A 100, que é pessoal, o senhor tem a proposta para 204 para 2016. Aumentou um pouco, 3%, é isso ou não é?

O SR. NOÉ D'AGOSTINI – Nós estamos com 197. Inicialmente, era 199. Uma parte dela, um milhão e 900, foi usada para suplementar outra dotação; nós temos atualmente 197. Já empenhamos até outubro 111, e essa é uma dotação que temos mais três meses à frente para empenhar, porque se refere a pagamento de pessoal civil.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Décimo terceiro, férias.

O SR. NOÉ D'AGOSTINI – Férias, em dezembro, e 13º. Vamos gastar por volta de uns 30 milhões.

P – O senhor prevê sobra de recursos aí?

R – Sobra, sim.

P – Quanto?

R – Deve sobrar alguma coisa próxima de 50.

P – Cinquenta milhões de pessoal?

R – Quarenta e cinco, com certeza.

P – Então eu pergunto: por que, em 2016, o senhor está prevendo 204, se já está sobrando em 2015?

R – Uma das razões é o concurso.

P – Tudo bem. Então eu quero a memória de cálculo desse daqui, com a lista de funcionários – não precisa dar o nome, mas só os valores –, como chegou e a projeção de seguro o senhor também envia para a Câmara. Porque o senhor está dizendo que está sobrando 50 milhões. E 50 milhões resolve o problema desta Casa em muita coisa. É muito dinheiro.

R – É que nessa dotação, especificamente...

P – Cinquenta milhões não é pouco. Então estou pedindo para que o senhor me dê o demonstrativo projetado para 2016 do que é efetivamente, já com os concursos – novos salários e os valores previstos. Que se está sobrando 50, seguramente eu vou reter um pouco desse dinheiro, não são 50 milhões que o senhor vai gastar a mais em 2016. Por isso que eu estou precisando aqui. Com os 50 que o senhor vai devolver, eu seguramente vou reter 50 milhões – a menos que me deem o valor para onde vai. Eu vou usar os 50 milhões a mais aqui nessa rubrica. Então eu preciso que o senhor me demonstra, antes, o que vai gastar no concurso, qual é o valor. Isso o senhor pode fazer no prazo de uma semana, para que nós preparemos a venda do Braguinha aqui. Tá bom?

R – Para essa dotação, a previsão é sempre feita considerando o quadro completo do Tribunal. Essa é uma técnica de elaboração de orçamento...

P – Eu já arrumei 50 milhões para o senhor. Aqui, pelo menos, por baixo, vou arrumar uns 60, 70 até o final do orçamento do Tribunal. Eu quero o demonstrativo dela.

Devolvo a palavra ao Presidente. Mas o senhor notou, Presidente? Cria uma

rubrica aqui, 50 milhões com margem; ou devemos ter o demonstrativo de onde vamos gastar. Aquilo que foi efetivamente necessário para o pessoal, nós faremos. Só não haverá reserva. Este ano nós teremos dificuldade em fazer essa técnica de deixar uma gordurinha para os eventuais, seguramente não haverá.

R – Só para esclarecer, lembrar, que naqueles 68 milhões que nós devolvemos o ano passado e nos anos anteriores, grande parte dele é sobra dessa dotação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - De folha de pagamento?

R – De folha de pagamento.

P – Ok.

R – Porque já há algum tempo que o Tribunal está com o quadro efetivo bastante defasado.

P – Tá, eu vou anunciar aqui a presença do Vereador Jair Tatto, que é membro da comissão, e da Vereadora Sandra Tadeu, que compõem a Comissão de Constituição e Justiça.

Alguma questão, Vereador Jair Tatto?

O SR. JAIR TATTO – Presidente, estou plenamente satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Eu tenho na realidade somente duas questões.

Na realidade, o senhor afirmou aqui no início da nossa audiência a possibilidade de que em 2015 o Tribunal devolva 90 milhões. Então eu estou entendendo...

O SR. NOÉ D'AGOSTINI – É, na verdade, temos orçamento de 268 para este ano, e uma perspectiva de gasto de até 190, mais ou menos. Então seriam 78 milhões.

P – Deixa eu só fazer a conta de novo com o senhor.

O orçamento deste ano é de 268. E a previsão de gasto é de?

R – Cento e noventa.

P – São 268. Se fizéssemos a conta redonda, seriam 270. O senhor disse que vai gastar 190.

R – Cento e noventa.

P – Então 190 menos 270, 90, não é?

R – Não, 80.

P – O orçamento é 270 milhões, não é isso?

R – Isso, 270 menos 190 dá 80.

P – Ok. Então 80 milhões.

R – Isso no máximo.

P – É uma previsão, é uma perspectiva de, pode não ocorrer. E desses 80 milhões que vão sobrar, possivelmente 50 são da folha.

R – Sim, sim.

P – Então está certo, já entendi. Então teríamos aqui...

R – Deixa eu só fazer uma ressalva.

P – Já entendi onde está.

R – Nós temos algumas manutenções necessárias a serem feitas no prédio, que normalmente são feitas no final do ano, no período que o Tribunal para, entre o Natal e o réveillon. São manutenções maiores, que necessitam que o prédio esteja parado. Então, até o final do ano, ainda deve ocorrer a contratação de mais alguma manutenção...

P – Não, eu entendi. Aqui a gente está trabalhando com a perspectiva de, e eu entendi onde está – a maior parte dos 80 milhões vai estar em folha, e o resto estará nas rubricas às quais o senhor fez referência aqui, que é as que podem não gastar aquilo que foi previsto. Ok.

Minha última questão, Sr. Noé, é o seguinte: já é recorrente na Comissão de Finanças a questão da facilidade na leitura da execução orçamentária. Qual é o sistema que o Tribunal usa para acompanhamento da execução orçamentária do Tribunal?

R – Sistema interno, o quê?

P – Por exemplo, a Prefeitura tem um sistema que a Câmara tem a facilidade de

acompanhar a execução orçamentária. Qual é o sistema que o Tribunal utiliza para acompanhamento da execução orçamentária do Tribunal?

R – O Tribunal utiliza um sistema próprio, contratado de terceiros. Agora, todos os dados contábeis e de execução orçamentária são repassados por SOF, que é o sistema da Prefeitura. Então no SOF é possível...

P – Mas deixa eu perguntar. Por exemplo, quando vocês publicam a execução de vocês, vocês publicam os códigos – 31, 90, 11, 90, 00 –, mas não publicam o que significa esse código.

R – É que na verdade essa dotação é institucional, vale para o Brasil todo, não é nossa.

P – Entendi. Então, por exemplo, em vez de eu publicar 31, 90, 11, 00, eu poderia publicar “vencimento civil”.

R – Sim.

P – Não posso?

R – Pode ser feito.

P – Porque é mais fácil para fazer a leitura.

R – Sim, eu sei.

P – Um leigo que pega os códigos tem que buscar a lei, que é federal, para fazer a transposição. Por que a gente não pode facilitar? Porque vocês podem publicar já identificando, não pode?

R – Podemos.

P – Quem decide? É a parte técnica?

R – O próprio sistema é assim.

P – Tá, mas vocês podem...

R – Mas nós podemos verificar...

P – ... fazer essa facilitação para o leigo, não pode?

R – Sim.

P – Ok, então vou deixar como sugestão, para facilitar. Se puder identificar o que são os códigos, como faz a Prefeitura, como faz a Câmara, para que a gente pudesse ter uma leitura mais rápida.

Da minha parte são essas questões.

Passo a palavra à Vereadora Sandra Tadeu.

Temos apenas um inscrito, o Sr. Laerte Brasil. Então, terminando as palavras da Vereadora, passamos às perguntas dos presentes.

Tem a palavra a nobre Vereadora Sandra Tadeu.

A SRA. SANDRA TADEU – Bom dia a todos, ao Presidente da Comissão de Finanças, ao Relator do Orçamento, Vereador Milton Leite.

Gostaria também de fazer uma sugestão.

Eu sou da Comissão de Justiça, e todas as vezes que tenho alguma dúvida, marcamos audiência pública, nunca nenhum conselheiro se presta a vir aqui dar esclarecimentos, é sempre um funcionário. Não estou diminuindo a competência de cada funcionário, mas eu queria sugerir ao... Como é uma questão que a gente está em dúvida também do orçamento de 2015, que viesse o presidente anterior, não só o Braguim, mas o presidente anterior, porque tem uma série de esclarecimentos, e também viesse com a equipe de cada departamento, porque muitas coisas o senhor não sabe responder, pelo pouco que eu cheguei aqui. “Ah, eu preciso ver de qual é o contrato, de qual não é”.

Eu também, já adiantando para a Comissão de Finanças, estou colocando, porque vários tribunais de contas, tanto do Rio quanto de outro estado que me esqueço, eles aumentaram mais dois conselheiros, o que eu acho de uma eficiência enorme, para a gente não ter processos há dez anos parados no tribunal de contas. Uma pessoa seria do Ministério Público e outra pessoa seria dos auditores. Eu acho essas pessoas importantíssimas para compor o quadro de conselheiros do Tribunal de Contas municipal.

Também gostaria que o senhor repetisse esses outros auxílios financeiros a pessoas físicas, que o senhor disse onde seria gasto isso.

O SR. NOÉ D'AGOSTINI - Bom, como eu falei, uma parte dele seria auxílio para os concursados, conforme previsto no Lei Orgânica do Município, e a maior parte estaria destinada para o auxílio saúde, já que existe um projeto de lei tratando disso.

A SRA. SANDRA TADEU – Perfeito. Era isso, porque o senhor não especificou anteriormente que era para auxílio saúde. Eu recebi aqui um questionamento, no requerimento que fiz ao Tribunal de Contas, que no primeiro ano, de 2015, seriam 3,8 milhões.

O SR. NOÉ D'AGOSTINI - Sim.

A SRA. SANDRA TADEU – E vocês gastaram em 2015... Então dá para economizar mais alguns milhõezinhos aqui, Paulo. Se eram 3,8 milhões para assistência médica, que a gente não aprovou aqui na Câmara, e tão cedo acho que não vai aprovar o projeto da maneira que está. Está comigo na Comissão de Justiça e a gente está questionando isso. O custo foi... E aqui, para o ano que vem, eles mandaram para mim, segundo o que vocês escreveram aqui, um total de cinco milhões, não é isso?

O SR. NOÉ D'AGOSTINI - Sim.

A SRA. SANDRA TADEU - E ele está gastando 6,276 milhões. Quer dizer, se não aprovarmos o projeto, isso daqui, nós teremos uma economia de cinco milhões para 2016. Em 2015 tem uma economia de 3,8 milhões. Foi o que eles nos responderam no nosso requerimento. Certo? Não é isso?

O SR. NOÉ D'AGOSTINI - Sim, é isso.

A SRA. SANDRA TADEU – Então tem mais uma economia aí. Na verdade eu acho assim: se a Câmara conseguiu economizar 50 milhões, já devolveu 30 milhões para a Prefeitura, o Tribunal, sendo um órgão auxiliar da Câmara... Quer dizer, vocês não economizaram nada, de 2015 vocês não vão devolver nada, foi tudo gasto.

O SR. NOÉ D'AGOSTINI - Isso foi falado agora há pouco...

A SRA. SANDRA TADEU – É, mas eu perdi, o senhor poderia dar um repique aí, por favor?

O SR. NOÉ D'AGOSTINI - Certamente, assim como nos anos anteriores. Em relação ao orçamento de 2014, por exemplo, nós devolvemos 68 milhões; no ano anterior, mais ou menos a mesma coisa. Para esse ano talvez a gente consiga chegar a alguma coisa próxima de 80 milhões. Em todos os anos anteriores houve devolução. Quer dizer, não é nem devolução, na verdade são valores que nem foram repassados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Não são repassados, ficam no cofre da prefeitura.

O SR. NOÉ D'AGOSTINI - Exatamente.

A SRA. SANDRA TADEU – Outra coisa, não sei se o pessoal já perguntou: o projeto de Lei 278 de 2015 trata do limite remuneratório dos conselheiros e funcionários do TCM. Qual o impacto no orçamento do Tribunal em 2016?

O SR. NOÉ D'AGOSTINI - A senhora diz se isso tivesse sido aprovado?

A SRA. SANDRA TADEU – É.

O SR. NOÉ D'AGOSTINI - Em torno de 9% na parte de despesa de pessoal

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - A mais?

O SR. NOÉ D'AGOSTINI - A mais.

A SRA. SANDRA TADEU – Então vocês não colocaram isso aqui?

O SR. NOÉ D'AGOSTINI - Não, ele consta como uma previsão, porque toda aquela despesa que pode acontecer tem que ser prevista e provida.

A SRA. SANDRA TADEU – Então qual foi a dotação que colocou esses 9% aí?

O SR. NOÉ D'AGOSTINI - Isso aí onera vencimentos e vantagens fixas, que é a 31.90.11, que é a maior dotação do Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Que é a previsão de 204 milhões para o ano que vem.

O SR. NOÉ D'AGOSTINI - Duzentos e quatro milhões, exatamente.

A SRA. SANDRA TADEU – Então aproximadamente 10%, 9% a mais aí.

O SR. NOÉ D'AGOSTINI - É que seriam 9% em relação ao que está sendo executado.

A SRA. SANDRA TADEU – Então o valor é mais, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Menos.

O SR. NOÉ D'AGOSTINI - Menos.

A SRA. SANDRA TADEU – Não, é mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Menos, porque não executou 204. Vocês vão executar quanto em 2015? A previsão é mais quantos milhões?

O SR. NOÉ D'AGOSTINI - Nós temos, até outubro, 111, a previsão é mais uns 30, 140.

- Falas sobrepostas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Cento e onze mais 30, o senhor falou 140.

O SR. NOÉ D'AGOSTINI - Isso, por volta de 140.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – É sobre 140 e não sobre 204, então é menos.

O SR. NOÉ D'AGOSTINI - Nove por cento daria uns 12 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Sobre os 140.

O SR. NOÉ D'AGOSTINI - Isso, exato.

A SRA. SANDRA TADEU – Então, se não for aprovado, também tem essa economia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – É que aqui, Vereadora, a gente já identificou que há – foi dito aqui – o maior valor que acaba sendo não utilizado. A expectativa é que a gente tenha, em 2015, segundo o relato aqui, 80 milhões que não serão gastos. A maior parte desses 80 milhões está nessa dotação que gira em torno de 50.

A SRA. SANDRA TADEU – Sim, mas eu acho assim, por exemplo, você colocou... Ele já colocou no ano passado, não sei se foi discutido esse ano, o ano de 2015, na questão de pendência... aqui... financeira e pessoa física, vocês já apontavam, com esse projeto de assistência médica ao funcionário?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Não, ele colocou como perspectiva de. Como pode não ser aprovado, a gente vai ter que aguardar.

O SR. MILTON LEITE – Vamos aguardar.

A SRA. SANDRA TADEU – Sim, mesmo... Isso você aguarda sempre, é comum na Comissão de Finanças questionarem isso?

O SR. MILTON LEITE – Não, não.

O SR. NOÉ D'AGOSTINI - Não, não.

A SRA. SANDRA TADEU – Porque isso já vem...

O SR. MILTON LEITE – Permite aparte, Vereadora Sandra. É que nesse caso há um projeto de lei pendente. Como nós temos até o dia 15 de dezembro, *ad cautelam* farei uma emenda remanejando esse recurso. Se for aprovado até (ininteligível), muito que bem; se não for, eu tiro o dinheiro. Aqui, pelo que está aqui, já devo remanejar entre 80 e 100 milhões do Tribunal. Eu estou absolutamente convencido disso. Entre 80 e 100 milhões eu vou retirar de lá, não tenho dúvida nenhuma. A menos que eles venham com um convencimento. Dessas planilhas que nós faremos estudos, seguramente sairão 100 milhões de lá. A senhora fique tranquila. Haverá uma redução, um remanejamento da ordem de 80 a 100 milhões para outras áreas prioritárias, a menos que eu tenha justificativa ou aprove lei que justifique. Se não justificar esses valores, nesse valor que nós estamos mencionando, de 80 a 100, seguramente nós vamos... Quando tem margem, Vereadora Sandra, de recurso, todos os órgãos trabalham com alguma margem, um pouquinho a mais para remanejar, devolve depois, ao final. É legítimo que o façam. Mas num mundo em que moeda está fazendo falta, nós estamos fazendo aqui o chamado ajuste fino, não é para essa pasta do Tribunal, para todas as pastas, a Câmara

Municipal também. A Câmara já fez a sua parte, já reduziu em 60 milhões, em 2015, devolveu. E eu vou chorar com o Donato a devolução de alguma coisa aqui. (Ininteligível) vamos chorar alguma coisa aqui. Eu vou fazer um ajuste fino na Câmara, tranquilo.

- Falas sobrepostas.

A SRA. SANDRA TADEU – A Prefeitura (ininteligível) por falta de dinheiro. O meu questionamento é esse. A Prefeitura, por mais que ela esteja... Sempre faltam recursos, estão certo?

O SR. MILTON LEITE – Mas eu estou dizendo para a senhora, num ano de crise...

- Falas sobrepostas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Deixe concluir para a gente poder...

A SRA. SANDRA TADEU - Deixe concluir meu pensamento. Você não deixa concluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Por favor, Vereadora Sandra Tadeu, para concluir, porque nós temos ainda mais uma pergunta.

A SRA. SANDRA TADEU – Está bom. Por exemplo, ele já colocou um projeto que chegou no meio do ano, ele já colocou quatro milhões só na questão da saúde, que é o meu questionamento dos projetos que estão na Comissão de Justiça. Quer dizer, se cada item desses daqui eu colocar sempre a mais, fora os remanejamentos que foram feitos diferente aqui do ano 2015, ele remanejou um monte...

O SR. MILTON LEITE - Nós balanceamos isso já, já estimamos tudo isso.

A SRA. SANDRA TADEU – Meu questionamento é esse: “Como que se põe uma coisa a mais no valor desse aqui de pessoas jurídicas?” Na verdade, gasta-se um milhão e pouco. Ele está aumentando.

O SR. MILTON LEITE – Já identificamos tudo isso e debatemos com eles. Já estamos projetando isso. Já chegamos à conclusão disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Consulto a nobre Vereadora Sandra Tadeu

se há mais alguma pergunta.

A SRA. SANDRA TADEU – Não respondeu a minha pergunta. Não deveria haver uma margem tão grande a mais, colocando uma coisa que não existe?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Calma. É que o Vereador Milton Leite, relator, já respondeu. V.Exa. disse: “Identificando que não existe, será feita uma discussão de readequação”. Então, está respondido.

A SRA. SANDRA TADEU – Está respondido. Essa é uma maneira que não deveria acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Mas acontece em todas as secretarias, nobre Vereadora. É a perspectiva de se gastar ou não. Algumas têm uma perspectiva de gastar e outras de gastar menos.

A SRA. SANDRA TADEU – Nossa, então, só a Prefeitura que nunca gasta tudo, e não tem dinheiro?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – A Prefeitura, a Câmara, todos os órgãos, eles trabalham com a perspectiva de ter um gasto, que nem sempre tem...

A SRA. SANDRA TADEU – Então, a Prefeitura é sempre negativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – O gasto que é necessário.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Eu sou Presidente da Confederação São Paulo Trabalho e Empreendedorismo. Primeiramente, não existe dinheiro público. Existe dinheiro dos munícipes, dos contribuintes. Numa reunião onde estavam o Sr. José Américo, o atual Presidente da Câmara e vários políticos, estavam investigando um esquema, vamos dizer, sujo, que há no País (inaudível) Vou dizer o que os dois principais falaram. Falaram que, na combinação junto com a Sra. Dilma, o ex-Presidente Lula e o Sr. Michel Temer, o Sr. Prefeito Haddad, junto com a Sra. Vice-Presidente, (inaudível) junto com a (inaudível) aqui da Câmara desviaria 25 bilhões de reais até o final do mandato de S.Exa. Fui para cima. Foi por meio de

obras superfaturadas, e desvio da secretaria. Inclusive, S.Exa. falou também no Tribunal de Contas, que cerca de 15 a 20% do orçamento do Tribunal seria desviado corruptivamente entre o Presidente do Tribunal, o Sr. Prefeito Haddad, a (inaudível) da Casa aqui e os demais membros desses tribunal; agora sempre me deixa, vamos dizer, com uma pulga atrás da orelha.

Eu vou falar do projeto de auxílio à doença. Esse é um verdadeiro trem da alegria. Sabem por quê? Porque é um projeto que vai privilegiar uma pequena categoria de servidores que já ganham muito bem, enquanto que os munícipes, que contribuem aqui para o recurso da Saúde, não há saúde, não encontramos médicos e não encontramos remédios. Para marcar uma consulta hoje, demora de oito até três anos na cidade de São Paulo. Eu acho que é um verdadeiro trem da alegria. Isso não é um absurdo para o Tribunal de Contas aprovar um trenzinho desse da alegria, um auxílio de saúde aqui na cidade de São Paulo?

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Noé D'Agostini, para responder o Sr. Laerte Brasil.

O SR. NOÉ D'AGOSTINI – Bom, eu não consegui entender a menção, uma eventual corrupção no Tribunal. Eu, até então, não tinha ouvido falar nada sobre isso, mas me parece que o ponto central aí foi a questão de haver um projeto de lei relativo a um auxílio-saúde para os funcionários do Tribunal. Bom, esse realmente é um projeto que foi apresentado e está em discussão. Agora é importante lembrar que esse projeto surgiu por meio de uma demanda do Sindlex, que é o sindicato que reúne os funcionários da Câmara e do Tribunal. Essa demanda foi acolhida pela Administração do Tribunal; e, por isso que foi colocada na proposta orçamentária, mas está em discussão.

Eu, como responsável pela elaboração do orçamento do Tribunal, recebi essa demanda e a acrescentei na proposta orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o nobre Vereador Milton

Leite.

O SR. MILTON LEITE – Como aqui o debate é aberto a todos, o munícipe, o contribuinte, Sr. Laerte, fez menção à corrupção ao Tribunal. Eu quero dizer que nós vamos, vamos convidá-lo oportunamente, na Finanças, para abrirmos o debate um pouco sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – V.Exa. vai convidar o Sr. Laerte?

O SR. MILTON LEITE – Laerte Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Para ele poder falar sobre...

O SR. MILTON LEITE – Sobre corrupção do Tribunal, a qual ele fez menção. Sr. Laerte, eu farei o convite. Depois...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – O senhor, por favor, depois deixa o endereço aqui para o convite.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Está certo. Aquele dinheiro que foi roubado, que o senhor falou lá no banheiro, não é?

O SR. MILTON LEITE – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Está certo.

O SR. MILTON LEITE – Onde há roubo de dinheiro, nós vamos apurar. Se há no Tribunal, nós vamos apurar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – OK. Queria agradecer então os representantes do Tribunal, o Sr. Noé D'Agostini.

Tem a palavra o nobre Vereador Milton Leite, para dar um esclarecimento.

O SR. MILTON LEITE – Nós temos aqui uma única data, a menos que, que o permita encaixar ao Tribunal novamente, já com as respostas, que é o dia 12 de novembro. Mandaremos o horário, para que o Sr. Braguim venha. Aí é imprescindível a vinda de S.Exa. Não há como mandar representante. Eu lamento dizer, mas, neste ano, não há essa possibilidade. Então, o senhor transmita isso a S.Exa. hoje, das dificuldades que nós estamos passando e de que é vislumbrada realmente essa possibilidade, de um corte de, por mais de 80 milhões. Claramente eu vou fazer esse ajuste fino com os senhores, e convencer S.Exa. tecnicamente que não há... Pode ser menor o corte; faremos, mas, senão, vamos trabalhar naquilo que foi depurado aqui hoje.

Dos demais, o senhor foi muito gentil, Sra. Valdirene. Não ouvi sua voz, mas é muito bom a presença dos senhores.

O SR. NOÉ D'AGOSTINI – Muito obrigado.

O SR. MILTON LEITE – Fico aguardando as informações. Quero ressaltar que esse critério não será (inaudível) só do Tribunal. Cada centavo que houver a mais aqui, eu vou... Parecia o Joaquim (inaudível) com o tesourão andando por aí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Queria então agradecer o Sr. Noé D'Agostini Neto, coordenador; e a Sra. Valdirene Aparecida de Assis.

Eu vou suspender a reunião, porque a próxima audiência será com a Secretaria Municipal de Relações Governamentais, até porque a Secretaria Municipal de Segurança pediu para reagendar.

Então, estão suspensos os nossos trabalhos.

Muito obrigado aos dois presentes.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Jair Tatto (?).

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto(?)) – Está reaberta a reunião, a audiência pública sobre o orçamento. Está presente a Secretaria de Relações Governamentais. Está convidado o Sr. Secretário José Américo Ascêncio Dias. S.Exa. justificou. S.Exa. está em Brasília, numa atividade partidária. S.Exa. é dirigente nacional do Partido dos Trabalhadores e manda aqui o Sr. José Pivatto, Secretário Adjunto.

O SR. MILTON LEITE – Agradeço aqui o Sr. José Américo e o Sr. José Pivatto. É a pasta mais simples que há, se nós olharmos aqui o orçamento desta pasta. Quanto a todas as rubricas, o dinheiro vem de emenda parlamentar. Não há dinheiro. Tudo é emenda parlamentar aqui, ou seja, se nós não mandarmos dinheiro, não temos dinheiro. Vivem de que lá, Sr. Secretário? De recursos, não há. Operação (inaudível) 115 mil reais. Há uma redução na promoção e eventos de interesse do município, de 8 milhões. Essa pasta mal tem orçado; administração da unidade, 4 milhões. Quase não há. O dinheiro que interessa mesmo vem de emenda parlamentar. São os Srs. Parlamentares que mandam o dinheiro todo para V.Exas. distribuírem e investirem na Cidade. Assim, eu gostaria que V.Exa. falasse rapidamente sobre a 21-18 especificamente, a respeito da rubrica 21-18.

O SR. JOSÉ PIVATTO – Bom dia, senhoras e senhores presentes a esta audiência pública. Bom dia, Sr. Presidente. Rapidamente, a nossa secretaria é minúscula, diante da dimensão das demais secretarias da cidade de São Paulo. É a secretaria que cuida basicamente das relações governamentais, que trata dos conselhos participativos da Cidade, da eleição e do acompanhamento dos 32 conselhos constituídos nos territórios das subprefeituras. Trata também da organização da reunião do conselho da Cidade com o Sr. Prefeito Municipal. Tem um número muito pequeno de funcionários. É uma secretaria que tem cerca de 30 a 40 funcionários e trata das emendas parlamentares, do seu encaminhamento aos respectivos órgãos executores, sejam as secretarias municipais ou os órgãos das subprefeituras. Trata também da questão de alguns eventos de interesse do município. Nós

temos uma rubrica aqui, a 21-18, no valor de 10 milhões de reais, que basicamente é o contrato que nós firmamos com a Spturis, para atender a esses eventos de interesse do município, que normalmente são suplementados. São eventos de maior custo por meio de emendas dos Srs. Vereadores desta Casa.

Então, o que se nota do nosso orçamento, Sr. Presidente, é que realmente é um orçamento extremamente pequeno e limitado, porque a nossa secretaria trata estritamente dessas relações com os movimentos, com a Câmara Municipal, no sentido também de aprovar os projetos de interesse do município da cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto(?)) – Não há inscritos. Agradeço a presença do nosso querido Secretário Adjunto, Sr. José Pivatto.

O SR. MILTON LEITE – Suspendemos a reunião e retornaremos às 14h, com a pasta dos transportes.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto(?)) – Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Contamos aqui com a presença do nobre Vereador Jair Tatto e este que lhes fala, Vereador Milton Leite.

De plano, convido os senhores representantes da Secretaria Municipal de Transportes e das empresas, SPTrans, CET, que serão compostos pelas seguintes pessoas: Denilson Ferreira, Maria Lucia Begalli, Antônio Carlos Prestes Campos e Aduino Farias.

Eu pediria que tomassem assento aqui nessas cadeiras da frente, por gentileza - nessas cadeiras onde há o microfone, naqueles assentos, Aduino.

Boa tarde a todos vocês aqui.

Aí nessa fileira porque aí tem muito espaço e aqui é pequeno e não vou conseguir ficar olhando lateralmente para todos vocês.

O SR. DENILSON FERREIRA - Relator, se me permite. Denilson.

Pela CET?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - É a Maria Lucia Begalli.

O SR. DENILSON FERREIRA - Pela SPTrans? Denilson e Adauto.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Denilson e Adauto.

O SR. DENILSON FERREIRA - Secretária?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Antônio Carlos fala como Assessor Chefe da...

O SR. DENILSON FERREIRA - Denilson. Tudo bem.

Muito bem. Nosso Relator estabelece a ordem aí.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Tudo bem. Aqui, o Denilson.

NÃO IDENTIFICADO - Começa por onde?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Administração e Finanças; SPTrans; Diretora Administrativa; o Antônio Carlos.

Maria Lucia é CET, não é isso? (Assentimento) Pronto. Então tá. Nós vamos fazer aqui todas as audiências de uma única vez.

Eu pediria então, como tudo é Pasta de Transportes, vou abrir, a partir deste momento, o tempo, por volta de 10 a 20 minutos para que vocês façam uma demonstração daquilo que vocês desejam expor sobre as Pastas, começando com o Adauto, a Maria Lucia, e na ordem que vocês melhor estabelecerem e assim o desejarem. Eu vou acompanhar; em seguida, passaremos às perguntas - está feito, Adauto? E vamos fazer o debate em conjunto que é para otimizar. Como é a Pasta, um pode eventualmente se socorrer do outro, se houver necessidade. Se não houver, vamos tocar a vida em frente aqui.

Conforme o acordo encaminhado, esclareço às senhoras e aos senhores presentes que o Secretário Jilmar Tatto deverá vir numa outra data para falar a respeito das Políticas de Transporte. Chegou-nos que vocês responderão tecnicamente pela Pasta / Orçamento. Mas as Políticas de Transporte, como é algo político, cabe realmente ao Secretário manifestar. Vocês

deverão aqui sustentar aquilo que foi executado em 2015, o que está em execução e a sustentação para 2016.

Então, Adauto, tem V.Sa. a palavra, ou aquele que achar, se identificando aí, porque são vários aqueles que falam ao microfone.

NÃO IDENTIFICADO - Boa tarde, nobre Vereador Milton Leite, nobre Vereador Jair Tatto, todos os presentes, colegas aqui da Secretaria de Transportes.

Vou falar aqui especificamente das dotações que compõem aquelas específicas da SPTrans, deixando as questões relacionadas à compensação tarifária para o Dr. Adauto, que vem falar exclusivamente desse tema.

Nós temos aqui a dotação Aposentadoria Complementar, que está disponibilizada no valor de 37,496 milhões, que correspondem àquelas aposentadorias que a legislação antiga determinava que a empresa compensasse. Então é uma dotação permanente, que vem todos os anos. Ela vem diminuindo em termos reais; ela cresce em função de reajustes que são dados à categoria ativa.

Esses aposentados, no caso, têm direito a um acompanhamento salarial e isso permanente enquanto as pensões e benefícios existirem.

Depois, temos a dotação de Transporte de Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida, que é a dotação específica do Atende que, para esse ano, está previsto um valor de 69,874 milhões, que é a manutenção das 388 vans que atendem esse serviço na cidade de São Paulo.

Depois, temos a dotação Implantação de Requalificação de Corredores, que tem um valor simbólico para manutenção dessa dotação, considerando que as obras e os grandes investimentos foram passados à responsabilidade da SP Obras - não está mais na Secretaria de Transportes.

A dotação Modernização do Sistema de Transporte, que trata especificamente da modernização do sistema de bilhetagem eletrônica, que, no total, aqui está algo em torno de

10,167 milhões - para ser preciso, que é uma continuação exatamente dos projetos que vinham acontecendo desde o ano passado.

Depois, temos a dotação de Aumento de Capital da SPTrans. Essa dotação corresponde a um empréstimo, que foi feito na época do Prefeito Mario Covas, que representava aquisição, na época, de 500 veículos, 500 ônibus aproximadamente. Foi feito um empréstimo internacional e, no Governo Fernando Henrique, o Governo federalizou essas dívidas internacionais. Então, ano a ano, esse aumento de capital corresponde à amortização dessa dívida.

Depois, temos a dotação Operação e Manutenção do Sistema Municipal de Transporte, que é a conta Gestão da SPTrans. Corresponde ao valor de 318 milhões para o próximo ano, que é a dotação que serve para tocar o custeio da empresa. Paga salários, paga, enfim, luz, água, toda a manutenção da empresa durante esse período.

Aí tem compensação tarifária, que o Adauto vai falar já.

Depois temos a dotação Implantação e Requalificação de Corredores, na ordem de 34,500 milhões, que isso aqui é a finalização dos projetos especificamente, considerando que a implantação está a cargo da SP Obras.

Da mesma forma para os Terminais, no valor de 21 milhões de reais.

Da SPTrans, esse é o conjunto de dotações pelo qual estamos responsáveis.

Agora passo a palavra para o Dr. Adauto, que fala de Compensação Tarifária.

O SR. ADAUTO FARIAS - Boa tarde, Vereador Milton; boa tarde, Vereador Tatto; boa tarde aí a quem está presente.

O Orçamento para 2015 foi proposto prevendo aí um valor global para a rubrica de Compensações Tarifárias, da ordem de 1,87 bilhão, 1,88 bilhão para ser mais preciso.

Essa compensação tarifária contempla todo o subsídio prestado diretamente ao usuário do transporte, por conta de que, historicamente, a Prefeitura de São Paulo - exceto em momentos muito pontuais - quase nunca cobrou do usuário a integralidade do valor dos custos

da tarifa, não é?

No ano passado, fechamos aí a conta de compensação tarifária em 1,7 bilhão, considerando o Orçamento e mais as suplementações posteriores.

Neste ano aqui, começamos o ano com uma previsão orçamentária de 1,400.

No mês de outubro, agora em curso, há duas semanas, foi feita uma primeira suplementação da ordem de 144 milhões e estamos observando aí qual vai ser o comportamento da conta até o final do ano, não é?

Esse ano aqui, do ponto de vista orçamentário, o que aconteceu, de fato, relevante foi a entrada em vigor, a partir de fevereiro, do Passe Livre para o Estudante. Esse passe livre hoje - isso são dados de ontem - está atendendo atualmente 524 mil estudantes que deixaram de pagar tarifa. E este ano também tivemos, ainda isso é uma coisa que começou no ano passado, que foi aquela gratuidade e a complementação da gratuidade dos homens de 60 a 65 anos, que começou em março de 2014.

Este ano, nós atingimos um público a mais em relação ao que havia na legislação anterior de aproximadamente 300 mil pessoas que estão sendo atendidas por esse tipo de gratuidade.

Apenas como registro do que aconteceu do último orçamento até o processo de aprovação deste orçamento, houve o reajuste da tarifa em janeiro deste ano, que foi decretado em dezembro do ano passado, mas vigorou a partir do dia 06 de janeiro, um reajuste nominal de 16,7%, passando de R\$ 3,00 para R\$ 3,50 a tarifa nominal. Porém, com as gratuidades, os descontos, as políticas de benefícios que constam da política geral do transporte, o efeito global do aumento de receita no sistema ficou entre 8% e 8,5% contra um reajuste nominal de quase 17%.

Há algo que deve ter bastante repercussão sobre os números que estão sendo projetados. É lógico que não podemos garantir que haja efeito do que vou falar, mas estamos em curso da licitação para os novos contratos de 20 anos do sistema de transporte. A entrega

da proposta deve ocorrer no dia 19 de novembro e, dentro dos menores prazos que a lei estabelece, pode ser que tenhamos contrato assinado em meados de janeiro, início de fevereiro.

Há uma incógnita nesse processo, porque a definição dos preços do transporte que serão pagos aos operadores depende desse processo licitatório, já que no critério de julgamento da licitação a Prefeitura estabeleceu um valor de referência sobre o qual os interessados devem ofertar algum valor de desconto. Então o resultado da licitação pode causar algum impacto sobre esses números de que estamos falando.

O que tem preocupado bastante a Prefeitura, o Secretário, é a questão do financiamento do custeio do transporte. Nós viemos de um período longo em que a questão do financiamento dos investimentos do transporte estava bem resolvido com as linhas de Finame. E com essas medidas de ajuste do Governo Federal, houve uma redução de percentual que as linhas de Finame financiam para o investimento em veículo principalmente; houve algum aumento dos encargos financeiros do Finame.

Agora do ponto de vista financeiro do transporte, é um debate que se faz não só em São Paulo, mas no País como um todo, sobre a questão de como se financia adequadamente o custeio do transporte. Para se ter uma ideia, hoje, de cada real que a Prefeitura coloca como subsídio para o usuário do transporte, cerca de 2/3 são destinados para o financiamento dessas políticas que não são propriamente de transporte, como o transporte de idoso, que é uma política muito exitosa, que prolonga a vida profissional e ativa das pessoas; a questão da proteção para pessoas com problema de saúde ou com deficiência física; a política voltada para a educação, na forma do financiamento do transporte do estudante. Todas essas políticas públicas foram sendo cristalizadas e são cada vez mais úteis e meritórias ao longo do tempo. Porém, do ponto de vista do transporte, essa conta acaba caindo sem uma fonte muito clara de financiamento. Existe hoje em curso na Câmara dos Deputados um projeto relacionado à questão da CIDE sobre combustível, que seria uma tentativa de trazer algum recurso que não

onerasse diretamente o usuário. Evidentemente, a tarifa tem um peso importante no orçamento das famílias. Mas, enfim, a decisão política da Prefeitura de continuar subsidiando o transporte implica num sacrifício bastante grande dela e dos cidadãos que contribuem com o seu orçamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Quem vai falar pelo Fundo?

O SR. FLÁVIO DAMMOUS – Boa tarde, Srs. Vereadores e senhores presentes. O Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito tem, como previsão de orçamento para ser despendido no exercício de 2016, 1 bilhão, 066 milhões, 634 mil reais. O fundo é proveniente da arrecadação de multas de trânsito. Dentro das dotações contempladas no fundo, duas delas já foram citadas pelo Sr. Denilson, que são: requalificação de corredores e terminais de ônibus; 21 milhões para terminais e 34,5 milhões para corredores.

No que tange à CET, vou falar de quais dotações a empresa se utiliza. A principal delas é o serviço de engenharia de tráfego, com 744 milhões, 404 mil, que contempla toda a gestão da CET, todas suas atividades, como planejamento de trânsito, projeto de trânsito, parte da sinalização, toda a operação de trânsito da cidade de São Paulo e toda a parte de educação e treinamento no trânsito, além da infraestrutura. Essa é a principal dotação.

Outra dotação da qual a CET tem a gestão é: operação e manutenção de sinalização de sistema viário, que corresponde a toda sinalização horizontal, vertical e canalizações e a implantação específica das vias cicláveis, quais sejam: ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas, num valor de 20 milhões.

Duas outras lotações significativas cujas atividades a CET faz a gestão é: operação e manutenção do controle de fiscalização de tráfego, que são os radares de trânsito, com uma dotação de 86 milhões, 728 mil; e modernização semafórica, com 30 milhões de reais.

As duas outras dotações que compõem o Fundo, geridas pela própria Secretaria Municipal de Transportes, é toda parte de informação e comunicação, a parte da Prodam, de

gerenciamento de sistemas, com 36 milhões, e a parte da manutenção e policiamento de trânsito, com 37,4 milhões.

Esse é um panorama geral das dotações que compõem o Fundo e sua utilização.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Concluídas as apresentações, algo ficou pendente?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vamos, então, ao debate, que será longo.

Vamos, primeiramente, falar das compensações tarifárias. Vocês falaram numa previsão de gratuidade dos estudantes na ordem de 300 mil. Qual foi o valor final liberado?

O SR. ADAUTO FARIAS – A nossa previsão foi de 505 mil até o final do ano. Quanto a esse número de 300 mil, ele foi dado num contexto de uma informação presente por volta do mês de junho ou maio.

P – Qual era o dimensionamento prévio da gratuidade?

R – Quinhentos e cinco mil.

P – Esse era o dimensionamento?

R – Esse era o dimensionamento.

P – E vocês pretendem fechar 2015 com que valor?

R – Vai chegar em torno de 530.

P – Então, não fugiu.

R – Não, não, não fugiu. Foi só um registro mais para reportar o dado.

P – Porque alguns órgãos de imprensa circularam que era 300 e foi para 500. Então, mudou do dimensionado, mas não daquilo que vocês previam.

R – Recentemente, Vereador, nós tivemos uma consulta do Ministério Público baseada numa reportagem que saiu no portal Terra, se não me engano, do mês de maio – estou em dúvida em relação à data, mas depois eu posso lhe mandar a reportagem – e,

naquela época...

P – O importante para nós é o seguinte: vocês fecharam com o previsto. É isso.

R – Não, passou um pouco do previsto, mas não foi nada determinante, de 300 para 500.

P – Aí os estudos podem nortear, de 520, foi 550 ou 500, está dentro de uma margem de erro, de uma variação provável.

R – Está razoável.

P – Isso oscila de acordo com o vai e vem da economia, com as mudanças. Então, não temos problema com relação a isso.

Mas, agora, considerando as compensações tarifárias como 1,9, eu pergunto, Adalto, dá para 2016? Considerando que temos dois cenários para a SPTrans: se a concorrência, a licitação for para frente e se a licitação não for para frente e, daí, Deus sabe o que vai acontecer nos tribunais deste país, será o suficiente? Tenho algumas preocupações, Adalto, que me chamam atenção nessa licitação. Não vou nem entrar no dimensionamento da malha, que é uma discussão técnica e não de orçamento. Não vou discutir a licitação, apesar de que há algumas coisas cuja forma como foram colocadas eu não concordo, porque acho que há erro. Se me perguntarem, digo onde está o erro e o aponto, inclusive no histórico. Essa é outra discussão que faremos com o Secretário.

Estamos trabalhando com alguns cenários que mexem com a nossa economia. Se houver a concorrência, não saberemos se haverá conclusão, porque, de ofício, ela tem que andar de qualquer maneira, com o amparo de algum Tribunal ou de uma liminar, e assim ela prosseguirá e terá que ser concluída porque há emergência em curso. E, se há emergência em curso, tem que se cumprir o rito, qual seja: baseado em estudos prévios, vocês terão que publicar um edital para cumprir o que dita a lei: se há emergência, tem que se providenciar a licitação. Agora, se vai ser concluída, honestamente, não sei, e o cenário, então, muda.

Em não havendo licitação, com essas gratuidades previstas para o ano que vem,

com a inflação em 10%, terão que ser feitos os ajustes necessários. Vamos imaginar um cenário bastante provável, que haja Tribunal de Contas, porque nunca vi uma licitação dessa monta andar cem por cento. Seríamos otimistas demais. A maior licitação da qual eu tenho conhecimento neste país está andando. Não há outra e nenhuma está prevista para os próximos anos nem no nível federal ou em toda a América. Obviamente, portanto, haverá incomodados por naturezas diversas.

Com uma inflação de 10%, obviamente, há de haver incomodados de natureza diversa. Ora, com a inflação de 10% haverá ajustes salariais, combustíveis terão de ser reajustados e aqui está previsto nessa rede – porque estamos olhando aqui, Adauto, olhe - você pretende fechar 2015 com quanto? Só estou falando de compensações tarifárias. Pretende fechar com quanto?

O SR. ADAUTO FARIAS – Vereador, eu consigo falar do que tenho na mão hoje.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) TE – É, só é possível isso, porque isso é uma série de...

R – Nós temos hoje consumido ou em vias de consumir cerca de 1,5 bilhão, um pouco mais.

P – Você fechou 1.707.670 o ano passado, você concorda comigo?

R – É, 1.741, para ser mais preciso.

P - 1.741, 1.742.175, não é? É 1.742, não? É muito número na minha frente, espere um pouco.

R – Espere que o Denilson tem o número aqui.

P – É 1.741, perdão, é 1.741.270.

O SR. _____ - Perdão, Vereador, o orçamento fechou com 1.741, mas o realizado foi 1.707, um pouco abaixo do que o orçado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O liquidado, não é? Foi 1.707?

R – Exatamente, é isso mesmo.

P – Então, eu estava certo. Já localizei e ajustei aqui. Se nós fechamos 1.707, você está falando, em 16, 1.800 com acréscimo de 11%, faltam...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não é isso. Ele fechou... Ele está falando em 15. O atualizado em 2015 dão 1,422 milhão. Agora, 1.897, se somarmos ao valor que se encerra, pelo menos mais 10%, é suficiente, Adauto, para cobrir?

O SR. ADAUTO FARIAS – Oi?

O SR. JAIR TATTO - Perdão, Presidente, nós temos 1.422 até setembro, atualizado, não é isso?

O SR. ADAUTO FARIAS – É, teve um outro...

O SR. JAIR TATTO – E para um novo objetivo do nobre Relator, faltam três meses.

O SR. ADAUTO FARIAS – Deixe-me concluir, Vereador Jair, por favor. Qual a suplementação orçamentária que houve, quanto mais você precisa para fechar o ano? Ou aquela suplementação é o suficiente? Não dá, não é?

O SR. ADAUTO FARIAS – Não, suficiente ela não é. Estamos revendo em detalhes o Orçamento; esses números deveremos fechar de uma forma mais definitiva. Até por volta do dia 10 de novembro, deveremos ter um número mais definitivo.

Vereador, já que o senhor nos convidou para raciocinarmos sobre cenários no fundo, é um convite.

P – É verdade, é isso mesmo, até para entender, que é difícil.

R – No nosso primeiro cenário, evidentemente, nós trabalhamos. Todo o trabalho que foi feito, as inúmeras consultas, os processos, tanto as consultas através de reuniões públicas, quanto à consulta no processo de licitação, nós estamos trabalhando com o primeiro cenário que é encerrar a licitação no seu prazo normal. O senhor, pelo que eu percebo, está trabalhando um cenário um pouquinho menos...

P – Otimista.

R – Menos otimista, vamos chamar assim.

P - Gostaria que concluísse, porque a Cidade precisava de um contrato para ter tranquilidade e uma operação nova, com sistemas mais modernos, carros com ar condicionado, que é uma maravilha. Na minha região está havendo alguns casos. Estou feliz, o povo está me enviando mensagens, feliz com os frescões da região, principalmente naqueles dias de calor. Alguma notícia boa tem, isso é importante.

R – Agora, o que temos observado dos números mais recentes que temos do fechamento de setembro – acho que semana que vem fechamos outubro – é que estamos com uma demanda por transporte praticamente igual, coisa de 0,2, 0,3% a menos ou a mais.

Dependendo do mês que fechamos é praticamente igual ao que observávamos em 2014, que é algo que até nos surpreende, porque temos notícias de outros setores de transportes, que estão perdendo significativamente demanda.

Então, o que nos parece que está acontecendo num primeiro momento em São Paulo? Está havendo alguma migração do transporte, quer por decisão da pessoa, quer por crise, quer por qualquer motivo, a demanda do ano passado, que dentro do cenário de crise econômica, deveria, apontaria para uma redução e a gente percebe alguma redução na utilização do vale transporte – a utilização do vale transporte está cerca de 3,5% menor do que era o ano passado...

P – Menos emprego?

R – É a crise de desemprego chegando. Isso, de alguma forma, está sendo recompensado por outros públicos que ou não utilizavam o transporte público ou de alguma forma estão chegando ao mercado de trabalho. Tinha uma economista que sempre falava que as consequências sempre vêm depois. Às vezes a gente trabalha com cenários, então, é legítimo escolher um cenário que chega a ser a 1.900? É legítimo, porque temos uma expectativa de, concluído o processo de licitação, o sistema ter uma melhora de *performance*.

O sistema vai ter mais atributos qualitativos, como o senhor falou sobre a questão dos ônibus com ar condicionado, que estão entrando, tanto na antiga apelação, quanto na concessão, na zona Sul muito fortemente, mas em São Paulo, de uma forma generalizada. Trabalhando com a hipótese de não término da licitação, daí o senhor trabalhou com o cenário. E se não terminarmos a licitação, o que acontece, já que o serviço é de primeira necessidade e não pode parar? Temos contrato vigendo na antiga concessão. Estamos, acho, que no terceiro, na terceira prorrogação...

P – Não, acho que estamos no décimo terceiro ano do contrato da concessão e, na segunda permissão, estamos na segunda emergência, que vence agora no começo de janeiro. Esses contratos têm, em cláusulas de reajuste, que nesses momentos de crise a fórmula tem mostrado que os índices de reajuste ficam menores. Por exemplo, o senhor falou em acordos coletivos da própria categoria, que têm sido acordos bastante onerosos. Mas, o reajuste do contrato não está referenciado aos reajustes do salário do motorista e do cobrador.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vou registrar a presença do Vereador Salomão Pereira.

O SR. ADAUTO FARIAS – O que temos observado, Vereador, é que a fórmula de

reajuste do contrato, que se baseia na parte da mão de obra ao rendimento geral da população da Região Metropolitana, no último reajuste, por exemplo, aplicamos um índice de reajuste um pouco superior a 6%. Pouco não, foi 6,8, enquanto que a categoria teve um reajuste um pouco maior que isso.

P – Mas, Aduato, tem um buraco nisso, 6,8 não fechou a conta. Não pagou, tem um buraco, um *déficit* que estão matando as empresas, as antigas cooperativas.

R – Não, mas Vereador, sabemos que existem alguns problemas...

P – Ficou um buraco, um delta para ser negociado.

R - Houve, inclusive, um termo de ajuste de conduta junto ao Ministério Público para regularizar a mão de obra das antigas cooperativas. Isso foi feito, foi contemplado no primeiro emergencial. Agora, esse contrato nunca foi um contrato de reembolso de custo, até porque o contrato, essa medida de não trabalhar com o índice de reajuste da categoria específica é uma medida de proteção ao Orçamento da Prefeitura.

Porque, senão, se simplesmente se repassasse o aumento do salário do sindicato dos motoristas e cobradores, as empresas e o próprio sindicato não teriam nenhuma preocupação de chegar com uma conta e: “Olha, a inflação está em 5%, aumentei o salário em 20%”. Essa foi uma medida tomada lá na origem do contrato como proteção ao orçamento da Prefeitura.

Ao longo do tempo, esse contrato se mostrou de que maneira? Nós tivemos uma grande felicidade de a maior parte da vigência dos contratos que estão terminando agora ter ocorrido dentro talvez do período mais longo de crescimento econômico do País. Então, os índices de reajuste sistematicamente foram superiores inclusive aos acordos coletivos feitos. Então, na média do contrato, o que a gente percebe hoje - e a auditoria da Ernst & Young constatou isso – é que esses contratos se mantiveram equilibrados em relação ao que houvera sido contratado em 2003. Não sei se o senhor lembra nos relatórios da Ernst & Young, mas a taxa de retorno prevista no contrato, considerando os financiamentos e tudo mais, nós trabalhamos com 18% de referência.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A TIR?

O SR. ADAUTO FARIAS – A TIR, Taxa Interna de Retorno,...

P - A TIR da Ernst & Young estava em 18%...

R – Foi 18% o contrato e fechou-se a 18,6% pelos números da Ernst & Young.

P - Como nós falamos que é um cenário que, pelos resultados das empresas, uma TIR de 18%, como a taxa de juros baixa no País a 12%, como será possível executar uma licitação com uma TIR de 9,9%? Vejo com preocupação, porque não sei se seria o caso de se alterar e se fazer por banda ou buscar se dispor de um mecanismo que permita... E não que eu esteja defendendo o aumento, mas não será real. A pergunta que se faz é o seguinte, Adauto: você coloca um pleito licitatório na rua de longo tempo...

R – O.k.

P – ... com um valor significativo. A pergunta: o senhor quer trazer empresas novas, quer trazer gente, uma licitação internacional, quer trazer tudo. Me dê um motivo para um empresário – não importa de que parte do mundo – investir dinheiro no transporte a 9,9% quando há alguém pagando 12%. Para que ele vai se matar para arrumar uma confusão? Para que eu vou botar 9,9%, se eu já tenho 12%?

R – Vereador, deixe-me só completar...

P – Eu estou colocando isso porque a conta não vai fechar. Se permanecer nesses níveis os juros do País, essa conta não vai fechar. Desculpa, mas não vejo alguém de fora vindo botar dinheiro aqui, uma empresa conceituada que faça uma análise razoável de viabilidade econômica da execução de um contrato dessa natureza, de sua complexidade e das variáveis que se impõem durante a execução... Nós estamos examinando um pedacinho; não vamos examinar o resto, que levaria semanas aqui para fazê-lo ponto por ponto. Assim, me abastece de dúvida esse cenário posto. Porque estou dizendo isso? Se permanecer esse cenário, Adauto, ou o Prefeito dá a tarifa em dezembro, para janeiro fazer frente a essa diferença de despesa – e se a inflação permanecer alta desse jeito também esse dinheiro que você tem aqui não será o suficiente... Ainda que o Prefeito deseje dar aumento por conta das eleições, eu vejo isso com certa temeridade, acho que ele deveria botar em uma audiência

pública e abrir as contas, como estão abertas aqui, e dizer: “O dinheiro não vai dar. Eu dei gratuidade, passe, isso e aquilo, e não dá”. O que fazemos com a tarifa? Aumentamos? Não aumentamos? Ou vamos aumentar depois? Isso para não termos aquela surpresa da Dilma, com a conta de luz sobrando para todos lá na frente.

Pelos cálculos iniciais, Adauto, nós temos esse cenário, que, por melhor que seja, eu, honestamente, com 1,9%... Que o CTI não fecha; a conta, para o ano que vem todo, não fecha com esse dinheiro. De onde vem o dinheiro para o ano que vem? Por que eu estou dizendo isso, Adauto? Porque a Prefeitura conta e sempre contou, para outras despesas de natureza diversa e de investimento, com o Governo Federal, que não se realizou, e você sabe bem disso, e que não haverá de se realizar num ano em que o Governo Federal está anunciando um rombo miseravelmente de 100 bilhões, se estão falando a verdade para mim, para você e para quem nos ouve. O que eu vejo neste momento? Onde vamos aportar, para dar tranquilidade...? Estou falando dessa única rubrica aqui, de compensações tarifárias que tenhamos. Se piorar a crise e houver aumento de desemprego, vai aparecer de tudo. Fora que, nesta Câmara, vota-se lei de bondade a todo o momento, o que deve deixar vocês lá doidos. Dá-se uma bondade, uma gratuidade, mas não há almoço de graça, alguém vai pagar a conta, porque o óleo, o motorista, o pneu, o carro, o salário *etc.*, os custos disso, que são permanentes, continuam. Cada vez que se vota alguma gratuidade, alguém vai pagar a conta. Não é do couro que se tira a correia.

Para encerrar esse tema, minha preocupação é que isso, honestamente, não dê. Farei esse debate com o Jilmar e com o Prefeito, se assim S.Exa. estiver disposto, de quanto deverá ser a tarifa para o sistema ficar de pé, com cenários possíveis. Porque, em minha opinião, pelos números que conheço dos transportes, o sistema não fica de pé com esses valores sem que se incremente e se bote mais dinheiro. Em minha opinião, num cenário mediano, se precisará de mais 200 milhões por baixo para pagar a conta no final de 2016. Tomara que eu esteja errado e que você esteja certo.

R – Eu só queria fazer um comentário. Volto a esse assunto, mas queria fazer um comentário sobre a questão da TIR – Taxa Interna de Retorno. Em primeiro lugar, aquela taxa de 18,6%, que a Ernst & Young detectou no estudo, é o que o pessoal da economia chama de Taxa Interna do Acionista. Eu poderia fazer um investimento com dinheiro do meu bolso ou eu contrato um financiamento, e esse financiamento tem que ser a uma taxa que seja atrativa frente ao que eu vou ter de receita, despesa e do que terei que pagar do investimento.

Em contraponto a essa TIR do acionista, temos a TIR do projeto, em que trabalho com alguns cenários. Todos os investimentos que o contrato exigir, o concessionário vai fazer como se ele usasse apenas recurso próprio. É como se não houvesse banco, não houvesse BNDES, não houve Finame. Ele vai simplesmente pegar dinheiro do bolso dele e investir.

Quando a gente está falando em 9,97%, estamos falando desse cenário em que o concessionário trabalharia com essa ideia de pôr dinheiro do bolso no projeto. O que acontece? O que define se um contrato interessa ou não interessa para um empresário? Se ele tem 100 mil reais, 100 milhões de reais, não importa o valor, e se ele ficar em casa e puser seu dinheiro no banco, quanto ele iria ter de retorno? A Selic de hoje está 14.25%. Nos últimos índices de inflação, estamos chegando a cerca de 9,8%, 9,9% ao ano. Então, em termos reais, aquilo que é 14% na verdade é 4%, talvez 3,9%, porque o resto é simplesmente reposição de inflação.

Quando o Prefeito definiu 9,97% como Taxa de Retorno – e os estudos que fizemos de custo de capital recomendaram esse percentual -, estamos falando em 9,97% real. Então, eu tenho que comparar 9,97% com 4%.

Na verdade, esse é um contrato... O senhor me pergunta assim: quem teria interesse em um negócio desse?

P – Só um aparte para continuar na mesma linha de raciocínio, da inovação, que é o que vocês prometem na licitação internacional, Adauto.

Li a DUP das garagens, a Declaração de Utilidade Pública das garagens. Li o decreto do Prefeito. Consta no decreto do Prefeito – e vocês cumprem isso nas condições

editalícias postas – que ao suposto vencedor caberá pagar a garagem à vista, não há nenhuma garagem que custe menos de cem milhões, com uma frota nova, pelo menos trezentos. Estamos falando de investimento à vista. O terreno é à vista. Examinando o decreto do Sr. Prefeito com frieza e clareza – e eu o fiz -, diz o seguinte o decreto, é de utilidade pública, mas quem remunera é o vencedor. É só garantir o espaço físico. Aqui tem de ser garagem. Está garantido, o que ele fez de maneira acertada porque não há terrenos. Discordo da forma, mas concordo com o objeto. Da forma que foi posto discordo, mas o objeto principal de garantir o espaço da garagem, eu concordo. Há um erro enorme na forma como foi feito. A garagem é o maior problema dessa licitação.

Agora, nenhuma delas vai custar menos de cem milhões, dependendo da garagem. Os terrenos são todos de espaços significativos. Aí vem com uma frota de carros novos. A cada carro 300 milhões. O lote menor tem quantos carros?

R – O menor lote tem, acho, uns 120 carros, mas são aqueles lotes do distribuidor. São pequenos.

P – A maioria é para cima de 300.

R – Sim. Sem dúvida.

P – Como alguém vai sair de cara gastando 400 milhões para correr atrás. Você há de convir que sai de cara com um valor significativo e o problema é que estamos em um momento em que ninguém financia isso. Não temos nada. Não temos nem a linha de crédito para repor um carro. A pessoa vai sacar do seu bolso esse financiamento. Essa é a dúvida que paira.

Por isso estou dizendo que vejo com preocupação. Se fosse outro momento aquecido, então o sujeito tinha aonde buscar, se ganhar aqui compra um carro amanhã. Tudo bem, não teria problema, mas nesse cenário de hoje em que os bancos não querem ouvir falar em coisa pública. Outrora os bancos descontavam fatura do Banco do Brasil, de medições ou empreendimento do Banco do Brasil. Hoje não desconta nada. Não faz nada.

Por isso digo que vejo com preocupação o trilhar dessa licitação, porque o cenário neste momento é bem desfavorável. Primeiro, essa questão da tarifa, das compensações tarifárias. Quero voltar a isso, porque senão debateria com vocês o dia inteiro. E há aqueles que não entendem o significado disso.

Para concluir, vejo como temerárias, não a iniciativa que tinha de ser feita, mas as compensações tarifárias de 1,9 bilhão para o ano que vem. Acho insuficiente honestamente

falando. Vamos ver isso no final do ano que vem se o bom Deus me permitir estarei aqui para checar com você. Espero que não como relator, porque está virando uma rotina, mas é um dos maiores investimentos em benefício social que o Governo Municipal faz, que é a gratuidade. Você concorda comigo?

R – Concordo.

P – 1,9 bilhão para o ano que vem é o maior investimento que a gratuidade impõe, que oferta à sociedade, mas não é de graça. Usou tem de pagar. Então dá de graça, mas sai do bolso de alguém.

R – O senhor me permite, Vereador, fazer um comentário em relação ao volume do investimento. Isso foi talvez uma das coisas mais tratadas na consulta pública, a questão do volume inicial dos investimentos, inclusive fizemos um ajuste; diluímos de 12 para 24 meses alguns investimentos no centro de controle.

A Câmara Municipal, em dezembro do ano passado, Vereador, sabiamente alterou a lei do transporte, no que diz respeito ao prazo da concessão. Então, quando falamos que é um investimento importante, é muito grande, é muito dinheiro.

A questão da garagem é um investimento muito grande, é um grande dinheiro. A DUP, além de prático, teve um sentido simbólico.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Garantidor, não é? Garantidor da infraestrutura de transporte, porque não tem garagem.

O SR. ADAUTO FARIAS – Não.

P – É garantidor, na verdade.

R – Mas, uma das críticas que o sistema sempre sofreu - acho que o sistema sofre uma série de críticas, algumas legítimas, outras não tão legítimas – foi que existia sempre uma visão de que as licitações simplesmente serviam para prorrogar contratos existentes e que uma das formas de dificultar a abertura do mercado, o acesso de outras empresas, quase que funcionam como cláusula de barreira. Tem a questão da disponibilidade da garagem.

Esse gesto da Prefeitura de declarar as garagens como área de utilidade pública foi no sentido de garantir a viabilidade da entrada eventual de operadores que não estão no atual mercado.

P – Não só isso, houve garagens que foram perdidas para a Justiça. As empresas que aí estão e tiveram problema ou uma delas teve problema foram à leilão. Se ele não faz a dupla, perde. Deus sabe como está a situação dessas empresas. Por isso que eu digo que é

garantidor.

R – De qualquer forma, além de ser garantidor, foi dentro da estratégia de se fazer uma licitação, sobre a qual não restasse nenhuma dúvida de que tinha condições objetivas de haver propostas. Como o investimento é de grande monta, a Câmara Municipal – novamente repito – teve a sabedoria de esticar o prazo, Portanto, uma coisa é diluirmos um investimento em dez anos...

P – Aduito, eu quero dizer que vi e li isso. Em 23 e 24 de março deste ano, o Sr. Secretário, em audiência pública, anunciou como demanda e como pré-requisitos. A Câmara apenas escutou o que o Sr. Secretário informou em audiência pública, dizendo que em 23 e 24 de março deste ano as estações tinham necessidade, dados os investimentos e renovação de frota, de uma periodicidade maior de 15 para 20 anos. Isso foi feito publicamente e votamos isso em maio.

R – Perfeitamente, não estamos falando...

P – Foi a visão do Secretário.

R - Foi a visão do Secretário, que a Câmara entendeu, compreendeu e tomou um gesto forte no sentido de mexer numa legislação, que foi exitosa desde a sua origem, o que permitiu a legalização de um setor importante do sistema, que estava na ilegalidade e na clandestinidade. Então, tudo é proporcional, o investimento é grande, porém o prazo do contrato é grande também.

P – Secretário, se me permite chama-lo de Secretário, Aduito, centro do controle de operação, o que fará esse centro e o quanto vamos investir na nova licitação, que é um grande investimento, prevista a licitação? Por que estou perguntando isso? Porque impacta a lista que está aqui. Tem um impacto enorme nisso. Em quanto tempo se opera a posse, a não ser o cenário, tomara e peço a Deus que ande, mas a função do centro de controle de operação não vai absorver? Eu vou explicar a minha pergunta: ele tem um custo significativo de 600 milhões, não é isso?

R – É, com os equipamentos embarcados, fica perto de 700,

P - Setecentos milhões? Pois bem. Ele será algo totalmente modernizador do controle do sistema de operação da frota, estou errado?

R – Não.

P – Vou ser bem objetivo agora, está correto?

R – Está correto.

P – O que faremos, então, com o resto da estrutura da São Paulo Transportes, em que se teria uma duplicidade de função? Se eu tenho o centro de controle de operações previsto no edital, imaginando o cenário seu, de que a licitação dará certo, então eu terei, na outra ponta, uma redução de despesas na São Paulo Transportes, porque: 1) não terei duplicidade de função. Esses 700 milhões de investimentos dessa tecnologia me permitirá uma redução, você concorda comigo? Se é tão eficiente das funções e ocupação e funcionários da São Paulo Transportes. Não haverá essa demanda toda. Quero crer que parte dela, senão toda, grande parte significativa será absorvida por esse centro. Ou está errado?

R – Não, Vereador, acho que o senhor está errado. Estou falando que o senhor está errado, porque me perguntou se estava errado.

P – Claro, se eu estiver errado, me corrija.

R – A visão é a seguinte: quando o senhor pegar o decreto do Prefeito, verá que ele lista o objeto da concessão, aquilo que é concedido.

P – Eu li, por isso que estou dizendo, não estou tão errado. Ele prevê a criação e a implantação, a operação será pela São Paulo. O que estou dizendo é que há um delta, um diferencial. Quando tenho um centro modernizado de tecnologia por outro hoje que é praticamente com base em material humano. Então, o que estou lhe dizendo? Na modernização terei uma redução de custo e queria saber se essa modernização de custo ficará para 2017?

R – Não, isso é um processo longo. Não é algo que se diz que o contrato inicia, por hipótese, em janeiro e em maio está pronto. Não é isso, demora um tempo, porque temos toda a parte de infraestrutura para ser construída, tem os equipamentos embarcados, tem toda a regulação dos procedimentos, dos processos internos. Tem aquelas atividades que são típicas do Poder Público e nada disso foi delegado: o poder de fiscalizar, o poder de gerenciar...

P – A fiscalização seria por um centro de controle, pôr um GPS, tem de ter toda uma sala de tecnologia avançada. Vou controlar a partida e deixar um fiscal na ponta. Com software eu consigo controlar isso, não é isso? Tranquilamente.

R – Mas, Vereador, nós estamos falando, só para dar um número para o senhor, é difícil também... Vou forçar a barra um pouco na comparação, mas o metrô de São Paulo tem uma cultura do CCO, desde 1974. O metrô foi fundado, criado, operado e começou a abrir as portas com o Centro de Controle Operacional. Não obstante a isso, o metrô de São Paulo tem praticamente dez mil funcionários, porque você tem uma operação, tem uma fiscalização, tem a

gestão do sistema e a operação do CCO será compartilhada entre os concessionários e a São Paulo Transporte...

P – Qual o seu objetivo? Vamos economizar alguma coisa para encerrar a discussão?

R – Com o CCO?

P – É.

R – Acredito piamente que vamos economizar...

P – Quanto?

R – Eu não tenho esses números assim...

P - Percentual?

R – Ontem mesmo eu vi um número, por exemplo, Vereador, na tecnologia embarcada, um dos itens que deverá ser implantado é o que o pessoal chama de telemetria. O pessoal da indústria chama de telemetria. O que acontece hoje? Como é que se descobre que um motor funde? Descobre-se a hora em que se liga e ele queima, pega fogo e morre. Com esses elementos de telemetria, vi resultados de experiências de controle de operação. Com telemetria, o motor não morre de uma hora para outra, ele vai dando avisos. Começa a esquentar, a perder potencia, vai dando sinais de que está morrendo. A telemetria vai antecipar esse tipo de coisa e, por exemplo, vai ajudar a evitar que o ônibus quebre na rua.

Então, outra situação que o centro de controle pode ajudar para reduzir custo, Vereador: outra situação que, hoje, com a operação sendo feita a partir da rua, com fiscais em cada ponta da linha, em uma linha que tem 10 ônibus, dois ônibus estão sempre numa ponta e na outra, porque o fiscal que está lá dando a partida tem segurança se o próximo ônibus está chegando. Então ele espera chegar outro ônibus para soltar o anterior.

Com essa gestão...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Os GPSs todos, daqui para frente, não é? Tranquilo.

O SR. ADAUTO FARIAS – O GPS dá a localização, só que a gente tem de ter *softwares* para, assim, dar uma informação direta, às vezes, para o próprio motorista para ele dar a partida, recolher, parar para almoçar. Então tudo isso passa a ser controlado. isso

inevitavelmente vai gerar a redução de custo em algum momento.

P – Só um segundinho. (Pausa) Salomão vai falar? (Pausa) Mais um membro da Comissão.

Adauto, eu teria de ficar falando com V.Sa. Aqui um sem número de perguntas. É difícil porque eu teria um sem número de perguntas e, se eu vou descer aos detalhes, eu não preciso ler. Os números, eu carrego tanto quanto você, de cabeça, para discutir mais ponto a ponto e, aí, fica difícil, por exemplo, essa questão do CCO. Se vamos economizar: quanto e quando vamos iniciá-lo? Acho que, antes de dois anos, honestamente - eu falando -, inaugurada a licitação, assinado o contrato, estando rodando, acho que dois anos depois começa a rodar o Centro. Então é melhor...

R - Esse é o prazo, o prazo contratual é esse.

P - Eu acho que... Mas eu acho que antes, se não aditá-los, porque eu acho complicada a operação. Então não estou vendo dinheiro em curto prazo aqui.

Por que estou fazendo todo esse questionamento? A Câmara, num momento de crise - e eu já dizia na inicial - está faltando dinheiro - tá? -, estamos atrás de dinheiro. Se nós vislumbrarmos algum dinheiro na sua Secretaria ou em qualquer outra, nós vamos remanejar.

Então eu vou, depois, claro, a cada rubrica em que ainda pairam dúvidas do gasto e daquilo, eu vou pedir por escrito ou farei o debate até por telefone - não há nenhum problema em falar até por telefone com vocês. Não há necessidade hoje, com a modernidade, de nós falarmos: olha, é isso ou aquilo. Eu vou ligando e tirando as dúvidas quanto aos valores.

Então, avisando a todos vocês que estou atrás de dinheiro.

R - Ah-hã.

P - Para quê? Para remanejar e cobrir outras partes...

R - Nós também.

P - Porque como é que vou atender a demanda social em outras áreas da Fonte 00, considerando que a 02 não vem - e não virá mesmo. Então está faltando dinheiro mesmo, os

corredores estão enrolados por falta de dinheiro do Governo Federal. Prometeu, mentiu para nós, enganou. Vocês fizeram projeto, fizeram licitação e cadê o dinheiro dos corredores todos? O Governo Federal deu um pé no traseiro da cidade de São Paulo. Infelizmente, ele deu um pé. Isso aí o Governo Dilma falhou mesmo.

R - Vereador, bem, nós estamos à disposição a qualquer momento; nossos Diretores estão completamente à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Adauto, eu vou ter de falar por telefone para concluir, porque tenho vários Vereadores, tenho os presentes que eu já pedi que, se desejarem formular questões que façam por escrito.

Quero falar das multas, dos investimentos. Da multa, se não for possível aqui, eu farei por escrito. Não tem de ser tudo aqui. Depois, torno público tudo aquilo que eu vou fazer a respeito das multas.

Então, pela ordem de inscrição, o Jair, o Abu, o Adilson - membro da Comissão; em seguida, o Salomão. E aí passarei para os inscritos fazerem as perguntas.

Estão respondendo concomitantemente: Transportes, CET e Fundo. Então as perguntas poderão ser feitas. Peço que as façam em bloco e o Adauto responderá, com bastante brevidade, em bloco.

Lamento, Adauto, não haver tempo suficiente para minuciar tudo aquilo que desejaria aqui de vocês - para sorte hoje -, mas vou fazer por telefone depois. (Risos)

R - Está bem, estou à disposição, Vereador.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Já com a palavra o Vereador Jair Tatto.

O SR. JAIR TATTO - Muito bem, agradeço a oportunidade e a presença de vocês. Parabenizo já a forma com que vocês têm colocado aqui, com muita competência.

O tema da compensação tarifária, provavelmente, vai envolver a maior parte aqui do nosso debate. E aí queria chamar a atenção dos Srs. Vereadores, dos colegas e dos senhores

que estão aqui, que é um dos maiores programas sociais do País hoje, a compensação tarifária. Então vamos tratar como política pública. Temos aqui um item chamado Iprem no nosso orçamento que é uma bola de neve. Mas eu diria que você identifica maior o tamanho do rombo, porque é fácil dizer quantas novas pessoas vão entrar no sistema de previdência no ano. Nós não vamos conseguir dizer exatamente quantos idosos ou quantos jovens vão aderir, ou vamos estabelecer uma política que os impeçam.

A primeira ideia eram 300 mil para o passe livre. Primeiro não tinha a ideia de passe livre. Esse Governo Municipal até por força das manifestações assumiu. Depois vou pedir para o Adauto me falar quanto custa cada pessoa que ingressa para a Prefeitura. Vi na imprensa esses dias, no SPTV, que já são 800 mil beneficiados, estudantes, idosos, é isso?

Então nobre Vereador, Relator, ousou dizer, o Iprem que é um rombo monstruoso e que só cresce, a gente identifica melhor do que o sistema tarifário se a gente não tomar cuidado. O CID vai virar a nossa CPMF salvatória da Saúde, que tenho uma impressão muito tranquila que se não houvesse CPMF hoje no Governo Federal não salvaria mais. Então a questão do CID que o senhor falou é isso. Então precisamos tratar isso como política compensatória.

O Vereador Milton Leite tem, com muita propriedade, verificado em cada secretaria, em cada autarquia a possibilidade de enxugar. Percebo nele a necessidade, quando ele fala do Centro de Controle de Operações, essa possibilidade de aí remanejar parte desses recursos para salvar isso que é essencial.

Então objetivamente o Adauto, o Denilson, dizem para mim o seguinte: dentro do sistema licitatório qual é o cuidado que está se tomando para essa situação crescente que, para mim, não tem mais volta. O passe livre não tem volta e só vai aumentar. O Atende – estou vendo que reduziu os valores -, queria que depois vocês falassem um pouco, só vai aumentar no sistema de transporte. Temos de ter uma decisão política, Fábio, que também acompanha. O sistema tarifário hoje é uma política compensatória e um dos maiores programas sociais do

país.

Então é claro que vamos esmiuçar aqui, nobre Vereador, Relator. V.Exa. gosta de arguir bastante sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Por isso sou o Relator.

P – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sou Relator de duas matérias. Não vou fazer pergunta nenhuma.

P – Então queria objetivamente saber isso. O processo licitatório vai corrigir isso com o tempo. Objetivamente quanto custa cada aluno ou cada idoso que entra no sistema do passe livre para a Prefeitura de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Peço a compreensão de V.Exa. Temos diversos temas e só falei com SPTrans, ainda temos CET.

Tem a palavra o Sr. Abou Anni.

O SR. ABOU ANNI – Obrigado, Presidente e Relator de uma parte do orçamento.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ABOU ANNI – Do orçamento inteiro. Não foi dividida a relatoria em partes?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A sub-relatoria. Vou acolher o que o Sub-relator me der de outras áreas. Ele está me auxiliando um pouco.

O SR. ABOU ANNI – Quero contribuir também, uma vez que sou membro da Comissão de Finanças. Quero alguns esclarecimentos em razão das multas de trânsito que o nobre Vereador Milton Leite já deu uma abertura e vai falar sobre isso ainda.

Analisando os números do ano passado, 2014, foi arrecadado um bilhão cento e noventa milhões e quinhentos mil reais em valores de multas de trânsito. É o que passa a Secretaria de Finanças em seu site, inclusive, impresso.

E conforme relatado pela mídia escrita, não me recordo se televisada também, que

os a aplicação em número de multas aumentou de 25 a 30%. Diante desses números estamos chegando praticamente a quase 1,5 bilhão em valores arrecadados com as multas de trânsito. E o que preconiza no artigo 320 do CTB, Código de Trânsito Brasileiro, é uma receita carimbada, que deve ser investida em engenharia de tráfego e campo, fiscalização, educação de trânsito, policiamento, inclusive.

Consultando a Secretaria em alguns ofícios que nos enviaram não conseguimos fechar esses números. Esse valor que está a arrecadar, não digo arrecadado, porque nem sempre o condutor paga sua multa dentro do prazo de vencimento, mas já tinha ultrapassado 1 bilhão de arrecadação em valores das multas. Isso informação, volto a dizer, da Secretaria de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vereador, consegui uma técnica que é a seguinte: para essa receita ficar frustrada faça como eu que tenho zero ponto na carteira. Está lá para quem quiser ver.

O SR. ABOU ANNI – V.Exa. dirige?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Os meus carros eu dirijo. Não há outro jeito. Tenho zero ponto na CNH.

O SR. ABOU ANNI – Quero parabenizá-lo, porque ficar em São Paulo sem tomar uma multa de trânsito é digno de parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Liguei o easy, onde tem aquela floresta de radar eu meto o pé no freio.

O SR. ABOU ANNI – V.Exa. é perfeito na direção, porque hoje somos fiscalizados pela PM, CET, GCM, por agentes da SPTrans, radares diversos e isso possivelmente chegará a esses valores que acabei de mencionar.

Primeira pergunta, dentro dessa possível previsão temos as rubricas fazendo a divisão dentro da finalidade a qual é aplicado o valor da multa de trânsito? Se em sinalização, engenharia de tráfego e campo, que seria o melhoramento viário, mas quando digo

melhoramento viário seria em projetos, porque as obras estão em Siurb. Quer dizer, esse dinheiro poderá ser aplicado também em obras viárias ou seria só nos projetos viários? Como seria essa matemática para fechar essa conta?

As perguntas serão em bloco?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não. Peço que a pergunta de V.Exa. seja respondida.

R – Pelo que entendi tenho uma pergunta do Vereador Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não. Ele só fez um discurso e saiu. A resposta do Vereador Abou. Quando o Vereador Jair chegar o senhor responde.

R – A resposta do Vereador Abou, o pessoal da CET é quem tem condição de responder, a Maria Lúcia. Eu não domino esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Maria Lúcia, por favor, conforme acordado, a audiência é coletiva da pasta de Transportes. Tem a palavra e a senhora não vai ver o meu dinheiro de multa.

A SRA. MARIA LÚCIA – Aproveitando sua fala, dou parabéns ao senhor por não ter multa alguma e fique registrado que 70% da população que usa frota na cidade de São Paulo não tem multa, apenas 30% tem multa. Desses 30% registramos que 24% tem 49% do total das multas e 5 ou 6% desses 24 que gerariam os 30% restantes têm 51% das multas. Então muita gente não tem multa na cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Só uma curiosidade: a senhora foi multada, o carro da senhora, alguma vez?

A SRA. MARIA LUCIA BEGALLI - Não.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - A senhora tem zero ponto na CNH?

A SRA. MARIA LUCIA BEGALLI - Zero ponto.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - O carro da senhora não pagou multa?

A SRA. MARIA LUCIA BEGALLI - Não paguei multa.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Parabéns.

- Falas sobrepostas.

A SRA. SANDRA TADEU – As pessoas que recebem as multas são sempre as mesmas.

O SR. – Só um aparte: desses 30%, quantos são pessoa jurídica? Só para ter essa informação.

A SRA. MARIA LUCIA BEGALLI - Eu não tenho isso aqui agora, mas com certeza a frota de caminhão de São Paulo tem um número expressivo de multas. E o próximo passo da Secretaria será no sentido de fazer uma fiscalização específica nesses veículos, não dando mais multas, mas tirando esse veículo (ininteligível).

- Falas sobrepostas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vamos organizar aqui. Responda, por gentileza, a pergunta do Abou Anni, por favor.

O SR. ADILSON AMADEU – Eu pedi aparte ao nobre Vereador Abou Anni.

O SR. ABOU ANNI – Tem aparte, Vereador.

O SR. ADILSON AMADEU – Qual é o nome da senhora?

A SRA. MARIA LUCIA BEGALLI – Maria Lucia.

O SR. ADILSON AMADEU – Maria Lucia, tem algumas coisas que vocês dão dados que a gente gostaria de entender, que vocês passassem. A senhora sabe qual é a frota de carros da cidade de São Paulo? (Pausa) Sete milhões e meio. Eu vou antecipar tudo para não atrasar. Dois milhões se meio não pagam nada há seis anos e estão rodando à vontade. Vocês estão computando coisas de carros que rodam na cidade de São Paulo e que vocês, tanto o Município como o Estado, teriam que entrar junto e tirar pelo menos 2,5 milhões de veículos dos pátios. Mas vocês nem competência têm de tirar os carros irregulares ilegais. Vocês não têm, não têm guincho, vocês não têm nada que funcione. A verdade é esta. Então a senhora está dando dados aí... Eu vou pedir as informações, como vou pedir para o Adauto e

para o Secretário, que eu tenho aqui 60 informações para falar da licitação, mas os dados que a senhora está dando não batem. Pergunto agora para a senhora, até para passar a palavra par ao meu colega: a senhora sabe quantos autos de infração por dia na cidade de São Paulo?

A SRA. MARIA LUCIA BEGALLI – Não tenho esse dado no momento.

O SR. ADILSON AMADEU – Vinte e um mil, média, 21 mil. Não estão educando. Melhorou assim com a sinalização? Parabéns ao Sr. Jilmar Tatto, ao Prefeito. Melhorou, sim, menos vidas estão morrendo. Mas tem muita coisa a fazer. Agora, eu vou pedir dados, vocês vão me passar os dados que foram falados aí, que tecnicamente eu vou checar.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Para conclusão da fala do nobre Vereador, por favor, a indagação posta pelo Vereador Abou Anni, Maria Lucia, por gentileza.

A SRA. MARIA LUCIA BEGALLI – Antes eu gostaria só de responder para o nobre Vereador Adilson Amadeu. O município não tem competência de abordar e retirar o veículo, por licenciamento vencido, da via. Essa competência é do Governo do Estado.

O SR. ADILSON AMADEU – Polícia Militar e Guarda Civil Metropolitana têm condição, sim. Por isso que eu falei um convênio dos senhores.

O SR. - O convênio já existe.

O SR. ADILSON AMADEU – Já existe. Não está pondo em prática.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Por favor, Maria Lucia, para concluir, a resposta à pergunta. O Vereador Adilson disse que formulará por escrito e a senhora vai responder oportunamente a esse questionamento.

A SRA. MARIA LUCIA BEGALLI – Responderemos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – É que a matéria hoje – isto não é uma CPI – é uma matéria de orçamento da pasta dos senhores. Eu quero esclarecer. Eu não vedo as perguntas, todavia eu quero voltar a discutir. A audiência pública trata da peça orçamentária e, volto a insistir, estou atrás de recursos. De manhã aqui estive o Tribunal e nós conseguimos achar 80 milhões. Estou disposto a achar mais na pasta de vocês. Do Tribunal, eu vou tomar

80 milhões deles para distribuir para a cidade.

O SR. ABOU ANNI - Vereador, mas como V.Exa. falou de CPI, a CPI é deste vereador, de 2013, para apurar onde foram aplicados os valores das multas de trânsito. E se esta CPI for instalada, meu Deus do céu! Meu Deus do céu! Mas eu passo a palavra agora para a Sra. Maria Lucia.

A SRA. MARIA LUCIA BEGALLI – Eu tenho aqui a proposta orçamentária de 2016, que é o valor do fundo para a CET e para a Secretaria Municipal de Transportes. De 2014, eu não tenho esses dados, Vereador. Mas eu vou ler aqui em que itens serão empregados esses valores, o dinheiro do fundo.

Manutenção de sistema de informação e comunicação, 36 milhões. Manutenção do policiamento de trânsito, 39 milhões. Implantação e requalificação de corredores, 34,5 milhões. Implantação e requalificação de terminais de ônibus urbanos, 21 milhões. Modernização semafórica, 30 milhões. Modernização do controle de fiscalização de tráfego, nós colocamos mil reais; isso daqui não tem valor ainda, só para constar e, eventualmente, se pudermos, realocaremos. Operação e manutenção da sinalização do sistema viário, 55 milhões. Serviços de engenharia de tráfego, 740 milhões. Operação e manutenção do controle e fiscalização de tráfego, 86 milhões. Implantação de vias cicláveis, ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas, 20 milhões. No total, 1,066 bilhão. Esse é o valor estimado para 2016.

O SR. ABOU ANNI – Não, não tenha dúvida de que vai ultrapassar.

Quando a senhora fala de corredores e terminais, e o que é feito com os valores das multas do Resam? Porque nós estamos discutindo multas de trânsito. As multas do Resam chegam a 80 milhões em média.

A SRA. MARIA LUCIA BEGALLI – As multas de Resam são multas contratuais do serviço de transporte.

O SR. ABOU ANNI – Que tem essa finalidade na lei.

A SRA. MARIA LUCIA BEGALLI – Não. Desculpe, Vereador. No artigo do CTB ele

fala de multa de trânsito.

O SR. ABOU ANNI – Sim. Nós estamos falando de multa do transporte agora.

A SRA. MARIA LUCIA BEGALLI – A multa do transporte é contratual, ela tem...

O SR. ABOU ANNI – Com previsão de ser aplicada em corredores.

A SRA. MARIA LUCIA BEGALLI – Não, não necessariamente. Ela não segue a norma do Artigo 320 do CTB.

O SR. ABOU ANNI – Sim, disso não tenho dúvida. Mas eu estou dizendo: a finalidade da multa do Resam é para voltar para o sistema, em melhorias nos corredores, melhorias dos terminais.

A SRA. MARIA LUCIA BEGALLI – Não só nisso. Na operação. Exatamente.

O SR. ABOU ANNI – Então, quando você fala de multa, melhoria dos corredores, nós temos no orçamento as multas de trânsito e as multas do Resam.

A SRA. MARIA LUCIA BEGALLI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu vou complementar agora a fala do nobre Vereador Abou Anni. Com os recursos oriundos das multas de trânsito, o emprego delas, quantas licitações foram feitas e utilizados esses recursos? Sinalização, que natureza de obra? A senhora falou serviços de engenharia de tráfego, 744 milhões. Até 2015, atualizado, a senhora liquidou até setembro, 444 milhões, estão previstos 648. Eu pergunto: qual é a natureza do gasto? Quantas empresas contratadas nós temos? Que tipo de pleito licitatório, utilização de ata, serviços, registro de preços? O que foi feito? Qual é a natureza do gasto especificamente? Acho que é isso que o Vereador Abou tentou dizer e não conseguiu expressar, mas eu estou expressando aqui agora.

O SR. ABOU ANNI – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Já havia me dito. É a natureza do gasto que ele está tentando colocar aqui. Não é isso que V.Exa. quis dizer?

O SR. ABOU ANNI – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – É a natureza do gasto. Qual é a natureza do gasto especificamente? A senhora fala serviço de engenharia de tráfego: o que está contido na execução do que foi autorizado? Em 2015, de 648, a senhora cumpriu 444, e pleiteia para 2016 744. Então eu pergunto: o que é que está contido aqui nessas rubricas que me permitam esse gasto? Se foram feitas licitações, utilização de atas, registro, contratos, emprestados, o que é que foi feito? Qual é a natureza do gasto? É isso que eu gostaria de saber.

Como eu disse, eu estou atrás de dinheiro. Esse vai ser difícil, porque eu não consigo aloca-los para outros lugares. Mas era a pergunta do Vereador Abou, que ele tem dito várias vezes, mas acabou não se expressando. Eu gostaria que a senhora abrisse e explicasse para a Comissão esse questionamento dos 744 e da natureza do gasto.

A SRA. MARIA LUCIA BEGALLI – Pois não. Basicamente, 63% desse valor, Vereadores, serve para cobrir salários, encargos e benefícios; é a folha de pagamento e os benefícios da (ininteligível)...

- Falas sobrepostas.

O SR. ABOU ANNI – Folha de pagamento com dinheiro de multa?

A SRA. MARIA LUCIA BEGALLI – Sim.

O SR. ABOU ANNI – Nossa!

A SRA. MARIA LUCIA BEGALLI – Na verdade, o serviço da CET é fiscalização e segurança da via. Esse serviço é remunerado dentro do valor do fundo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Dinheiro da multa.

A SRA. MARIA LUCIA BEGALLI – Exato. É o artigo 320, é fiscalização e segurança da via. Serviço de engenharia.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Eu estou entendendo o que a senhora está colocando. A senhora está dizendo o seguinte: “os funcionários da CET são pagos para orientar, sinalizar, educar”. Então ele está contido na rubrica, de acordo com o CET, para o emprego, porque eles exercem a função de sinalizar. É isso que a senhora está me dizendo?

A SRA._____ - Exatamente. A atividade-fim da CET...

P – O objeto do CET, do Código de Trânsito, está atendido sob essa égide. É isso?

R – Exatamente.

P – Está bom, obrigado. É que eu tenho como entendido, e paira dúvida sobre alguns.

Tem a palavra o nobre Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente, depois eu vou fazer as perguntas, por escrito, para saber.

Logo que eu cheguei, estávamos falando isso, do CCO. Onde que vocês foram buscar essa estimativa de 200 milhões, Adalto?

O SR. ADAUTO FARIAS – Só uma questão de ordem, que o Vereador havia falado para responder em bloco. Eu não sei, para mim tanto faz.

O SR. ADILSON AMADEU – Para responder depois?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Pode responder. Não temos problemas aqui. Quero tirar as respostas pendentes. Parece-me que tem uma resposta para o Jair, né?

O SR. ADAUTO FARIAS – É, eu tinha uma do Vereador Jair; eu tinha um comentário sobre a pergunta sobre o Resam do Vereador Abou Anni.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O senhor pode fazer. Agora vamos atualizar.

O SR. ADAUTO FARIAS – Tá bom.

Vereador, o senhor quer continuar as perguntas, ou quer fazer essa primeira e continuar depois.

O SR. ADILSON AMADEU – Pode responder. São duas perguntas. O resto eu vou escrever para vocês.

Vocês estão com uma licitação na rua. Para quem está analisando, peguei técnicos para analisar, pessoas que conhecem bem vocês, que trabalharam com vocês, que vocês são craques, são os melhores que tem, e eu tenho que tirar o chapéu. Mas vou a fundo, e muita coisa que vocês colocaram não existe no cenário. Não sei o que vocês estão pretendendo. Aliás, já mandei para o Tribunal de Contas, ontem, e estou levantando tudo.

Do CCO, onde que vocês foram buscar esses 200 milhões? Oitocentos?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu esclareço. É que são coisas que são públicas. Ela é prevista no decreto, está na peça editalícia que se encontra publicada até no próprio site da São Paulo Transportes. As receitas (Ininteligível) da empresa vencedora

conforme está publicado. Estou errado, Adauto?

O SR. ADAUTO FARIA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Está publicado no edital. Está estimado em 800, é isso?

O SR. ADILSON AMADEU – Então está fácil.

O SR. ADAUTO FARIA – Mas esse número não é só do CCO. Mas eu já explico.

P – O do CCO seria quanto?

R – O do CCO, Vereador, é em torno de 380. O restante são os equipamentos embarcados que alimentam os sistemas que rodam no CCO. Então nós temos toda a parte de telemetria dos veículos, a parte da controladora, do computador de bordo, ao qual está vinculada toda a parte de terminal de dados de comunicação com o motorista, toda a inteligência do sistema está dentro desse computador de bordo, assim como toda a parte de câmeras internas dos ônibus, o sistema de sonorização, toda a informação, tanto interna quanto externa dos veículos, os contadores de passageiros, que vão entrar a partir do 36º. Então isso é um pacote de tecnologia embarcada. Então são essas informações, e mais toda a parte de comunicação entre o ônibus e o centro de controle operacional.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Adauto, permita-me, para esclarecer.

É que o (Ininteligível) falou que era por volta de 800. Tudo isso que você está mencionando está contemplado dentro dos CCOs, que serão custeados pelos vencedores ou vencedores.

O SR. ADAUTO FARIA – Exatamente. O investimento é do...

P – Parte do investimento... não é dinheiro público.

R – Não, o investimento é do operador.

P – Então é CCO.

R – Isso se incorpora na remuneração. Evidentemente existe um custo para operar isso. E, ao final da licitação, o CCO reverte para a Prefeitura. É bem reversível isso. Então, Vereador, esse é um número grande. Foram feitas algumas coletas de preço. É um projeto totalmente fora do padrão do mundo, porque aqui estamos falando do maior sistema de transporte por ônibus sobre pneus. Mas esse número não se refere somente ao CCO. Só queria deixar isso claro.

O CCO deve ter em torno de 3.500, 3.600 m² de área construída, o que envolve toda a parte de *data center*, toda a parte de segurança, todas as redundâncias que um sistema

desse porte precisa ter. São cerca de 150 posições de operadores. Ele funciona 24h por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano. Tem toda a parte de alimentação elétrica, que um sistema desse não tem hipótese de ficar fora do ar. Isso tem redundância em abastecimento elétrico e contingência, através de geradores a diesel. Então tudo isso faz parte desse orçamento, que é grande, sem dúvida nenhuma. E mais essa parte embarcada, que são esses equipamentos.

Hoje, o sistema tem dois equipamentos embarcados: o localizador do veículo e o outro é o validador que faz a cobrança das tarifas através do Bilhete Único. Então estamos agregando outras coisas: a parte de segurança, com as câmeras de segurança; a parte de contagem de passageiros, cujo investimento deixamos um pouquinho mais para a frente, porque existem algumas soluções no mercado, mas que ainda estão sendo amadurecidas. Para que serve um contador de passageiros: o validador conta e nos informa quantos passageiros andaram em um determinado ônibus.

O SR. ADILSON AMADEU – Aduito, me permita o raciocínio.

Ainda hoje continua o validador da maneira que vocês tiveram, e que na CPI nós levantamos. Quem confere quem entra dentro do transporte? Onde? Na garagem, no final?

O SR. ADAUTO FARIA – Não, as informações do validador são diretamente para a São Paulo Transporte.

P – Quem tem a chave lá para isso?

R – É a própria São Paulo Transporte. Isso é uma...

P – Não, na CPI vocês não responderam isso. Estou te perguntando hoje: quem é o controle lá?

R – O sistema de bilhetagem fica armazenado na Tivit. Lembro-me de que na época da CPI eu estive aqui. Houve muito questionamento sobre o trabalho da Uol Diveo.

P – Não só da UOL, o senhor sabe de outros que estão e que vão se apresentar de novo aqui.

R – A CPI foi em 2013, se não me engano. Em 2014, nós concluímos o processo de licitação, que naquela época estava em fase de avaliação pelo Tribunal de Contas. As propostas foram entregues em janeiro de 2014, e o processo e os contratos foram assinado em julho de 2014. Na ocasião, fechamos um contrato de cinco anos com a empresa chamada Tivit, que é a segunda maior empresa do mercado de *data center* do país, e com a parte de *software* pela empresa PC Service Montreal, que é a empresa que implantou a bilhetagem no Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador, dentre outras cidades no país.

Com esses serviços de tecnologia, eles vão barateando ao longo do tempo.

Fizemos um contrato de cinco anos, ao valor total de 94 milhões, e esse contrato, anteriormente, aos preços de 2006-2007, equivaliam a mais 131 milhões. Então, além de termos hoje um equipamento mais moderno, melhores condições de operar o sistema, isso significou uma economia anual para a Prefeitura da ordem de oito milhões e meio sobre esse item.

Então voltando à sua pergunta: o sistema é controlado de maneira automática. Existe o *data center*, as informações que saem dos ônibus vão para o sistema da garagem, que é controlado pela própria SPTrans – os *softwares* são da SPTrans –, e, da garagem, eles vão diretamente, sem qualquer tratamento na garagem – não sei se é essa a sua dúvida –, diretamente para o *data center*, a central de processamento de dados, que é um contrato da SP Trans e que não tem nenhuma interferência dos operadores. Então é esse o modelo. A parte do *data center* já teve a sua migração concluída, acredito que deste março deste ano, com a saída da Uol Diveo para a Tivit. E o trabalho de desenvolvimento dos novos sistemas de bilhetagem, que envolve atualização tecnológica, atualização de toda a parte de segurança, criptografia, deve ser concluída até o mês de agosto de 2016 pelo contrato.

P – E que certificações serão exigidas para se participar desse contrato para a formação da CCO?

Você viajou com o Secretário para fora para buscar alguns modelos na área de transporte?

R – Eu pessoalmente não viajei, mas tiveram outros diretores da SPTrans que viajou, além de pessoas da equipe com a qual eu trabalho e algumas pessoas da área de tecnologia, evidentemente, também viajaram

P – Da onde vocês buscaram esse modelo para a formação do CCO? Porque no mundo não tem.

R – Tem, Vereador.

P – Não, não, vocês vão me provar, que eu quero ir para lá. Se vocês falarem que é na Alemanha, eu vou. Onde falar eu vou.

R – Então deixa eu lhe devolver com uma pergunta, só para entender se o que o senhor está perguntando é o que eu estou entendendo.

Quando o senhor fala “esse modelo de CCO”, o senhor está falando de tecnologia ou o modelo institucional?

P – Da maneira que os senhores estão englobando tudo. Vocês estão fazendo um pacote total...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Adauto, deixa eu só esclarecer. Acho que está havendo um pequeno problema de comunicação.

O modelo basicamente é tecnologia. Como o Adilson falou, vocês foram buscar lá fora, ancorados em novas tecnologias. A forma de controle já existe uma hoje que me parece que a SP Transportes já opera. Está-se empregado um novo modelo com uma nova tecnologia, que vocês estão aglutinando formas tecnológicas, às quais foram dados esse nome de “centro de controle operacional”, similar, você mencionou, ao do metrô, ou o metrô se aplica e não se modificou. É isso que eu entendi.

R – Vereador, o que nós estamos fazendo, qual o processo que está sendo feito: toda a parte de tecnologia embarcada, ou seja, os equipamentos, as câmeras, a unidade central de processamento, o terminal de dados, tudo isso vai ser homologado por um certificador independente da SP Transporte. Quem são as entidades que se interessaram nesse processo de fazer esse processo de homologação? O IPT apresentou documentação; o CPQd, de Campinas ou Hortolândia, que é o centro de pesquisa do antigo Sistema Telebrás, é um dos homologadores dos equipamentos embarcados; a TUV, que é uma empresa alemã, também se apresentou. Essas empresas que vão fazer a certificação têm uma série de certificados de conhecimento, de sistemas de comunicação, de sistemas de segurança. Tem todo um procedimento para que sejam homologadas como homologadores, sejam aceitas como homologadores. Por exemplo, todas essas empresas têm que ter certificação junto à Anatel, para atestar que toda a comunicação entre o ônibus e o CCO vá ser feito através de equipamentos que comportem 3G, 4G e tudo que existe na parte de telefonia, que é a grande infraestrutura disso.

Nós não estamos homologando partes do sistema. Quando vai para homologação, o que vai são pacotes e todos os equipamentos falam entre si. A câmera tem que falar com a unidade central; com o terminal de dados; com o GPS, tudo tem que falar com o sistema central. Então isso está sendo homologado como um só pacote para as várias empresas interessadas. Por exemplo, há uma empresa que está interessada e está homologando que é a Samsung coreana, mas há pelos menos mais umas quatro.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Perfeito, ele vai fazer por escrito.

Tem a palavra o Vereador Abou Anni.

O SR. ABOU ANNI – Presidente, é rápido porque, neste momento, vou ter que me ausentar. Solicito de V.Exa. as notas taquigráficas da fala da Sra. Maria Lúcia, até para que possa encaminhar para o Ministério Público, para o Promotor Marcelo Milani, que já está investigando a questão das multas, dos valores. E quando falamos de funcionário, eu fiquei meio perplexo com a informação. É só para encaminharmos e assim ter um melhor entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Está deferido e peço que tomem providências quanto às notas.

Mas me parece que foi público, é verdade sabida, a questão do policiamento. Tanto é verdade que vou indagar agora, antes do Vereador Salomão falar, faço uma pergunta para a Sra. Maria Lúcia. Sra. Maria Lúcia, a senhora diz aqui: manutenção do policiamento de trânsito, e a senhora está pedindo na rubrica 39 milhões. Igualmente, observamos que em 2015 a senhora utilizou 44, até setembro está atualizado – perdão – foram 43 e liquidados 18. A senhora está pedindo menos 10% em uma rubrica que, entendo, é para o policiamento de trânsito, entendo que está havendo redução. Ora, uma das coisas que interessaria seria o policiamento, por que há redução?

Complemento, Maria Lúcia: operação e manutenção da sinalização do sistema viário, a senhora está dizendo aqui: 55 milhões, e considerando que foi orçado para 2015, a senhora tinha 57, por que há redução nos valores das duas rubricas, as quais estão claramente demandadas? Por que estão sendo reduzidos os recursos dessas rubricas? E é para policiamento que eu entendo como algo importantíssimo. Qual a justificativa e quais estudos levaram a essa redução de 10% no policiamento?

A SRA. MARIA LÚCIA BEGALLI – Com relação à Operação e Manutenção da Sinalização do Sistema Viário o valor é 55, nessa rubrica há o valor da energização. Por mais que a gente tenha tido recentemente um aumento, houve queda no valor da conta de

energização semafórica. Então os 55 representam esse valor.

P – Os 4% tudo bem, e vemos problemas nos semáforos para todo lado. Se a senhora está reduzindo...

R – ...a conta da luz, é a conta da energização.

P – A conta de energia está reduzida, não houve problema?

R – Houve uma queda.

P – Por que mudou a tecnologia, as lâmpadas *led*? É por isso que se deu à redução?

R – Exatamente, foi à modernização semafórica.

P – Tudo bem, mas e o policiamento, a manutenção do policiamento de trânsito? Quais foram os empregos... Abra essa rubrica para nós: a senhora está pedindo 39 e a senhora tinha 43 para 2015. Por que houve a redução? Eu entendo, pelo menos acho que nós, e eu não gosto de falar pelos outros, mas por que a redução de 10%?

R – Vereador, essa rubrica é a que faz o repasse para a Polícia Militar, das autuações que são feitas pela Polícia Militar.

P – Eles não estão autuando mais?

R – Estão sim, mas a GCM também está, e nós temos observado que com o...

P – Não demanda mais?

R – Isso. Não é que não demanda, também demanda mais a tendência...

P – É a comissão?

R – Exatamente.

P – Quanto mais multa, mais leva, só vão levar 39 milhões este ano?

R – Isso, 39.

P – E agora se o guarda municipal fizer, como será feita essa moderação? A senhora diz que o municipal faz, então tudo bem. Vamos entender a sua fala, a senhora diz o seguinte: “O guarda da polícia militar, eu passo e pago para ele”

R – Isso.

P – Eu posso pagar...

R – Tem um convênio entre a Secretaria Municipal de Transportes, a Polícia Militar, eles são conveniados.

A SRA. MARIA LUCIA BEGALLI - Existe um valor de repasse.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Deixe-me só concluir...

R - Pois não.

P - ... Para a senhora não cometer aqui um equívoco.

É que estou me referindo à GCM.

R - Pois não.

P - Como é que a senhora remunera a GCM nessa questão? Eles tiram lá, pagam o salário pela rubrica da GCM? Lá a senhora não tem de remunerar os serviços prestados? Porque são duas Secretarias diferentes. Porque, para a senhora entender, aqui tem um problema. Se o serviço da CET é remunerado, então, dizer o seguinte: a prestação de serviço do GCM carece de um contrato entre as duas partes, sendo que a senhora presta serviço para outra e a remuneração do salário deles, quando do emprego, na aplicação de multa, ele ser remunerado - que é o mesmo que a senhora está aplicando na Polícia Militar.

A senhora está dizendo: "Eu tenho um convênio". Para a senhora entender, aqui a senhora está falando duas coisas ao mesmo tempo, entendeu? Por isso que eu estou dizendo, não é a Polícia Militar agora. A senhora fala que a GCM faz. Ótimo. Como é que eu os remunero? Ele não vai lá, ele não sai. Então estou tirando, deslocando material humano da GCM, com que atitude? Qual é a natureza da prestação desse serviço? Como é que explica? Como é que foi feito isso?

O SR. ANTÔNIO CARLOS PRESTES CAMPOS - Nobre Vereador, aqui fala Antônio Carlos, Assessor Financeiro da Secretaria.

P - Pronto.

R - Foi tentado fazer no meio do convênio que era feito com a Polícia, só que a Guarda Civil é a mesma esfera municipal, não há como remunerar porque isso vai ser uma...

P - Você não entendeu.

R - Não, eu entendi.

P - Não, deixe-me concluir. Espera só eu concluir, Sr. Antônio Carlos, para melhor entendimento: se posso pagar a mão obra da CET do policiamento, eu posso pagar o GCM, e eu teria mais recurso para a GCM.

Estou utilizando - para você entender - a mão de obra de GCM de guarda civil, que não está fazendo essa função de guarda. Ele está atuando enquanto trânsito.

R - Tá.

P - Ele, então... O que estou dizendo é o seguinte: ele pode ser remunerado então como no mesmo sistema que eu estou dizendo, dentro da natureza de trânsito, dentro daquilo que o Código de Trânsito permite. O que estou dizendo é o seguinte: vocês estão deixando de remunerar. Neste momento que você está me falando - e aí vejo uma falha: como eu não remunerar aqueles que prestam serviço, aqueles GCMs que prestam o serviço, segundo a Maria Lucia está dizendo para nós. A um eu pago; ao outro eu não pago. Se ele está fazendo esse serviço, eu posso utilizar o tiozinho da multa. Por que estou dizendo isso? Por que sobraria dinheiro para a GCM empregar em outros fins. Estou desviando a função da natureza fim da GCM. É esse outro problema grave e aí sim teremos um problema legal, qual seja, eu estou utilizando um recurso que não estou remunerando de maneira correta, conforme o CET.

Acho que aí cabe um ajuste de vocês em tentar remunerar e acertar isso que vejo aqui como um equívoco, está claro?

A SRA. MARIA LUCIA BEGALLI - Está claríssimo, o senhor está correto.

Nesse primeiro convênio, estará sendo feito ainda um estudo de como vai ser transferido esse valor.

Então, como não chegou ainda num consenso, não só técnico, mas legal para se

fazer esse repasse, nesse primeiro momento, Vereador, não há repasse do valor para a GCM, mas está sendo...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Não sendo um problema, Maria Lucia, porque eu já tenho um serviço prestado, eu tenho desvio de função. Isso não pode, é vedado. Da conta GCM, a GCM diz que ele pode fazer. Mas a remuneração dele, não, se eu tenho a função, a remuneração específica. Vocês têm de corrigir isso antes do encerramento do exercício e repassar os valores neste exercício. Eu não reparo o problema da remuneração da natureza fim, qual seja, estou tendo desvio de função do GCM, do emprego dele.

Então estou pedindo que vocês façam isso, aqui em nível de contribuição, porque, na sua palavra, eu não posso fazer isso. Vocês não podem fazer isso, não podem e não devem. Devem corrigi-los urgentemente.

Vou passar a palavra agora para o Vereador Salomão. Por favor, Salomão.

O SR. SALOMÃO PEREIRA - Obrigado, Sr. Presidente. Em nome do Presidente, cumprimento os demais Vereadores. Boa tarde a todos e todas aí.

Eu gostaria que... Vou fazer algumas perguntas e gostaria que os senhores anotassem, porque eu vou sair daqui quando eu obtiver essas respostas. Vamos falar sobre a pauta que está aqui. Vou falar sobre três itens: compensação tarifária do sistema de ônibus, que é um dos valores aqui bastante alto.

Agora eu gostaria de saber do Sr. Aduato como que funciona o sistema de controle, de quantas pessoas se utiliza, do meio de transporte. Se você tem controle desse serviço, como que é feito, se essa mesma pessoa utiliza esse transporte três, quatro vezes, enfim. Preciso saber disso aqui também.

Outra coisa é sobre o transporte de pessoas com deficiência de mobilidade. Desses valores, gostaria que os senhores explicassem também aqui quantos veículos têm que fazem esse atendimento do Atende e quanto é pago para cada veículo.

E também a modernização semaforica que o senhor coloca aqui no seu relatório:

Modernização Semafórica, um valor de 1 mil reais. Gostaria que você explicasse também aqui como que é feita essa Modernização Semafórica com o valor de 1 mil reais.

Outra pergunta também: gostaria que os senhores - não sei se é do Sr. Adauto ou a quem for a competência: a JARI - Juntas Administrativas de Recursos de Infrações, julgadora de multas, onde há um número de pessoas que fazem o julgamento dessas multas, e que evidentemente que não são pessoas ligadas ao trânsito, são pessoas ligadas a entidades de classe, associações e outros aí.

Estas pessoas são remuneradas com o valor de 270 reais por mês para o trabalho de cinco dias por mês. Este Vereador encaminhou um ofício ao Secretário de Transportes, mais ou menos há uns seis meses, não obtive resposta. Encaminhei também ao Prefeito e o Prefeito encaminhou ao Secretário e também não obtivemos resposta sobre o porquê de esse pessoal ter uma remuneração tão baixa. E a gente estaria pedindo que fosse revista essa situação, porque esse pessoal presta um serviço muito importante na cidade de São Paulo, porque ele presta um serviço muito importante na cidade de São Paulo, que é aí o julgamento das multas, que é um número altíssimo de pessoas descontentes com as penalidades e que apelam para os recursos. E até porque as pessoas que prestam esse serviço parece que há 15 anos recebem esse mesmo valor de 270 reais e essas pessoas que moram em outra região não têm lugar para estacionar. Até papel higiênico - pelas informações que eu tenho - faltam no CET.

Então que se resolvam esses problemas do atendimento e que se resolva também esse problema de trabalhadores, que eles sejam mais bem remunerados para esse serviço.

E, para o Sr. Adauto também, esses equipamentos relatados aí que serão implantados no sistema de ônibus: qual o investimento e qual o custo, qual é o peso desse investimento no sistema tarifário.

Outro também, que o senhor falou aí, é sobre a tecnologia por câmeras que são instaladas nos ônibus. Gostaria de saber também quanto custa cada equipamento de câmera

instalada, como que funciona, qual procedimento, se vocês têm servidor próprio, como que funciona isso; se um elemento assaltar esse ônibus ou mesmo se coloca fogo nesse ônibus, se vocês têm a imagem desses elementos que fazem esse tipo de serviço. Porque esse aqui é um serviço que conheço muito bem e eu tenho em sistema que funciona, onde o passageiro entra no táxi e eu o identifico num minuto, aliás, em um segundo. E se ele colocar fogo no carro e levar o carro para onde ele for, eu tenho a imagem dele na hora.

Quero saber, quero que vocês expliquem isso para ver a eficiência dessa tecnologia que os senhores estão apresentando aqui para esta Casa, para que os Vereadores possam estar discutindo aqui.

Então, eu gostaria que o Sr. Adauto, ou a alguém de competência, respondesse essas perguntas. (Pausa) Está liberada a palavra para responder.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Terminou, Vereador Salomão?

O SR. SALOMÃO PEREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Fique à vontade para responder, por favor.

O SR. ADAUTO FARIAS – Antes de responder as perguntas do Vereador Salomão, deixe-me só complementar duas coisas que ficaram pendentes: uma do Vereador Abou Anni, que já saiu, em relação ao regulamento de sanções e multas do contrato, que é o Resam. As aplicações dos recursos do Resam estão regulamentadas pelo Decreto 42.184, de 11 de julho de 2002, o que permite a aplicação dos recursos arrecadados com as multas por conta da operação do sistema de ônibus.

Também a pergunta feita pelo Vereador Jair Tatto, sobre quanto custa cada passageiro. Na última vez que foi feito um estudo de tarifa, que foi para o reajuste da tarifa para 3,50 reais, o custo por passageiro pagante era de 4,76 reais. A gente demonstra o custo, e a decisão do valor da tarifa, por competência constitucional, é um ato discricionário do Prefeito. Nós apresentamos a conta, ele avalia a capacidade da Prefeitura de eventualmente subsidiar,

e ele então definiu que, para cada passageiro pagante, a pessoa pagaria 3,50 e a Prefeitura entraria com um subsídio equivalente a 1,26 por passageiro pagante.

Entrando nas perguntas do Vereador Salomão, há duas questões que são questões dos meus amigos da CET: a questão da modernização semaforica e a questão das JARI. Terminando minha fala, passarei a palavra para eles para que tratem dessas duas questões.

Sobre como se controla a utilização do sistema pelos usuários, é o seguinte. Há dois tipos de usuários dentro do ônibus; um deles, aquele que dispõe do cartão do bilhete único. No mês de setembro, apenas 5,8% de todos os embarques nos ônibus foram pagos através de dinheiro, em que o cobrador, com o cartão que chamamos de Cartão de Bordo, faz o registro. A catraca fica permanentemente bloqueada. Quem comanda a liberação da catraca é aquele equipamento, o validador, que tira o valor do cartão e libera a catraca para o usuário.

O SR. SALOMÃO PEREIRA – Ele faz a leitura.

O SR. ADAUTO FARIAS – Ele faz a leitura do cartão, para saber se tem recurso; tira esse recurso do cartão e libera uma passagem. Aí, a catraca volta a ficar bloqueada.

Todas essas informações que saem do cartão, incluindo: número do cartão, hora em que ele utilizou, veículo em que foi utilizado, linha que foi utilizada, todas essas informações ficam guardadas na memória do próprio validador. Quando esse ônibus chega à garagem, por um sistema de antenas os arquivos que estão na memória do validador são transmitidos para o sistema da garagem e daí, sem nenhum tratamento – por questão de segurança -, vai para a Central de Processamento de Dados da São Paulo Transportes, que é feito através de uma empresa chamada Tivit, que é um datacenter localizado nas margens do Rio Pinheiros, perto do Hotel Transamérica. São 2 locais separados, por questão de segurança também. A informação vai para os dois *sites* – como o pessoal de TI fala, porque se houver algum problema em um *site*, a informação está preservada no *site* redundante.

P – Isso aí são as pessoas que pagam. Agora, os que não pagam, que têm o cartão que é gratuito, como é que funciona? Qual é o controle?

O SR. ADAUTO FARIAS – Há cartões que obrigatoriamente são personalizados, como o do idoso, o de portadores de deficiência e o de estudantes. Outros cartões que também são personalizados são os do bilhete único mensal, que contêm foto, o nome da pessoa, etc. Esses cartões têm chip que definem a característica da pessoa. Por exemplo, se a pessoa tem mais de 60 anos, o chip do cartão contém essa informação, que permite à pessoa utilizar o serviço sem cobrança de tarifa. Então, ele simplesmente libera a catraca, mas fica registrado que foi a catraca foi liberada por uma pessoa que tinha direito legal à gratuidade pela idade.

O SR. SALOMÃO PEREIRA – E qual o controle que os senhores têm da quantidade de pessoas que usam e quantas vezes cada pessoa usou o transporte?

R – Nós temos o registro de todas as transações. São realizados diariamente nos ônibus por volta de 9,8 milhões a 10,2 milhões de usos ou passagens oriundas de pessoas que liberam a catraca. Tudo isso depois vai para o sistema central da São Paulo Transporte, aproximadamente 96 a 97% dos dados já sobem na madrugada do dia seguinte e o restante sobe, no máximo, no segundo ou no terceiro dia.

P – Mas e o controle do número de vezes que cada pessoa usou o transporte vocês não têm?

R – Sim, temos, porque esse dado fica registrado no cartão e, no final do dia, sobem todas as informações. Por exemplo, se, por acaso, hoje V.Exa. usar seu cartão do bilhete único num ônibus na zona Norte, na zona Sul e depois no centro da Cidade, no final do dia, essas informações são consolidadas e é feita uma conta corrente de seu cartão. Então, temos, sim, como saber quantas vezes cada cartão é utilizado, inclusive para fins de controle de extrato e de fornecimento de saldo para o usuário.

P – E se o passageiro estiver usando o cartão de forma indevida? Porque a questão, Adauto, é reduzir custo. Esta Casa está com o objetivo de reduzir custo e chegar a uma conclusão que possa ser bom o Município e também para quem usa esse meio de transporte. Se o usuário utiliza o ônibus quatro, cinco vezes ou mais por dia, não há como

vocês saberem disso? Há algum sistema que controla isso? Porque tem que haver um controle, porque senão logo a passagem de ônibus estará custando dez reais.

R – Vereador, quando nós criamos qualquer tipo de crédito, seja para o idoso ou para o pagante, sempre há regras de uso. Então, por exemplo, um cartão de idoso só pode ser usado uma única vez numa mesma viagem; não dá para a pessoa tentar passar duas vezes na mesma viagem. Como eu já falei, quando a catraca é liberada, fica registrado no cartão o número do ônibus, o horário e o trajeto da viagem que a pessoa está fazendo. Por exemplo: uma pessoa vai de Santana para a Vila Albertina. Após passar o cartão no validador ao sair de Santana, se ela o entregar a uma pessoa, a catraca não será liberada pelo cartão.

Um cartão comum pode ser usado na mesma viagem...

P – Por um período de duas, três horas. É isso?

R – É válido por duas horas, se for vale transporte ou estudante, ou por três horas se for o comum. Mas, por exemplo, se eu estiver com a minha filha no ônibus com o meu cartão comum, eu posso utilizar o cartão duas vezes na mesma viagem, só que serão cobradas duas tarifas.

P – Entendi.

O SR. ADAUTO FARIA – O cartão e o validador têm esse tipo de inteligência para, por exemplo, tem restrição absoluta. O cartão do idoso só pode ser usado pela pessoa. O cartão comum pode pagar tarifa de mais de uma pessoa, mas aí ele cobra duas vezes.

O SR. SALOMÃO PEREIRA – Até zerar o valor.

O SR. ADAUTO FARIAS – Até zerar o valor. Recentemente nós trocamos os validadores. Inclusive terminamos agora, na semana passada, a substituição de todos os validadores do sistema; e um dos equipamentos dos periféricos do validador é uma câmera. Quando alguém tem direito à gratuidade utiliza, o sistema guarda, na memória, pelo menos, quatro imagens dessa pessoa. Então, essa é uma forma de combater a fraude. Às vezes, acontece. A gente já pegou casos assim, de, às vezes, um idoso ter um cartão e, de repente,

aparece uma pessoa jovem lá. Daí, nesses casos, a gente chama a pessoa; e, no limite...

P – Adverte.

R – Bloqueia o uso daquele cartão por um período, até porque, no caso do idoso, ele tem direito ao transporte.

P – Na lei.

R – O cartão é um facilitador para ele poder passar pela catraca e ter mais conforto, mas, sem o cartão, ele pode usar o transporte, só que ele desce pela porta da frente, e daí a Sptrans não remunera o operador por esse transporte. Então, o processo é esse. Evidentemente está muito resumido, mas existem esses controles, tanto na emissão do cartão, quanto na utilização do cartão.

Quanto à questão do Atende, nobre Vereador, são 378 veículos que operam o sistema. São transportados, por mês, entre deficientes, pessoas com deficiência e acompanhantes, que têm direito legal a isso, cerca de 111 mil pessoas. Cada carro custa para a Prefeitura 15.300 reais em média.

P – Mês?

R – Mês.

P – Quinze mil e trezentos?

R – Quinze mil e trezentos reais.

Quanto à questão do registro de imagem, essas imagens lá, no futuro sistema embarcado, elas vão ficar guardadas na memória da própria câmera e, uma vez por dia, vão ser transmitidas, porque a transmissão, em tempo real, tornaria muito pesado o tráfego de imagens, de dados e tudo. Então, ele está programado, como padrão, para que as imagens produzidas nas câmeras de segurança dos equipamentos embarcados, para serem armazenadas e eventualmente, sob demanda, para esclarecer algum evento de violência, algum assalto ou algum roubo dentro dos ônibus, para elas serem resgatadas e utilizadas na forma da lei.

P – Mas essas imagens ficam dentro do ônibus?

R – Elas ficam dentro do ônibus enquanto o ônibus estiver rodando. Quando esse ônibus for para a garagem, vão ser transmitidos para ficar.

P – Aí já começa a falha, Sr. Adauto, porque se o indivíduo assaltou o ônibus ou cometeu qualquer irregularidade ou ateou fogo no ônibus, não terão as imagens dessas pessoas. É justamente isso que o Poder Público e as autoridades precisam.

R – Então, nobre Vereador, aí há uma questão do custo disso. V.Exa. tem razão na crítica, mas para se manter uma transmissão, em tempo real, de todas as imagens, o custo de processamento e de transmissão dos dados seria absolutamente proibitivo nos níveis atuais que a gente tem de tecnologia disponível.

P – Olha, eu tenho um servidor que, a partir do momento em que a pessoa entrou no carro, a gente já tem a imagem. Se ele pôr fogo no carro, o que ele quiser, é coisa de um segundo. Eu acho que esse sistema não é difícil ser implantado também, para que essas imagens sejam transmitidas do ônibus para o servidor, para a central dos senhores, porque, senão todo investimento que está se fazendo, não está se vendo sucesso.

R – Nobre Vereador, eu acho o seguinte: Nós estamos num processo agora, nós inclusive fizemos questão, até como uma, até por conta do que aprendemos na CPI de 2013, todo o processo de certificação dos equipamentos é feito por entidades independentes. Acho o seguinte: se existem soluções, nós especificamos o que precisamos dos equipamentos e tal. Se existem soluções que atendam especificações, elas vão ser submetidas evidentemente segundo o mercado, a homologação por parte do IPT, do CPQD e da TUV. Nós fizemos esses cálculos. É uma coisa que do ponto de vista orçamentário é quase proibitivo nos níveis atuais que temos, considerando uma frota de 14 mil ônibus evidentemente.

P – E a JARI?

R – Aí passo para os meus amigos da CET.

O SR. MILTON LEITE – Sempre falem o nome para identificação nas notas

taquigráficas, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS – Antonio Carlos, da Assessoria Financeira da Secretaria de Transportes. A questão da JARI, a gratificação acompanha como referência um decreto estadual. No mês de junho, a Junta Estadual teve um reajuste. E para ser aplicado aqui no Município tem de haver a legalidade dessa aplicação na Junta que está aqui no Município.

Existe uma rubrica na dotação da Secretaria que está em torno de 131,253, que está no orçamento, que é justamente para essa gratificação. Só que tem de ser reconhecida pelo Secretário a legalidade da aplicação desse reajuste que foi feito para o Estado na Junta Municipal. Se isso for feito, provavelmente será também remunerada, aumentada a gratificação da JARI.

P – Antonio Carlos, estamos com pouco tempo, mas vou falar para você, encaminhei um ofício para o Secretário há mais de seis meses e não obtive resposta. Encaminhei para o Prefeito que encaminhou para o Secretário e não obtive resposta, porque as pessoas lá que fazem o julgamento de multa têm nos procurado. Essas pessoas estão pagando para trabalhar. Faz 10 anos ou um pouco mais que recebem esse mesmo valor de 270. É injusto.

R – É que na verdade essa remuneração só teve reajuste na estadual agora em junho deste ano. E o Município acompanhando o Estado também não poderia fazer esse reajuste a bel prazer. Então acompanha uma legislação e sendo aplicado no Município provavelmente será reajustado. Será só uma questão de reconhecer a legalidade da aplicação no Município.

P – Vamos aguardar que o Secretário e o Prefeito atendam esses trabalhadores que prestam esse serviço, porque é um serviço muito importante na cidade de São Paulo, porque o número de multas é altíssimo.

Muito obrigado.

O SR. MILTON LEITE – Tenho algumas perguntas, mas as farei no final. Vou passar aos inscritos para esta pasta.

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado, Vereador Milton Leite, boa tarde a todos, Vereadores Ricardo, Jair e Salomão, população aqui presente, funcionários da CET, SPTrans, Secretaria de Transportes, meu nome é Fábio Siqueira, munícipe da região da Saúde, há bastante tempo verificando essa questão do transporte, infelizmente muito ruim, Srs. Vereadores, a ausência do Sr. Secretário Gilmar Tatto. Parece que ele não justificou porque, pelo terceiro ano consecutivo, diga-se de passagem, não aparece na audiência pública referente ao orçamento da Secretaria de Transportes e das empresas.

É um fato lamentável e digno de todas as críticas nesse sentido.

Diferentemente, outros Secretários como o Barreirinhas e o Rogério que vieram aqui nesta semana.

Também é lamentável a questão do Conselho Municipal de Trânsito e Transporte. Existe algum Conselheiro presente? (Pausa) Criaram esse Conselho no ano passado, mas ele não aparece quando se tem a discussão das questões efetivas, importante, bilionárias, aqui. Nem no orçamento ele aparece. Esse conselho municipal está fazendo o que nesta Cidade?

Como também o GART, o Secretário Gilmar Tatto era o Secretário em 2002-3, e funcionavam os GARTs nas Prefeituras, os Conselhos locais de Trânsito e Transporte, que devem ser discutidos na Subprefeitura também.

E vocês não reativam os Conselhos locais das Subprefeituras, repetindo práticas danosas do Sr. Serra e Kassab, do Singer e do Alexandre de Moraes, péssimos Secretários que esta Cidade, infelizmente, teve na Pasta dos Transportes. É algo lamentável, vergonhoso, para uma Administração que se diz petista, democrática e popular e que, de fato, não o é. E todo mundo já sabe disso.

O Decreto 56.525 de 19 de outubro de 2015 deu mais 144 milhões para os

latifundiários do transporte, para enriquecer ainda mais essas pessoas que nem aparecem aqui, os donos das nove empresas de transporte da Cidade, e tirando dinheiro da habitação, de mananciais, que é a meta 99, que perdeu 14 milhões, da urbanização de favelas, 2 milhões e meio de Campo Limpo e Paraisópolis e regularização fundiária de São Mateus está perdendo dinheiro.

Será que é lícito tirar dinheiro da habitação e dar para os barões do transportes, que prejudicam essa Cidade, dando um péssimo sistema de transporte – o qual essa Secretaria não fiscaliza? Não faz nada para melhorar.... os ônibus demorados e essa coisa toda?

Vamos continuar tendo esse vexame na Cidade?

Balanço da SPTrans. Li o balanço publicado no dia 11 de abril deste ano. É o balanço mais enxuto da história da empresa, sendo que, no passado, esse balanço chegava a 10. Nada fala de investimento. Nada fala de nada. Ou seja, é o balanço menos transparente da história dessa empresa, considerando a CMTC, que é a empresa anterior. Aliás, a empresa CMTC foi a empresa municipal com maior número de funcionários desse país. Não sei aonde foram parar tantos funcionários.

Abrigos e coberturas de ônibus. A Cidade continua padecendo sem abrigos e coberturas de ônibus. A população continua tomando chuva sem essas coberturas. E nada é feito.

A verba federal. 1 bilhão e 100 mil reais, a Presidenta Dilma Rousseff não manda, nesses três anos, para o transporte. O que fazer sobre isso?

O Fundurb. São nove meses do Fundurb nada executado dos 54 milhões nesse período.

Ciclovias em Parelheiros. Nada previsto. Há uma elitização das ciclovias na Cidade. Só bairro rico. O bairro pobre fica sem ciclovias. Quer dizer, estão jogando dinheiro fora nessas ciclovias que favorecem só os bairros ricos, para a região pobre, nada.

Plano viário Sul: a verba não está sendo executada, sendo que a Secretaria de Transporte é responsável legal pelo PPA aprovado nesta Casa.

O Viário M'Boi Mirim: vão sair as obras no ano que vem?

Por fim, eu queria falar dos corredores e dos terminais. Vocês não têm a dignidade de falar quantos corredores e terminais foram feitos desde 2013 e quantos serão até 2016.

A Presidenta Dilma prejudica esta Cidade, mente para o povo paulistano. Eu queria saber aonde foram parar 1 bilhão e 100 mil. Será que foram nas pedaladas, mensalões, petrolões? É uma vergonha ficar aqui discutindo o transporte nesta Cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vocês responderão em bloco – a cada um que couber a resposta.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Eu vou falar na nova licitação dos transportes que será para 20 anos.

Eu sou Presidente da Uniconfederação de São Paulo Empreendedorismo e queria saber da SPTrans se não poderia reduzir para 10 anos.

Ela tem uma frota de 13 mil ônibus, mas 55% dela são ônibus usados acima de 15 anos, que seriam consideradas sucatas. Dessa frota, cerca de 3% têm piso rebaixado e 1% tem ar condicionado.

A outra pergunta é a seguinte: nos Planos de Metas que ajudei a construir, nas audiências públicas, apresentei uma tese da instalação do Wi-fi livre nas praças públicas, prédios públicos, parques e terminais de ônibus.

A outra pergunta é se nessa nova licitação o wi-fi poderia chegar nos ônibus em 100% da frota da cidade de São Paulo?

A cidade de São Paulo tem 22 mil pontos de ônibus. Desses, 10% tem cobertura, as quais não são iluminadas. Nesses pontos, acontecem assaltos aos usuários de transporte.

Não existe nenhuma câmara para dar segurança aos usuários do transporte público. Queria saber se vão colocar abrigos, câmaras e se vão iluminar os pontos de ônibus. Essas são as perguntas.

Outra é sobre o custeio do sistema de transporte da cidade de São Paulo. É um custeio perverso, pois 80% da passagem, a mais cara do planeta, é custeada pelo usuário. Nós apresentamos sistemas avançados, o sistema nacional de transporte, que seria integrar os Governos Municipais, Estaduais e Federal, o usuário e o empregador, então, ficaria 20%.

Daí a passagem na Cidade cairia para 0,50 centavos nesse sistema integrado.

Para encerrar, quero falar das ciclovias.

Foram construídas ciclovias de Primeiro Mundo na Avenida Paulista. Nós fizemos uma investigação, uma tabela de cálculo do que foi gasto e chegamos a 46 reais por centímetro da ciclovia na Avenida Paulista, e, na periferia, colocam a ciclovia pintada para o ciclista de baixa renda, pintam a ciclovia com buracos e tudo, mas para a classe alta, colocam uma ciclovia milionária.

Eu queria saber se não podem reconstruir essas ciclovias, dando mais segurança aos ciclistas.

Era o que eu tinha para dizer.

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro.

O SR. LAERTE BRASIL – Sr. Presidente, tenho uma última coisa para falar.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Só que for rápido, por favor.

O SR. LAERTE BRASIL – Sobre o remanejamento do policiamento do transporte na cidade de São Paulo. Com 39 milhões daria para contratar 6 mil agentes de trânsito na CET, que está sucateada, mais 5 mil estagiários, em vez de remunerar novamente, a Polícia Militar e a Guarda, porque eles já têm salário, garantindo um concurso público, porque daí vai dar no caixa dois.

Essa é a minha sugestão.

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra a D. Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Boa tarde, D. Maria do Socorro.

Seja bem vinda nesta Casa.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Obrigada. Boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Boa tarde, Sra. Maria do Socorro. A senhora é sempre bem-vinda a esta Casa.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Obrigada. Eu, da região de Itaquera, jovem de cabelos brancos, com 74 anos, vou fazer uma pergunta e quero uma resposta.

Faço parte do Fórum do Consórcio Plus Vip A.E. Carvalho, em Itaquera, estou estranhando e quero saber por que não existem semáforos e ciclovias na nossa região. Cadê as coberturas e os semáforos? Quer dizer que A.E. Carvalho, que fica próximo ao terminal de ônibus, que era da CMTC e outra, os ônibus da periferia...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sra. Maria, me permite, apenas para eles se localizarem. Quero ajudar. Se a senhora puder especificar mais onde fica. A senhora fala em A.E. Carvalho, mas qual é a rua onde está faltando semáforo. Qual a região, para ajudar a senhora.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Em Itaquera.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Qual é a avenida?

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Avenida Águia de Haia, certo? A Avenida Campanella; a do Imperador, que fica nas proximidades da Cidade A.E. Carvalho. Lá não tem nada, nem semáforo. Está tudo abandonado. Não tem benefício algum e para ajudar, houve uma reclamação com relação a uma linha tradicional, a 263-J. Já conversei a respeito. Quando o representante da Leste participava do fórum, nos escutava. Porque lá existem dois

representantes do Consórcio Plus Vip, aliás, não estou vendo ninguém aqui.

Nós fomos largados e abandonados. Antes, eles ainda nos escutavam, mas agora não. E os ônibus são uma beleza, tem aqueles degraus... Os melhores ônibus vão para a cidade. Só que nós, da zona Leste, da região de Itaquera, a única coisa boa que tem lá é o Corinthians. Só.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Graças a Deus. Que coisa boa.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Não. Eu amo de paixão a minha região, mas...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Desse jeito a senhora amolece o meu coração, Sra. Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Não, não, não. É mais fácil matar os outros.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A senhora amolece o meu coração. Fala do Corinthians, sabe como é?

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Peço que os senhores olhem com carinho.

- Manifestação na galeria.

A SRA. MARIA DO SOCORRO - Não é por favor não. Não vou pedir por favor não.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – É obrigação nossa.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – É obrigação, certo? Que olhem o que está acontecendo, porque nada temos. Nada temos nada na nossa região.

E quanto mais no fundão, na periferia, já viu, certo? Eles apenas nos enxergam na época da eleição, entram na favela, no córrego, na Cracolândia, enfim, em tudo o que é buraco. Aí eles nos enxergam, entendeu?

Então, quero uma resposta. Tem muito dinheiro jogado, fora os motoristas – sem ofensa – que são mal-educados, não respeitam os idosos, param a quase um metro da guia e os senhores têm de colocar funcionários que tenham humanização. Não adianta blá-blá-blá, porque venho aqui e comunico. Os senhores têm de cobrar dos conselheiros que ganham dinheiro. Tá? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Obrigado. Quem responde primeiro ao Sr. Fábio? As perguntas foram formuladas, os senhores anotaram. Quem responde às formulações do Sr. Fábio? Em seguida às do Sr. Laerte e depois às da Sra. Maria do Socorro.

Vamos começar com o Sr. Adauto. Peço o seguinte: a parte que lhe couber das perguntas, pode responder. Em seguida, a Sra. Cecília. Assim fica mais fácil. Sejam bem objetivos mesmo, está bom? Por favor. Depois tenho mais três perguntas, resumam bem, porque ainda tenho outras audiências para conduzir.

O SR. ADAUTO FARIAS – Está bem, Sr. Vereador. Vou tentar ser. Para falar a verdade tenho até um pouco de dificuldade para sistematizar o que o Fábio falou, mas, assim, só algumas coisas que eu gostaria de rebater mesmo, que é o seguinte: o subsídio que se aplica - quando falamos em subsídio - vai direto para o usuário; a Prefeitura está deixando de cobrar uma tarifa, como eu falei: como ela tem um custo de 4.76, o Prefeito a estabeleceu como 3.50, então, essa complementação que não é a Prefeitura que coloca, mas é o conjunto da sociedade que está subsidiando o transporte de quem utiliza o transporte coletivo, por isso, de tudo aí, acho que tem questões de opinião que acho não ser o fórum para debater.

Do ponto de vista das questões que têm relação, aqui, com o tema da conversa, é só para gente caracterizar. É o Orçamento, é decisão política de política pública de não cobrar o custo todo do usuário, pois isso é importante para a Cidade, porque ajuda a trazer gente para o transporte coletivo.

O Laerte colocou algumas coisas que foram motivo de muito debate. A questão dos 20 anos está muito atrelada, Laerte, ao tamanho do investimento que está sendo exigido. O Vereador colocou, no início, que é um investimento bastante grande, maior do que era. Os veículos são mais caros, mais equipados, mais qualificados.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – E ainda teremos a frota verde que é mais cara ainda.

O SR. ADAUTO FARIAS - É mais cara ainda, o combustível é mais caro. Existem

exigências ambientais que estão vencendo daqui três anos. Então nos pareceu, do ponto de vista dos estudos econômicos, do ciclo de vida desses veículos, que se estabelecesse um prazo maior do que o que era e que veio sendo posto nos contratos anteriores.

Existem experiências internacionais com prazos menores e prazos maiores, então, não estamos fora do horizonte que se pratica no mundo do transporte.

E sobre a questão da idade alta da frota – que se destaca, Laerte – quero colocar uma discordância bem pontual, porque, hoje, a frota de São Paulo tem em torno de 5.5 anos de idade média e está num processo de renovação.

O SR. MILTON LEITE – Quero até dar meu testemunho, interrompendo o senhor, que, na zona Sul, só uma das ex-cooperativas comprou mais de cem veículos, com ar condicionado, a coisa mais linda que tem na região. E fica aqui um reconhecimento público. O o povo, agora, Fábio, larga os outros ônibus e anda tudo nos veículos com ar condicionado. Não andam mais nos comuns, ficam esperando esse ônibus que tem wi-fi e tudo. Lá houve algum avanço.

Espero que se consiga esse avanço na Cidade inteira, nas zonas Leste, Norte, Oeste. Na zona Sul teve esse benefício, não sei se as empresas fazem esse investimento em outros locais, mas na Sul, o povo está falando bem.

O SR. ADAUTO FARIAS - E sobre o piso rebaixado e o ar condicionado, quero dizer que o ar condicionado é uma diretriz. Todo carro que entra no sistema deve entrar já equipado com ar condicionado, embora esse seja um processo longo, evidentemente.

É algo até que o Secretário pediu para estudar se valia a pena instalar ar condicionado na frota já existente, mas isso foi fortemente não recomendado pelos próprios fabricantes do ar condicionado que até tinham interesse em vender.

E sobre o wi-fi livre, está entrando no sistema, nós temos cerca de 250 carros, hoje, no sistema, com essa tecnologia. É uma obrigação do futuro contrato. E acho que é uma questão de tempo. Existem algumas dificuldades ainda quanto à qualificação do serviço,

porque existem áreas da Cidade que não são bem atendidas, ainda, do ponto de vista do sinal de telefonia. Mas, imagino, que mais um ou dois anos deve estar resolvido.

Sobre a segurança do ponto de ônibus, existe uma questão de segurança pública que é notória, e evidentemente outras medidas ajudariam, mas isso é parte do problema. Do ponto de vista do transporte, algo que ajudou a melhorar a condição de segurança – mas aí é segurança embarcada – foi a questão do bilhete único.

O bilhete único como tirou muito dinheiro de dentro do ônibus, a estatística de roubos e furtos em ônibus caiu de 11 mil ocorrências em 2003, para 612 em 2013. Isso é mais ou menos, em termos percentuais, o que foi retirado de dinheiro do ônibus. Essa questão dos pontos de ônibus, de fato, é uma preocupação e precisa ser mais bem tratada.

E quanto ao custeio que, talvez, seja o grande debate dessa audiência. Hoje, o usuário paga, aproximadamente, 60% do custo do sistema. É muito ainda. Historicamente, quando vemos em países que avançaram mais nessa questão, o usuário paga em torno de um terço da tarifa.

Hoje existe um grande gerador de custo para a sociedade, mas que não participa muito do rateio da despesa: o transporte individual. E a CID que está em debate na Câmara dos Deputados talvez seja uma forma de trazer o transporte individual para o custeio do transporte coletivo que acho – aí, sim – que vai dar bastante oportunidade para se requalificar os serviços.

Outra questão que o Laerte levanta é sobre a contratação de mão de obra para fiscalização. Todas as ações da Prefeitura estão num investimento mais voltado para a tecnologia. Hoje, por exemplo, se for fiscalizar, por exemplo, partida de ônibus, viagens por mecanismos humanos, consegue-se fiscalizar, no máximo, 5 a 8% das viagens que são produzidas. No novo sistema tudo isso vai ser contabilizado, controlado e tal eletronicamente, daí vamos abranger 100% das viagens.

Dona Maria, antes de mais nada, como preliminar, queria discordar dessa coisa do

Corinthians. A senhora colocou uma questão é que são as coisas que mais aparecem contra o serviço de transporte: tripulação. Às vezes o motorista não parar no ponto, acelerar muito ou frear muito forte, são situações que aparecem constantemente nas reclamações. Isso vem sendo tratado através de reforços e treinamentos, mas nos parece que tem um trabalho de convencimento que não se resolve por decreto, principalmente.

E, quanto ao transporte na zona Leste, temos visto, numa experiência recente, que são aquelas linhas que fazem o metrô Itaquera até parque Dom Pedro, que tem sido bastante interessante. São experiências exitosas, inclusive, em alguns momentos do dia, quando medimos, percebemos que o usuário gasta menos tempo com ônibus do que com metrô para fazer esse trajeto. Isso foi um modelo que conseguimos pensar e nos ajudou a organizar o modelo da licitação, que privilegia o setor estrutural do transporte. Também tem aí algumas questões ligadas à trânsito e à ciclovias, que eu passaria aqui para o pessoal da CET.

_____ - Manifestação fora do microfone.

O SR._____ - Só para dar a informação específica: os investimentos de corredores terminais foram alocados na Secretaria de Infraestrutura Urbana, especificamente a SP Obras, não compõe mais o orçamento da SP Trans ou da SMT.

Também foi comentado a respeito do balanço patrimonial, embora não faça parte da temática do dia. O balanço patrimonial da SP Trans não tem nenhuma consequência do ponto de vista patrimonial daquilo que acontece no sistema. O sistema é uma contratação da Secretaria Municipal de Transporte.

A SP Trans tem um contrato de gerenciamento, então não tem efeito no balanço patrimonial. Portanto, você não verá, de fato, os investimentos que acontecem em ônibus, wi-fi, esse tipo de coisa, dentro do balanço patrimonial da SP Trans.

Em relação à ciclovias da Paulista, ali, o projeto diz respeito a uma região que recebe a Cidade toda. Ali não é um bairro X, Y ou Z. A avenida Paulista é da Cidade e onde a Cidade se encontra ali. Então o projeto leva em consideração esse aspecto.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Retomando aqui as perguntas, os Srs. Vereadores saíram, mas deixaram perguntas por escrito.

Foi indagado pelo Vereador Ricardo Nunes da retirada dos recursos, ou melhor, da transferência dos recursos da Sabesp, oriundos do Confema, para as ciclofaixas. Ele também cobra a ata do Confema, em que é aprovada a permissão do uso dos recursos do meio ambiente para a ciclovia. Ele está pedindo o envio dessas atas para cá.

O contrato dos estacionamentos do pátio de carros apreendidos, ele está pedindo que vocês nos enviem isso, o contrato dos guinchos também, assim como as receitas dos leilões dos carros apreendidos. Isso pode ser enviado, por escrito, para esta Comissão.

Cobra ainda o cumprimento de lei – eu passo isso para fazer o encerramento – na Peça Orçamentária de 2015, em seu artigo 19, parágrafo único, diz o seguinte: “As entidades da Administração Direta incluindo as fundações, as empresa públicas, as sociedades de economia mista, publicarão no respectivo site, na internet, em até 30 dias, as receitas e despesas do mês anterior de forma detalhada.”.

Há uma cobrança de que vocês, a CET, não vêm cumprindo isso, de forma detalhada. A Câmara está cobrando publicamente o cumprimento desta condição de lei. Porque obviamente o cumprimento de lei é uma obrigação. Aqui fica o registro.

O meu último questionamento diz respeito ao Atende. Primeiro, pergunto ao Aداuto se vocês pretendem mudar na lógica dos transportes o Atende de um lote e levar para outro. Há essa lógica ou permanece como está no edital?

O SR. ADAUTO FARIAS – Esse serviço está sendo atribuído basicamente àquele setor distribuidor do...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Sim, mas fica como está no edital ou você pretende mudar?

O SR. ADAUTO FARIAS – Não, não tem nenhuma... Até pelo menos onde sei,

Vereador, não há nenhuma discussão no sentido de mudar como está no edital.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Está perfeito.

Vou agradecer a presença dos senhores, já colhi os telefones. Tenho uma centena de perguntas, mas...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - A CET, perdão. Desculpe Fabio, assiste razão a V.Sa.

As respostas da CET que não foram... Para que a Maria Lúcia possa fazê-lo. Desculpe.

A SRA. MARIA LÚCIA – Eu fiz algumas anotações, Vereador, não sei se vou conseguir responder a todas as perguntas.

Anotei que a D. Maria disse que faltam semáforos nas avenidas Águia de Haia, Campanela, Imperador, todas na região de Itaquera. É isso, D. Maria?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIA LÚCIA – Com relação à parte semaforica eu registrei, vou levar e depois daremos o retorno para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Disponho esta Comissão, a Sra. pode retirar. Eu preferia que informassem ao contribuinte que aqui está.

A SRA. MARIA LÚCIA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Por telefone, não há nenhum problema. Alguém pode responder, ou vocês mesmos. Não vejo problemas.

A SRA. MARIA LÚCIA – Com relação ao Sr. Fábio, ele comentou sobre o dinheiro

de Fundurb. Nós não recebemos dinheiro de Fundurb, neste ano. Não constava e não recebemos.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIA LÚCIA – Não. Não consta, não. Você não está confundindo com o Fema? Nós recebemos dinheiro do Fema. Não, do Fundurb.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIA LÚCIA – Pode ter a dotação, mas não recebemos nenhuma verba.

Com relação ao Sr. Laerte, que falou da ciclovia, o Denilson já respondeu um pouco, eu queria acrescentar que existe o programa de Governo do Prefeito, a meta 97, de implantação de 400 quilômetros de ciclovia. Esse programa ainda não está concluído, nós estamos implantando. O que, de fato, traz segurança para o ciclista, no nosso entendimento, é a segregação do espaço, é a distinção desse espaço, não necessariamente de que forma ele foi pintado ou de que forma ele foi construído. Nisso podemos dizer que todos os bairros da cidade estão sendo equivalente. Evidente que a Av. Paulista, teve um projeto diferenciado, mas como disse o Denilson, é uma Avenida da Cidade de São Paulo, é uma avenida de todos. Não cabe o mesmo projeto para todas as vias da Cidade de São Paulo. Concordamos que precisamos ter mais quadros na CET e vamos continuar defendendo concurso. Com relação a PM, a contratação por meio do convênio, trás benefício, porque a PM, ela pode abordar o veículo, coisa que o Município não tem competência, os agentes da CET não tem competência. Entendemos que é um convênio importante, que tem validade na sua continuidade.

Com relação à cópia dos contratos, nobre Vereador, encaminhamos, então, a pedido de V.Exa. para à comissão. Tanto do contrato de guincho e de pátio é o mesmo

contrato. A mesma licitação, o mesmo contrato. Já anotamos e vamos encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Está perfeito. Com relação ao cumprimento daquela norma, da transparência, do Orçamento na forma preconizada da Lei. Cabem as duas. Caberia ao Adauto, responder, se o fez ou não fizeram na forma do Art. 29, que não estão sendo cumprido.

A SRA. MARIA LÚCIA – Sr.Vereador está publicado no Portal da Transparência. Se o senhor quiser podemos acessar pelo celular, agora, para o senhor ver.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Quem disse foi o Vereador Ricardo Nunes. Ele disse que o nível de detalhamento, não está. Sei que está assistindo internamente, não estão aqui, mas estão aqui , mas estão assistindo com nível.de detalhamento necessário.

Tá bom?

A SRA. MARIA LÚCIA – Ok. Vamos verificar.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vou suspender a sessão por dois minutos, para que permitam a substituição, o encerramento dessa audiência de Transporte que trata da CET, São Paulo Transportes e Fundo, para reiniciarmos as pastas que ainda restam por concluir.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. Paulo Massi Dallari, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva de Comunicação, para uma explanação breve da linha de orçamento que os senhores tem aqui, 20milhões e 811mil. Por favor, faça um demonstrativo rápido da Pasta.

O SR. PAULO MASSI DALLARI – Boa tarde. Primeiro, queria agradecer o convite para vir esclarecer o Orçamento da Secretaria de Comunicação, o Secretário inclusive entrou em contato com o Vice-Presidente da Comunicação da Comissão para se justificar, para justificar a ausência, fez essa ligação hoje à tarde, teve essa conversa diretamente, de

qualquer jeito venho representá-lo e espero poder esclarecer todas as dúvidas que eventualmente essa Comissão tenha.

Quanto ao Orçamento, na verdade, é um Orçamento bem reduzido, inclusive, muito menor do que do ano passado. O do ano atual é de 33 milhões, foi reduzido para 20 milhões e 800 mil. Na prática, esse valor representa o que efetivamente a Secretaria hoje gasta, já que dos 33 que estavam previstos um pouco mais de 10 se não me engano 14 foram contingenciados, então, não utilizamos efetivamente os 33 milhões que foram usados e esse foi o critério adotado pela Secretaria de Finanças para alinhar o Orçamento nessa proposta de 20 milhões e 800 mil. Essencialmente a Secretaria de Comunicação hoje possui duas competências principais, desde sua criação em 2001, teve uma variação muito grande de competências em alguns anos foi maior, noutros menores, inclusive, dentro dos mais variados governos, mas hoje ela tem duas: o relacionamento com a imprensa e a documentação dos eventos do prefeito e alguns dos principais eventos que a prefeitura e as Secretarias eventualmente desenvolvam que é tanto captação de imagens, quanto fotografias para registro histórico da própria prefeitura.

Dessa forma essencialmente é uma secretaria de mão de obra, o relacionamento com a imprensa são com pessoas – não temos um contrato de assessoria de imprensa, diretamente –, feito por servidores comissionados, é uma Secretaria que tem mais ou menos oitenta servidores que representam sozinhos só em salários um quarto desse Orçamento da Secretaria. De resto são basicamente contratos de sustentação, então, questões de administração, transporte e telefonia, impressoras e relacionados à área fim, temos apenas contratos de gráficas e empresas para registro de imagens então é um Orçamento bastante reduzido e muito especializado naquilo que é tipicamente de comunicação, relacionamento com a imprensa e documentação. As demais competências que poderiam ter alguma relação com a comunicação hoje estão com outras Secretarias, como por exemplo, a Secretaria de Governo que tem os contratos de publicidade. Basicamente é isso. Fico à disposição para

eventuais dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Realmente, o seu orçamento, é tão reduzido, que as perguntas ficam até complicadas. Quantas pessoas compõem no quadro lá?

O SR. PAULO MASSI DALLARI - São mais ou menos 80 pessoas entre servidores e não servidores, entre cargos comissionados e não comissionados.

P – Quantos de livre provimento você tem?

R – A lista completa deve dar mais ou menos 50 a 60 pessoas. Comissionados entre cargos altos e baixos e muitos deles dedicados a servidores. São cargos que desses comissionados muitos estão sendo ocupados por servidores de carreira. Tenho essa relação nome a nome.

P – Apesar do livre provimento, vocês ocuparam os quadros da própria Prefeitura.

R – Em muitos casos são da própria Prefeitura, a exemplo do Nelson, que é o nosso coordenador de administração e finanças, que é um DAS14 (?) e que é servidor da Prefeitura. E há outros.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado, Vereador Milton Leite, minha pergunta é muito rápida. Aqui tem teoria e tem história. A Lei 13.166 cria essa Secretaria em 2001, na gestão Marta Suplicy, e obviamente, em 2005, essa Secretaria foi bastante desrespeitada pela gestão José Serra que simplesmente mudou, caçou até a dotação orçamentária dessa dotação, ou seja, colocando na dotação (ininteligível) Secretaria Municipal, fato totalmente irregular, pois é uma Secretaria criada por legislação diferentemente de outras por aí como a do Turismo, essa foi criada por legislação municipal. Pergunto primeiramente o motivo da ausência do Sr. Secretário e a segunda pergunta é: essa mesma lei, que não foi modificada por esta Casa, coloca os telecentros, aliás, foi uma coisa muito acertada da gestão da Marta Suplicy, na parte da comunicação, que me parece mais adequado aos telecentros, uma forma de levar a informática às periferias juntamente com os CEUs.

Isso, infelizmente, a gestão Haddad não está cumprindo, pois colocou os telecentros no critério de serviços e parece-me que a lei não permite, pois não houve nenhuma mudança legal nesse sentido. O que foi esse critério de serviços, que curiosamente tem mais verba que a própria Secretaria de Comunicação? Extinguir os telecentros. Vemos os telecentros, hoje, com tristeza, fechados, desde o telecentro daqui da Galeria Olido até os da periferia, 37, como informou a nossa conselheira Dona Socorro. É muito triste ver essa destruição do fundamento do telecentro.

É lastimável. Fica aqui a ideia de se voltar para a comunicação para fazer com que o Sr. Simão Pedro pare de destruir os telecentros da Cidade. O adolescente sem ter o espaço para usar o computador com monitor, com regras, observando-se a legislação, vai buscar droga, vai buscar coisas negativas do que se o Município tivesse dado a ele esse serviço, como funcionou muito bem entre 2000 e 2004.

Solicitamos melhor fundamento aos telecentros na Cidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da Comfé São Paulo, Trabalho e Empreendedorismo e também Presidente Mundial da União Cosmos Sustentabilidade das Nações Trabalhistas e Empreendedoras das Cidades.

Uma das nossas dimensões de sustentabilidade do futuro é a criança, o adolescente, a juventude. Para se formar uma nova sociedade para o mundo do trabalho e empreendedorismo é preciso investir em políticas públicas de educação, ciência e tecnologia, esportes para o novo cidadão. Por essa grande plenitude de visão, apresentei dois anos antes de a Marta ser candidata, o projeto de construção dos CEUs na cidade de São Paulo.

Apresentamos nas audiências públicas da construção do Plano de Metas, do Governo Haddad, a instituição da internet livre na cidade de São Paulo em prédios públicos, terminais de ônibus, parques, praças públicas e escolas públicas.

Pergunto se é possível entregar esse serviço à Secretaria de Comunicação. Se não

me engano, esse serviço está na Secretaria de Cultura ou de Serviços.

Outra pergunta, quais são os procedimentos legais que a Secretaria de Comunicação tem em relação à imprensa? Quais são os procedimentos de contratação e distribuição de publicidade que a Secretaria tem com os órgãos de comunicação da Cidade?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – No que couber.

(NÃO IDENTIFICADO) – Quanto à ausência do Secretário, S.Exa. falou diretamente com o Vice-presidente da Comissão pedindo escusas. Não tenho como tratar além disso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Só para esclarecer. A responsabilidade do Orçamento é minha, eu que relato. Ainda vou querer ouvi-lo oportunamente.

O SR. PAULO MASSI DALLARI – Eu estava presente quando ele tentou fazer uma ligação, deve ter um recado registrado, mas, infelizmente, o senhor estava no plenário.

P – De qualquer maneira, pode ser.

R – Mas eu peço para que se faça novamente esse contato.

P – Vamos lá às respostas que é o que nos interessa. Quanto aos telecentros, é verdade, se for olhar a lei de origem da Secretaria, de 2001, na verdade, a lei trata de mais elementos, há outras competências que seria de Comunicação e que não estão hoje. Essa movimentação foi feita não só pelo Governo atual, mas pelos governos anteriores. Salvo engano, inclusive no Governo Marta, ainda tem algum. São nove ou oito decretos, ao longo de tempo, de 2001 para cá, que fazem modificações na competência da Secretaria, as vezes adicionando e às vezes retirando competência, de acordo com a composição do próprio Governo, de acordo com a estrutura das outras pastas e da priorização em relação aos programas. Isso é feito, em geral, por decreto autônomo, não é algo atípico na Administração que tem a vedação na criação de novos órgãos, mas não ao remanejamento das atribuições internamente.

Não tenho como falar em detalhes sobre telecentros, uma vez que está hoje na Secretaria de Serviços. Mas pelo que acompanho do Governo, há uma série de políticas de reorganização dos telecentros, de redirecionamento da sua finalidade, já que hoje a maior parte da população tem acesso à Internet por meios próprios, pelos celulares, por computadores, é algo já popularizado. O desafio então é como utilizar esses espaços e aí eu peço que a pergunta seja direcionada à Secretaria de Serviços, que poderá dizer como foi reorganizado, mas eu sei que isso estava na pauta e era uma pauta bastante importante quanto ao reaproveitamento dos espaços.

Com relação a Imprensa, é importante destacar que a Secretaria de Comunicação não lida mais com a publicidade. Então não faz mais distribuição da publicidade. O atendimento que fazemos à Imprensa, em parte é um atendimento passivo, é quanto às demandas em que haja dúvidas, questionamentos, até pautas que ela identifica, investiga e gostaria de alguma resposta do Governo. Nós fazemos a intermediação entre a Imprensa e as secretarias. Também, muitas vezes, o papel de assessoria ativa, que tenha alguma pauta do Governo que é importante, que pode ser do interesse da Imprensa, e nós levamos aos jornalistas e aí com estratégia de jornalistas especializados, quais são os veículos que têm maior ou menor interesse. Então não há recursos financeiros envolvidos, são relações humanas, de contato direto. Desde o começo insisti que a Secretaria de Comunicação hoje é, basicamente, mão de obra humana. É homem-hora e não contrato, mas um serviço feito por servidores da Casa, o que explica na Secretaria os seus recursos humanos.

Acho que é isso que me cabia.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Concluído? (Pausa) Nada mais havendo a discutir da pasta, vou dispensá-los e suspender por dois minutos para que tome assento o Dr. Márcio, representante da Prodam.

Está encerrada a audiência pública referente à Secretaria de Comunicação Social.

Em seguida, retomaremos com a Prodam.

Agradeço ao Paulo pela presença e aos que o acompanham, minhas considerações a todos.

Está suspensa a audiência por dois minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Márcio, obrigado pela presença. Gostaria que você fizesse um breve relato da pasta da Prodam, especificamente receitas e despesas que entender necessárias. Em seguida, a Relatoria fará as indagações que couber.

O SR. MÁRCIO DE ANDRADE BELISSONI – Boa tarde, Vereador Milton Leite, demais Vereadores, público presente. É um prazer estar aqui e ter essa oportunidade de esclarecer eventuais dúvidas com relação ao orçamento da Prodam.

Vamos inicialmente apresentar uma transparência com os números do nosso orçamento.

O Silas Redondo, que é o nosso diretor de Administração e Finanças, vai fazer uma breve exposição e um esclarecimento com relação aos números. E, eventualmente, depois, eu poderia falar um pouquinho sobre os projetos mais importantes e esclarecer dúvidas dos senhores.

O SR. SILAS FONSECA REDONDO FILHO – Boa tarde, Senhores Vereadores, senhoras e senhores presente no auditório.

Começo por uma linha do tempo.

- Orador passa a se referir a imagens em telão.

O SR. SILAS FONSECA REDONDO FILHO – Desde que a Prodam foi fundada, em 1971, uma linha de 44 anos, que mostra o gráfico, a curva que representa a porcentagem do orçamento da Prodam dentro do orçamento da Prefeitura de São Paulo.

Vemos que nos últimos dez, 12 anos, ela vem mantendo um patamar logo acima do meio para o centro – entre 0,6-0,7. Esse ano a gente está em 0,66. Então não tem grandes diferenças percentuais dentro do orçamento global da Prefeitura.

Aqui temos o que foi colocado no ano passado, o que foi aprovado pela Casa, e o orçamento que está sendo proposto para 2016 e as fontes de onde virão os recursos. Então aprovado a gente teve 363 milhões e 129 mil, e, para o Orçamento do ano que vem, se tomássemos em consideração a previsão de inflação que o mercado e os principais índices

econômicos estão trabalhando, da ordem de 10%, teríamos que estar chegando a 400 mil – 363 com 10% em cima, chegaríamos a 399-400. Estamos sendo bem contidos nesse ano que vem. No próximo ano, por orientação da SF, por conversas com a Prefeitura, a gente está entendendo o cenário econômico, então a gente apresenta esse novo quadro, que não tem grandes diferenças percentuais na sua distribuição em relação ao que foi apresentado no ano passado e aprovado aqui, depois do diálogo que aconteceu aqui na Casa. Então isso que estamos propondo. As fontes: Tesouro, transferências federais, um valor de 6 milhões, 450 mil, ligado a projetos na área de saúde; os recursos próprios da Administração Indireta; e recursos vinculados ao Tesouro Municipal. Então temos esse valor, que é o que projetamos para o próximo ano.

Em relação aos usos desses recursos, ao uso desse orçamento global, a gente também mantém valores muito similares em boa parte das rubricas, sem grandes alterações. Talvez uma que tenha uma alteração um pouco mais considerável.

Vamos lá: no pessoal está muito parecido; o valor proposto no ano passado era um pouco inferior em relação ao que acabou sendo realizado. Esse contempla a manutenção do quadro atual da empresa, jogando o índice tradicional de ajustes baseados no acordo coletivo da categoria, que é o sindicato do processamento de dados, né? E as outras rubricas mantêm um padrão, talvez com uma pequena diferença na área de serviços ali, um pouquinho preponderante, sobretudo por uma questão ligada ao novo contrato de links da Prefeitura.

Acho que faltou um esclarecimento inicial.

A Prodam enviou a Peça dentro do calendário estabelecido pela Prefeitura para a Secretaria de Gestão, que enviou à SF. A SF, na hora de montar o quadro geral do orçamento global da Prefeitura, no capítulo Prodam, cometeu um equívoco em transcrição de valores, para maior inclusive. Então a peça que os Srs. Vereadores têm, e que está publicado...

P – (Ininteligível).

R – Exatamente, está 20 milhões a menor do que o orçamento apresentado ali. Faltou esse esclarecimento de início. Na verdade, a SF trabalhou, nesses últimos dias, para corrigir o erro, e vai estar apresentando um substitutivo ao PL...

P – Eu só quero anunciar a presença do nosso presidente, Vereador Antonio Donato. Nesse momento, passo a palavra ao nobre Vereador Paulo Fiorilo, que assumirá a vice-presidência e a presidência dos trabalhos.

Está tranquila a sua pasta. Eu só quero algum recurso para a gente botar em outro

lá.

- Assume a presidência do Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, vamos lá. Com a palavra, então, a Prodam.

O SR. SILAS FONSECA REDONDO FILHO – Então só fazendo um esclarecimento.

Enquanto o Vereador Milton Leite estava se despedindo, estava concluindo o seu raciocínio, que era o seguinte: o PL disponível hoje é superior em valores nominais a esse que está aí. Houve um equívoco na transcrição de valores na feitura da peça, por parte da SF, e que foi corrigido, e esse substitutivo vai ser enviado, junto com outras correções que a SF está consolidando, para encaminhar um único substitutivo. Essa é a informação eu que eu tive agora há pouco do pessoal do SF, da área técnica. Tem, inclusive, um técnico da SF. Se for preciso qualquer esclarecimento nesse sentido, o Secretário enviou um técnico para prestar qualquer esclarecimento nesse sentido. Mas a Peça está menor do que está no PL apresentado. A queda é da ordem de 5%.

P – Esse valor apresentado, de 388 milhões, 649, já é o valor reduzido...

R – Já é o valor reduzido...

P – Que foi corrigido pela Secretaria de Finanças.

R – Exatamente.

P – Eu só vou pedir que a Assessoria da Câmara verifique qual é o procedimento, porque não votamos ainda em primeira. Porque, para ter substitutivo, do governo ou não, seria na segunda. Nós não votamos, e estamos apresentando já uma correção na discussão, antes da votação. Então precisamos verificar qual é o procedimento para que façamos a adequação da Peça. Se é possível fazer nesta fase, ou se faremos...

- Manifestação fora do microfone.

P – É possível? E a Prefeitura encaminha a solicitação para a Comissão.

Então se identifique, a Secretaria.

O SR. OLAVO – Boa tarde. Meu nome é Olavo; falo em nome da Secretaria de Finanças.

De fato, houve esse equívoco, mas, na peça orçamentária, não há diferença de

valores, só no PL mesmo. Então eu não sei se o procedimento...

P – Olavo, só para que possamos entender, já aproveitando para explorar: você está dizendo que houve uma correção nos recursos da Prodam. Portanto, diminuiu o valor da Prodam.

R – Não, esse valor é o valor que está na Peça Orçamentária. Só que no caderno que contém o capítulo da Prodam foi escrito errado.

P – Então o que o senhor está dizendo é que no caderno onde tem a orçamento da Prodam está errado; a Peça Orçamentária está correto. Então, na realidade, é apenas uma correção no caderno da Prodam. O valor digitado ou o valor apresentado no caderno é diferente daquele apresentado na peça orçamentária como um todo.

R – Exato.

P – Ok. Então a orientação é que SF encaminhe para a Comissão ou para a Presidência? (Pausa) Então para a Presidência da Comissão de Finanças a informação da necessidade de correção do caderno com as anotações de forma correta e clara, para que façamos a correção necessária, até porque você está informando que não haverá mudança na totalidade da peça.

O valor da peça de 54 bilhões continua igual. Ok. Alguma questão paralela?

R - A SF, inclusive, já encaminhou cópia em papel dessa nova versão.

P – Já foi protocolado ou não?

R – Não. Mas informalmente já está com vocês...

P – Informalmente já está ou não? (Pausa) Ainda não. Mas estará informalmente ou formalmente assim que a SF fizer o protocolo. Isso é só...

R – Burocracia.

P – Vamos voltar então à apresentação de vocês com relação ao orçamento. Você concluiu ou ainda tem alguma questão para apresentar?

R – Para mim está tranquilo.

P – Só tenho uma questão, vocês estão com a tabela da Prodam, os comparativos? (Pausa) Só quero checar uma questão. Silas, já que estamos na linha das observações, você

trouxe aqui o orçamento de 2015: 363 milhões e 129 mil. O total que temos aqui é 343 milhões, 229 e 962. Estou falando de 2015, não de 2016.

R – O Walter pegou pela lei, pelo decreto? O Walter é da área técnica de orçamento lá da Prodam.

P – Em nenhuma das rubricas de 2015 eu encontro esse valor que você apresenta. Peço para a nossa assessoria que cheque. Confere isso ou não? (Pausa)

Enquanto isso, Walter, você pode usar o microfone. Antes, quero dizer que o Art. 332, da Lei Orgânica do Município, estabelece: o Prefeito poderá enviar mensagem propondo modificações nos projetos a que se refere esse capítulo, enquanto não iniciada a votação na Comissão de Finanças e Orçamento da parte cuja alteração é proposta.

Então baseado no Art. 332 é que estamos orientando a SF. Por favor, peço que se identifique.

O SR. WALTER – Sou o Walter, trabalho na Prodam, na área de planejamento financeiro. Esse número, 363.129, extraí da lei 16.099, do dia 30 de dezembro de 2014.

P – Esse valor você copiou de onde?

O SR. WALTER - Da lei 16.099, de 30 de dezembro de 2014.

- Manifestação fora do microfone.

P – É que a última publicação, segundo estão me informando aqui, de junho ou julho, traz esse outro valor.

R – Deste ano?

P – Deste ano. Bom, depois vou pedir que a assessoria da Comissão dialogasse com a assessoria da Prodam, só para podermos falar a mesma língua, tanto no de 2015, como no de 2016.

Por fim, de minha parte, ainda com relação à questão da Prodam, quero só fazer uma pergunta ao Márcio ou ao Silas, vocês decidem, no ano passado acompanhei o debate e uma das discussões levantadas foi a questão dos recursos das secretarias com a Prodam.

Só para registro, como é que se deu o processo na elaboração do orçamento deste ano. Houve alguma modificação de metodologia ou o processo se manteve na mesma forma como vinha sendo feito?

O SR. SILAS FONSECA REDONDO FILHO – Silas Fonseca Redondo Filho. A metodologia foi a seguinte: a peça que encaminhamos a SMG, Secretaria de Gestão, a qual a Prodam está subordinada, foi preparada da seguinte forma, projetamos os contratos existentes, considerando que venham a ser renovados; projetamos a possibilidade de faturamento integral de todo serviço previsto nesses contratos; somamos a isso o levantamento feito pela área de relacionamento e negócios da empresa com todas as secretarias, autarquias e tal, e projetamos um orçamento que foi enviado a SMG.

Projeteu-se esse orçamento, as despesas para o cumprimento de todos esses contratos e uma diferença entre um e outro que seriam os investimentos da empresa. A SMG remeteu a peça a SF, que teve de mexer compatibilizando com os recursos alocados para a Prodam na rubrica de cada uma das secretarias.

Então a peça que enviamos foi mexida, reduzida e, inclusive, nessa parte de mexer é que houve esse equívoco de transcrição de dados que terá de ser corrigido agora. A metodologia foi essa.

P – Consulto a assessoria da Comissão se temos inscrições dos presentes. (Pausa) Primeiro e único orador, Sr. Fábio Siqueira, do Movimento de Resistência Pró Orçamento Participativo.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado, Vereador Paulo Fiorilo, da Comissão de Finanças, as perguntas para a Prodam são muito rápidas, pois se trata de uma empresa importante que já completa 44 anos de existência.

Primeira, referente à verba federal da Prodam, está registrada e prevista para o próximo ano 6 milhões e 400 mil reais. Neste ano de 2015 também houve verba federal. Quero saber onde foi utilizada essa verba, foi comentado aqui na Saúde, mas no que em Saúde, pois

é muito raro, como falado na audiência anterior, a verba federal ser realmente transferida para o erário do Município. Para Transporte já aguarda 1 bilhão e 100 mil reais, 2013, 2014 e 2015, da parte da verba federal, fonte 02. Então gostaria de saber no que foi utilizada, em Prodam, essa verba federal.

Também gostaria de saber os nomes – essa pergunta é recorrente para todas as empresas, pois tem sua importância – dos conselheiros de administração e conselheiros fiscais da Prodam. O nome deles na atual gestão da empresa.

A última pergunta, está previsto aqui para 2016 um superávit financeiro de 40 milhões para a Prodam. E aumentou bastante, pois o orçamento de 2015, esse mesmo registro, foi de 14 milhões. Também aponto que esta dotação não passa pelo *softer*, fato muito sério, pois é muito difícil fiscalizar na prestação de contas mensal publicada pela Secretaria de Gestão, sendo que nem é dotação, mas uma verba vinculada da própria empresa. Só na leitura do balanço patrimonial podemos tentar obter alguma dica de para onde foi, circulou esse dinheiro. Só que os balanços estão cada vez mais sintéticos atrapalhando bastante a transparência em saber por onde anda esse valor público. Não é porque não está no orçamento que deixa de ser público, pois a empresa é pública, desde 71. Então, gostaria de saber onde está sendo utilizado o dinheiro objetivamente para a empresa Prodam. São essas as perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado. Passarei imediatamente para as respostas para podermos concluir essa audiência.

O SR. SILAS FONSECA REDONDO FILHO - Pois não, Sr. Fábio, vou tomar a liberdade de responder de trás para frente, porque estão procurando os elementos para a primeira pergunta. Esse superávit de 40 milhões de recursos próprios é exatamente o erro a que estávamos nos referindo, mas infelizmente não temos esse recurso próprio para gastar. Esse é exatamente o erro que foi corrigido e propiciou a discussão do Orçamento.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SILAS FONSECA REDONDO FILHO - Tem outro erro também, o

investimento está na ordem de 62 milhões e não é isso. Infelizmente também está na casa dos 28 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vocês queriam 62 milhões?

R – É, ficamos contentes e logo percebemos que era um erro. Então, os números corretos estão aqui na tela. Temos cópia em papel também e, se o senhor quiser, podemos disponibilizá-las. Esses valores corretos serão objeto da documentação enviada aqui para a Mesa.

Quanto à segunda pergunta, nomes dos componentes do conselho de administração e conselho fiscal, eu não conseguiria fazer a relação de cabeça.

P – Está no *site* ou não?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SILAS FONSECA REDONDO FILHO - Eles pegaram no *site*. Você quer que eu leia? Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Depois pede a cópia.

R – Está no *site*. Conselho de administração: Benício Alves, que é representante dos funcionários, Danilo Marasca, Felipe Teixeira, José Carlos Vaz, Leda Paulani, Nadia Nakamura, Vagner Diniz, Telma Hoyler e Valter Correia, Presidente do Conselho e Secretário de Gestão. Esses são os nomes do Conselho de Administração.

Conselho fiscal: Daniela Morie (?), Laudemir Rolim, Odair Henrique, Marcos Scarpi e Miriam Tokumori.

P - Os recursos federais? 6.450, não é isso, Fábio? E, em 2015, 27.750? Você não tem por fonte, Silas, tem?

R – Olha, esse recurso tem a ver com a Secretaria de Saúde. Não sabemos exatamente referente a qual sistema. Provavelmente tem a ver com a vigilância sanitária, mas eu poderia encaminhar, a posteriori, uma informação mais precisa. Mas, a gente afirma que tem a ver com o Ministério da Saúde, transferência com relação a algum sistema que é feito....

P – E esse valor agora é menor, porque não se faz mais necessário outro valor?

R – Não, ele está perguntando aqui dos seis milhões...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SILAS FONSECA REDONDO FILHO – Referente a repasse federal. Para responder ao senhor, eu precisaria saber exatamente que sistema ele se refere.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Deixe-me fazer uma pergunta mais fácil.

R – Tem a ver com a Secretaria da Saúde.

P – Eu entendi, mas dos 27.720, quantos foram de fato executados? Vocês têm esse dado?

R – Não estou entendendo a pergunta.

P – No Orçamento de 2015, esse orçamento que estamos executando agora, na fonte 02, manutenção e sistema de informação em comunicação ou transferências federais, tem 27 milhões 720 mil. Para 2016, tem 6 milhões 450. Portanto, é 76,7% menor a dotação comparada ano a ano.

A pergunta é: quanto foi executado dos 27 milhões 720 mil. Vocês têm esse número?

R – Não. Não temos, eu precisaria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo – PT) - Era importante enviar. Era importante enviar para a Comissão, até para a gente saber. Eu queria saber se houve o repasse federal. Houve?

R – Sim.

P – Na totalidade ou não?

R – Não trouxemos dados do...

P – Por favor, se puderem informar, até porque vocês estão falando que o valor deste ano vai ser menor.

R – Isso.

P – Vai ser menor porque não teremos transferência da Saúde, é isso? De quem serão esses 6 milhões 450? Transferência de quem? Da Saúde também?

R – Ele tem a ver com o sistema da Saúde. Eu não sei qual...

P – Só que um valor bem menor.

R – Isso. Eu não sei. Para dar a resposta correta, precisaria saber exatamente a que ele se refere e o que foi executado. Eu encaminho essa resposta...

P – Peço para que vocês possam encaminhar para a Comissão, até para podermos analisar.

R – Com cópia para o senhor Fábio.

P – Fábio. Com cópias para o senhor Fábio e para a Comissão.

Pergunto ao Sr. Marcio e Silas se têm alguma outra colocação a fazer com relação ao Orçamento.

R- Da nossa parte, não. Estamos à disposição para responder eventuais perguntas e esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo - PT) – Da minha parte, está resolvido.

Queria agradecer a presença do Sr. Silas, Diretor Administrativo Financeiro; do Sr. Márcio, o Diretor-Presidente; dos assessores que os acompanharam, que foram prestativos para trazer as informações solicitadas.

Antes de encerrar, informo que a próxima audiência pública temática será dia 5, das 10h às 13h, com a seguinte alteração: Secretaria de Serviços, Amlurb, Fundo de Iluminação e Serviço Funerário.

Portanto, trataremos de todos os serviços e atividades ligadas à Secretaria de Serviços.

Depois, Secretaria de Coordenação de Subprefeituras, SPUA.

À tarde, das 14h às 19h. Portanto, peço que o senhor venha preparado. Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação, Fundo de Esporte, Lazer e Recreação; Secretaria de Licenciamento, Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho, Empreendedorismo, Secretaria de Relações Internacionais e Federativas.

E a próxima audiência temática será dia 9, segunda-feira, das 12h às 18h, com as seguintes secretarias: do Governo, da Educação, Fundação Paulistana, Cultura – com seu fundo, o Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais e Fundo de Proteção ao Patrimônio Cultural e Ambiental, Fundação Teatro Municipal, SPCine e SPTuris e Fundo de Turismo.

Portanto, teremos Governo e Educação, com a Fundação Paulista e Cultura com

todos os seus serviços e aspectos.

Nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada a segunda audiência temática do PL 538/15, que trata do Orçamento para o ano 2016.

Agradeço a todos pela presença. Está encerrada a audiência.
